

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL**

**ELIANE TSCHÁ BRINGHENTTI**

**A REDE DE ATENDIMENTO:  
CONEXÕES QUE ENVOLVEM O PROGRAMA DE INTERNAÇÃO  
PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO MUNICÍPIO  
DE PATO BRANCO - PR**

**DISSERTAÇÃO**

**PATO BRANCO  
2017**

ELIANE TSCHÁ BRINGHENTTI

**A REDE DE ATENDIMENTO:  
CONEXÕES QUE ENVOLVEM O PROGRAMA DE INTERNAÇÃO PARA  
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO MUNICÍPIO DE PATO  
BRANCO-PR**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Hieda Maria Pagliosa Corona

Pato Branco  
2017

B858r Bringhenti, Eliane Tschá.

A Rede de Atendimento: conexões que envolvem o programa de internação para adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco - PR / Eliane Tschá Brighenti. – 2017. 147 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2017.

Bibliografia: f. 125 – 130.

1. Casas de correção. 2. Adolescentes - Atos ilícitos. 3. Política pública.

I. Corona, Hieda Maria Pagliosa, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD 22. ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por  
Suélem Belmudes Cardoso  
CRB9/1630  
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



## **TERMO DE APROVAÇÃO Nº 114**

### **Título da Dissertação**

**A REDE DE ATENDIMENTO: CONEXÕES QUE ENVOLVEM O PROGRAMA DE  
INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO  
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO (PR).**

### **Autora**

**Eliane Tschá Bringhentti**

Esta dissertação foi apresentada às nove horas do dia 27 de junho de 2017, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª Drª Hieda Maria Pagliosa Corona  
UTFPR – Orientadora

Profª Drª Cleide Lavoratti  
UEPG – Examinadora  
(participou através de videoconferência)

Profª Drª Josiane Carine Wedig  
UTFPR – Examinadora

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Gilson Ditzel Santos  
Coordenador do PPGDR

**O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.**

Dedico este trabalho aos actantes. Adolescentes, familiares e profissionais que formam os coletivos de uma rede que se desenha e se redesenha. Actantes que sentem, agem, falam, calam. Estão todos aí, muitas vezes invisíveis aos olhares, mas estão aí...

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero agradecer imensamente à professora Hieda por aceitar ser minha orientadora.

Ao professor Edival, pessoa ímpar com a qual fiz o primeiro contato no PPGDR. Sem conhecê-lo, arrisquei pedir auxílio e, de pronto ele me ajudou e muito.

Agradeço às professoras e aos professores do Programa, obrigada por me tirar da zona de conforto.

Ao meu esposo, companheiro de longa data. Às minhas filhas lindas, as quais eu deixei entre parênteses, mas mesmo assim foram afetadas.

Aos familiares e amigos, agora eu aceito os diversos convites que recusei.

Aos colegas de trabalho pelo carinho e o auxílio nessa trajetória.

Aos colegas de turma por possibilitar a vivência de angústias e alegrias.

Aos que aceitaram participar da pesquisa, adolescentes, colegas e profissionais,

Muito Obrigada!



*“Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar”.*

## RESUMO

BRINGHENTTI, Eliane Tschá. **A Rede de Atendimento: conexões que envolvem o programa de internação para adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco – PR.** 2017. 147 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco. 2017.

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar a Rede de Atendimento que se constitui a partir do adolescente privado de liberdade no Centro de Socioeducação de Pato Branco – PR (Cense), o *lócus* da pesquisa. O Cense é uma instituição estadual que atende aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação em virtude do cometimento de ato infracional. Para atender o que preconiza a legislação específica para adolescentes privados da liberdade o Cense necessita integrar a Rede de Atendimento do município e utilizar-se dos recursos disponíveis na comunidade. Para analisar a Rede buscou-se suporte teórico e metodológico na Teoria Ator- Rede a qual tem como principal autor Bruno Latour. Apresenta também, uma discussão sobre a modernidade e a separação que esta provocou criando polos: entre sociedade e natureza, humanos e não-humanos, especialistas e leigos. Esta divisão é questionada pela Teoria Ator-Rede, a qual aponta caminhos para analisar a constituição dos coletivos (associações). O Estudo apresenta de forma breve, a trajetória da constituição das instituições de atendimento aos adolescentes privados de liberdade no Brasil e no Paraná. Na qual, se apontam as condições materiais destes sujeitos que estão distantes dos benefícios das promessas da modernidade. A pesquisa utilizou-se de alguns instrumentos: observação participante, diário de campo, entrevistas e formulários com questões abertas. Para representação da Rede formada a partir das indicações dos entrevistados utilizou-se da ferramenta Ucinet 6 ®. Em síntese, as análises sinalizaram que a Rede formal criada pelas normativas e legislações não se apresenta como um recurso que poderia ser acessada plenamente pelos adolescentes privados da liberdade. Que a Rede acessada pelos adolescentes integram mais elementos não formais do que as instituições legalmente constituídas. E, que a articulação entre as diferentes instituições governamentais e não-governamentais ainda se constituiu um ideal a ser alcançado.

**Palavras-chave:** Rede de atendimento, medidas socioeducativas, políticas públicas, teoria Ator-Rede.



## ABSTRATC

BRINGHENTTI, Eliane Tschá. **The Attention Network: connections that involve the deprivation program for adolescents in conflict with the law in the municipality of Pato Branco - PR.** 2017. 147 p. Dissertation (Master in Regional Development) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco. 2017.

The present dissertation had as general objective to analyze the Network of Attendance that is constituted from the adolescent deprived of freedom in the Center of Socioeducation of Pato Branco - PR (Cense), the locus of the research. Cense is a state institution that serves adolescents in compliance with socio-educational measures of deprivation due to the commission of an infraction. In order to meet the requirements of the specific legislation for adolescents deprived of liberty, Cense needs to integrate the Municipal Service Network and use the resources available in the community. In order to analyze the Network, theoretical and methodological support was sought in the Theory-Actor Network whose main author is Bruno Latour. It also presents a discussion about the modernity and the separation it has created by creating poles: between society and nature, human and non-human, specialists and lay people. This division is questioned by the Actor-Network Theory, which points out ways to analyze the constitution of the collectives (associations). The study briefly presents the trajectory of the constitution of institutions for the care of adolescents deprived of their liberty in Brasil and Paraná. In which, it is pointed out the material conditions of these subjects that are far from the benefits of the promises of modernity. The research used some instruments: participant observation, field diary, interviews and forms with open questions. For the representation of the Network formed from the interviewees indications, the Ucinet 6 ® tool was used. In summary, the analyzes indicated that the formal network created by norms and laws is not a resource that could be fully accessed by adolescents deprived of their liberty. That the Network accessed by adolescents integrate more non-formal elements than legally constituted institutions. And, that the articulation and between the different governmental and non-governmental institutions still constituted an ideal to be reached.

**Keywords:** Service network, socio-educational measures, public policies, actor-network theory.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos adolescentes atendidos.....	37
Quadro 2 Total de atendimentos no ano.....	39
Quadro 3: Perfil dos Adolescentes Cense Pato Branco.....	40
Quadro 4: Perfil dos adolescentes Brasil.....	41
Quadro 5: Funcionários da unidade.....	42
Quadro 6: Funcionários da unidade.....	71
Quadro 7: Adolescentes Cense Pato Branco.....	72
Quadro 8: Algumas Entidades do Município de Pato Branco.....	74
Quadro 9: Adolescentes entrevistados.....	79
Quadro 10: Composição Conselho de Direitos.....	82
Quadro 11: Sobre o lugar.....	87
Quadro 12: Relações mais diretas no Cense.....	93
Quadro 13: Pontos positivos e negativos.....	94
Quadro 14: Entendimento sobre a rede.....	97
Quadro 15: Entendimento do adolescente sobre Des. Pessoal e Social.....	112

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Atendimentos no Brasil. ....	36
Gráfico 2: Regiões e número de unidades .....	36
Gráfico 3: Ato infracional. ....	37

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação do Sistema de Garantia de Direitos .....	45
Figura 2: Império do Centro.....	58
Figura 3: Localização Cense.....	88
Figura 4: Estrutura do Cense - área técnico-administrativa.....	90
Figura 5: Estrutura do Cense - área de atendimento ao adolescente .....	91
Figura 6: Os dedos do titereiro .....	45
Figura 7: Rede de Proteção. ....	101
Figura 8: Visualização Gráfica (Sociograma) da Rede apontada pelos actantes....	103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
CENSE	Centro de Socioeducação de Pato Branco
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
CONANDA	Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
MSE	Medida Socioeducativa
DEASE	Departamento de Atendimento Socioeducativo
SMS	Sistema de Medidas Socioeducativas
TAR	Teoria Ator-Rede
CTI	Ciência Tecnologia e Inovação
SDP	Subdivisão Policial
CEDCA	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
SAS	Serviço de Atendimento Social
SEED	Secretaria de Estado da Educação
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CAEx	Centro de Apoio Técnico à Execução do Ministério Público
URATE	Unidade Regional de Apoio Técnico Especializado
SUS	Sistema Único de Saúde
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
NATE	Núcleo de Apoio Técnico à Execução
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CMDCCA	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
PROEDUSE	Programa de Educação nas Unidades Sócio-educativas
POM	Plano Operativo Municipal

AFAI	Programa Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa
PROJUDI	Processo Eletrônico Judiciário do Paraná
LA	Liberdade Assistida
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
CAOPCA	Centro de Apoio Operacional à Promotoria da Criança e do Adolescente
PIA	Plano Individual de Atendimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>22</b>
<b>DO FORMAL PARA O REAL: A REDE SE CONSTITUI A PARTIR DOS ACTANTES</b> .....	<b>22</b>
1.1 O ADOLESCENTE INGRESSO NA PRIVAÇÃO DA LIBERDADE: CONSEQUÊNCIAS NÃO PREMEDITADAS? .....	23
1.2 PERFIL DOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE NO BRASIL E NO PARANÁ.....	35
1.2.1 Situação do Atendimento de Privação de Liberdade no Brasil.....	35
1.2.2 Situação do Atendimento de Privação de Liberdade no Paraná.....	38
1.3 IDENTIFICAR A REDE A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE.....	47
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>54</b>
<b>TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b> .....	<b>54</b>
2.1 TEORIA ATOR-REDE: O MÉTODO.....	54
2.2 CAMINHOS DA PESQUISA E OS ACTANTES.....	60
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>64</b>
<b>TUDO ACONTECE NO MEIO</b> .....	<b>64</b>
3.1 LÓCUS INSTITUCIONAL: CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE PATO BRANCO ...	64
3.2 PORTA DE ENTRADA NA REDE .....	67
3.3 ACTANTES, PORTA-VOZES E DISSIDENTES .....	70
3.4 OBJETIVAR A REDE: OS RELATOS.....	75
3.5 MAPEAR AS LIGAÇÕES .....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>125</b>
<b>APÊNDICE A</b> .....	131
<b>APÊNDICE B</b> .....	139
<b>APÊNDICE C</b> .....	143
<b>ANEXO 1</b> .....	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar a Rede de Atendimento que se forma a partir do contexto dos adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco-Pr. Esta análise tem como elemento de referência o programa de internação para adolescentes privados da liberdade, o qual provocou o olhar para a Rede que se forma, com o intuito de enfrentar o desafio de compreender sua complexidade e entender suas conexões.

A existência de uma Rede de Atendimento pode contribuir com o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes aos quais se destinam as ações por ela realizadas. “É uma tarefa que pressupõe um projeto social compartilhado, em que vários atores e instituições concorrem para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade pessoal, cultural e social de cada indivíduo” (CADERNOS DO IASP, PENSANDO E PRATICANDO A SOCIOEDUCAÇÃO, 2006, p. 19).

O programa de internação para adolescentes em conflito com a lei, denominado de Centro de Socioeducação (Cense) de Pato Branco é uma instituição mantida pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU). Esta entidade atende a adolescentes privados da liberdade<sup>1</sup> por cometimento de ato infracional, ou seja, a conduta análoga a crime ou contravenção penal, nos regimes de internação, de internação provisória e de internação por descumprimento de medida anteriormente imposta (esta última conhecida como internação-sanção).

O Ato infracional é o ato condenável, de desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por crianças ou adolescentes. Só há ato infracional se àquela conduta corresponder a uma hipótese legal que determine sanções ao seu autor (AQUINO, 2017).

Conforme o autor, no caso de ato infracional cometido por criança (até 12 anos), aplicam-se as medidas de proteção. Nesse caso, o órgão responsável pelo atendimento é o Conselho Tutelar. O ato infracional cometido por adolescente deve ser apurado pela Delegacia da Criança e do Adolescente a quem cabe encaminhar o caso ao Promotor de Justiça que poderá aplicar uma das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente da Criança e do Adolescente.

---

<sup>1</sup> A medida socioeducativa de internação é executada em entidades de atendimento específicas para este programa. Estas entidades também podem atender adolescentes na internação provisória e na internação-sanção.



O ECA trata do ato infracional, conceituando-o em seu Artigo 103: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. É a conduta da criança e do adolescente que pode ser descrita como crime ou contravenção penal. Se o infrator for pessoa com mais de 18 anos, o termo adotado é crime, delito ou contravenção penal (AQUINO, 2017).

Durante os anos de atuação profissional da pesquisadora<sup>2</sup> no Cense de Pato Branco, vivenciou-se o desafio do trabalho em rede e a importância disto no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Entende-se que o Cense não se constitui numa instituição total<sup>3</sup> e para tanto precisa, necessariamente, utilizar-se dos recursos da comunidade para garantir os direitos dos adolescentes privados da liberdade. Para acessar esses recursos, dispõe-se da Rede de Atendimento, de seus atores e de sua dinâmica.

Diante da contextualização apontada, a problemática reside em entender como a Rede se constitui, quais concepções sobre a mesma trazem os atores que a compõem (os profissionais e os adolescentes); as ações realizadas pelos atores da Rede; se a Rede formal proposta legalmente atende os anseios das demandas dos adolescentes e, se esta Rede é acessada pelos seus demandantes ou, se forja outra Rede diferente, real, planejada<sup>4</sup>, que se move.

A Rede de Atendimento constitui-se num sistema articulado das diferentes instâncias que atuam na garantia de direitos às crianças e adolescentes e, em especial para este estudo, aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Cense de Pato Branco.

Entende-se que as redes sociais surgem por meio das organizações sociais pelas quais os seres humanos se unem para sustentar a vida social, material e afetiva. Estes laços sociais se dão com diferentes intensidades de acordo com o contexto e a estrutura interna da sociedade (FURINI; GÓES, 2014).

No entanto, a concepção de rede de proteção voltada às crianças e aos

---

<sup>2</sup> Atuação como Pedagoga do Centro de Socioeducação (Cense) de Pato Branco-Pr desde 17 de janeiro de 2007. Atua na recepção, acolhimento, encaminhamentos e desligamento dos adolescentes privados da liberdade em virtude do cometimento de atos infracionais, mediante sentença judicial. O Cense é uma instituição mantida pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU.

<sup>3</sup> Instituição total: Segundo Goffman (2007), as instituições totais se caracterizam por serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral.

<sup>4</sup> A dicotomia produzida pela modernidade apresenta contextos tridimensionais, ou seja, micro e macro, local e global, estrutura e agência. Para Latour (2012) o contexto social pode ser plano. Sem estruturas, sem sistemas que agem por trás e acima dos atores.

adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social recebeu maior ênfase a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), quando este explicitou os direitos de crianças e adolescentes e gestão destes por meio de um Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Bem como, que estes direitos<sup>5</sup> deveriam ser assegurados pela articulação de um conjunto de ações governamentais e não-governamentais da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei 8.069/90).

O Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente (Conanda) por meio da Resolução nº 113 de 2006 dispôs sobre a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e definiu no seu artigo 1º que:

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Para pensar sobre a Rede de Atendimento aos adolescentes a partir do programa de internação para adolescentes em conflito com a lei, é importante, primeiramente, compreender o contexto de risco e vulnerabilidade social no qual o adolescente que pratica ato infracional está inserido. E, em segundo lugar, sinalizar que este contexto se constitui numa construção histórica das relações entre os sujeitos e que acaba expressando os conflitos não apenas de classes, mas de exclusão cultural, étnica, social e que ganham visibilidade dentro do programa de internação para adolescentes em conflito no município de Pato Branco-Pr.

É importante também, entender sobre a adolescência no contexto do cometimento de atos infracionais. No que tange à discussão sobre a adolescência considera-se que esta se constitui, em breves palavras, numa construção social e histórica, afetada tanto pela história pessoal do indivíduo como no desenvolvimento das relações sociais como um todo. Para se compreender a adolescência é importante considerar os complexos processos de mudança social ocorridos, pois a constituição da adolescência é entendida como resultado do contexto sócio-histórico

---

<sup>5</sup>Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LEI 8.069/90).

e cultural no qual está inserida (BRAGA; BATISTA, 2010).

Faz-se importante também, descrever a trajetória de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil, destacando o papel das políticas sociais desde o já superado (ao menos no texto legal) Código de Menores até a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei em vigor desde 1990. Explanando a trajetória da constituição da Política Pública para adolescentes em conflito com a lei, desde a percepção e definição dos problemas que envolvem importantes movimentos sociais que lutaram para a aprovação do ECA, até a sua implementação, em especial, dos programas de internação.

A explicitação desta trajetória não irá se furtar de apresentar ainda o contexto de exclusão, de negligência, de violências em que estes adolescentes se situam e que pode ser visto como uma condição que os conduzem à prática de atos infracionais e, quando são apreendidos e recebem o devido processo legal, são encaminhados para unidade de execução de medidas socioeducativas:

Os sujeitos da ação socioeducativa são os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas previstas no ECA, Artigo 122, incisos de I a VII. São medidas aplicadas pelo poder judiciário e sua execução requer, preferencialmente, um acompanhamento por profissionais que atuam no município de origem do adolescente, podendo constituir-se num programa específico para atendimento socioeducativo tanto para Meio Aberto (LA e PSC) quanto para o Meio Fechado (Internação e Semiliberdade) (BRINGHENTTI; LOUZADA, 2011, p. 249).

A Rede de Atendimento será apresentada, num primeiro escopo, como aquela prevista nos documentos legais como ECA, Resoluções do Conanda, Sinase, entre outros, os quais atribuem importância da Rede constituída formalmente e previamente articulada, para atender aos objetivos do Programa, ou seja, “[...] garantir a proteção integral dos direitos dos adolescentes, por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, do Estado e dos Municípios” (ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 44/2016 – GS/SEJU).

Contudo, na busca de superar as dicotomias construídas pela ciência moderna, ou seja, entre agente/estrutura, sociedade/natureza, humanos/não-humanos, objetividade/subjetividade, busca-se desenvolver a presente pesquisa por meio das reflexões da teoria ator-rede, visando ir além e considerar todos os atores simetricamente, ou seja, a partir dos adolescentes privados de liberdade e dos profissionais que atuam no programa, mapear e analisar os elementos compõe a Rede e, entre eles os aspectos físicos, equipamentos (veículos, computadores,

material de expediente, etc).

Neste contexto, observa-se que a existência da Rede previamente instituída pode não ser aderida pelos actantes<sup>6</sup>, nem contemplar todos os elementos que a compõe e que, por vezes, a (re) define. Isso porque, essa composição pode estar circunscritas a procedimentos técnico/instrumentais, sem levar em consideração todos os agentes envolvidos na Rede e suas inter-relações. Para tanto, utilizar-se-á dos estudos de Bruno Latour e Michel Callon sobre a constituição das redes (associações) e da relação ator-rede: “Se o analista for sutil, irá retrazar as redes que se parecerão ao extremo com as tramas sociotécnicas que nós traçamos [...] em nossas próprias sociedades” (LATOURE, 1994, p. 12). Assim, a Rede nestes termos é composta das relações entre humanos e não-humanos que constroem seus traçados vindos da realidade, por isso, traz a todo o momento novos elementos para a Rede.

Tornam-se evidentes diante deste contexto, algumas questões norteadoras, a saber: Como se constitui a Rede envolvida com o Atendimento dos adolescentes privados da liberdade no município de Pato Branco - PR? Como essa Rede funciona levando em consideração os objetivos e ações dos actantes envolvidos? O que os actantes entendem como desenvolvimento social?

Estas questões envolvem o problema central da pesquisa: a Rede de Atendimento formalmente constituída a partir da resolução do Conanda é legitimada e acessada pelos atores, ou existe uma Rede que se move e se articula de maneira independente, com outras características daquela formalmente organizada?

O interesse pelo tema proposto justifica-se em virtude das inquietações surgidas durante os anos de atuação profissional dentro da unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei, no sentido de que esta instituição compõe o Sistema de Garantia de Direitos dentro da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes (RESOLUÇÃO 113 DO CONANDA, ARTIGOS 19 e 20) e, necessariamente deve constituir a Rede de Atendimento de adolescentes em conflito com a lei no município bem como fomentar, junto com demais entidades, a sua criação e/ou articulação.

Dessa forma, as concepções sobre a Rede de Atendimento e sua

---

<sup>6</sup> No processo de envolvimento dos atores na Rede de Atendimento, poderão existir dissidências e traições, ou seja, o não engajamento de alguns e o abandono do projeto por outros, como demonstrado no estudo sobre a domesticação de moluscos da Baía de Saint-Brieuc. (CALLON, 1986).

articulação no sentido de defender, proteger e promover os direitos de adolescentes em conflito com a lei se torna um trabalho essencial para a unidade de internação, haja vista, que a Rede se constitui num elemento importante para a efetivação dos direitos de adolescentes privados da liberdade: “No cumprimento das obrigações a que aludem este artigo as entidades utilizarão preferencialmente os recursos da comunidade” (ARTIGO 94, § 2º DA LEI 8.069/90).

Segundo Mendonça (2014, *on line*),

Para atuarmos em Rede [...] é fundamental que nos reconheçamos como seres presentes em instituições incompletas e inacabadas, as quais se encontram em permanente processo de construção. Nenhuma organização social, nenhum órgão público e nem mesmo o governo, em suas três esferas, apresenta condições de dar conta, individualmente, de referida tarefa. Se assim fosse, ou houvesse tal pretensão, estar-se-ia retomando uma concepção de gestão ultrapassada e totalitária, típica das instituições constituídas no século XIX.

Considerando o enfoque sobre a incompletude institucional é pertinente destacar que, as unidades de internação devem atuar num enfoque não totalizador. Como destaca Goffman (2007, p.16) toda instituição tende ao fechamento: “seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social ao mundo externo [...]”. Diante disso, a articulação da Rede de Atendimento em conjunto com o programa de execução de MSE de internação busca, entre outros aspectos, a preservação e manutenção da identidade do sujeito.

Este estudo buscou mapear a Rede de Atendimento local, bem como compreender a concepção dos sujeitos pesquisados sobre a mesma, as relações estabelecidas entre humanos e não-humanos e como estes agem na construção das conexões que estabelecem novas possibilidades de entendimento sobre a Rede.

Buscou-se ainda apontar estratégias no atendimento de adolescentes em conflito com a lei, articulando diferentes políticas sociais<sup>7</sup>, para que os mesmos tenham possibilidade de superar sua condição de ‘vítimizador’<sup>8</sup> e de vítima em um

---

<sup>7</sup>Política social - saúde, educação, habitação, alimentação, lazer, assistência social, previdência social - é uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho (MACHADO; KYOSEN, 2014).

<sup>8</sup> “Para a sociedade, o adolescente pode ser vítima uma vida inteira de maus tratos e abusos familiares, da invisibilidade perante a sociedade, de negligência por familiares, poder público e Estado, mas no momento em que este jovem se torna vitimizador, incomoda a sociedade. A maioria

sistema excludente e, não apareçam apenas como mais um dado dentro do sistema socioeducativo, em especial nos programas de internação para adolescente em conflito com a lei.

Estar excluído, não significa tão somente estar longe de acessar os bens de consumo produzidos; mas sim, não servir nem mais a essa produção. Considera-se nesse enfoque, mais que a ideia de formação da população excedente, a produção do próprio “lixo humano”, do refugo, nas palavras de Bauman (2005. p. 53):

A “população excedente” é mais uma variedade de refugo humano. Ao contrário [...] das “vidas indignas de serem vividas”, das vítimas dos projetos de construção da ordem, seus membros não são “alvos legítimos” excluídos da proteção da lei por ordem do soberano. São, em vez disso, “baixas colaterais”, não intencionais e não planejadas, do progresso econômico **(grifos do autor)**.

E, ainda considerados como “parasitas e intrusos”. Acusados de simulação e indolências, e de toda a espécie de arbitrariedades como tramar, trapacear, “viver à beira da criminalidade e se alimentarem como parasitas do corpo social” (BAUMAN, 2005. p. 55). Ou seja, são aqueles que não alcançaram os benefícios da modernidade e de todas as suas promessas não cumpridas de emancipação humana e de enriquecimento da vida diária.

Considera-se, a partir do contexto apresentado, que este trabalho possui relevância acadêmica, social e profissional. Acadêmica, porque buscou envolver a problemática sobre desenvolvimento social vinculando-a às discussões sobre desenvolvimento regional com bases sustentáveis, no curso de pós-graduação desta instituição de ensino superior.

No âmbito social, apontou questões importantes no que tange à tecitura da Rede de Atendimento, buscando ultrapassar a discussão atrelada apenas aos adolescentes em conflito com a lei, para incorporar toda a problemática que envolve a proteção, defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. Esse compromisso é de toda a sociedade civil em cooperação com estados, municípios e a federação.

No mesmo sentido, a relevância na esfera profissional reside em que este

---

dos adolescentes em conflito com a lei passa uma vida inteira sendo vítimas e enquanto estão nesse papel, são invisíveis perante os olhos de toda uma sociedade. E uma sociedade que não se compromete com um problema que é de ordem social acaba por ser o fator mais significativo para a delinquência desse jovem” (ALBUQUERQUE; BAUMKARTEN, 2016. p. 38).

estudo possibilitou aos profissionais que atuam no atendimento socioeducativo, tanto nas medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade, como àquelas que atendem no meio aberto, expor seus posicionamentos sobre a Rede, bem como, abrir possibilidades no pensar e agir na Rede de Atendimento do município, abrindo espaços para a reflexão enquanto partícipes da Rede.

Este olhar sobre a Rede de atendimento poderá suscitar outras perspectivas para outros estudos no âmbito do atendimento socioeducativo, quer seja na esfera municipal, estadual e federal, voltado a formulação de políticas públicas para área da adolescência, no âmbito do desenvolvimento social.

O conceito de desenvolvimento social torna-se importante para o foco dessa pesquisa. Compreender o desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades dos indivíduos, para terem opções e fazerem escolhas, tem que estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida dos indivíduos e com o fortalecimento de suas liberdades. O desenvolvimento pode ser visto como um processo de alargamento das liberdades humanas reais de que uma pessoa dispõe, contrastando com o crescimento apenas econômico e aumento dos recursos financeiros pessoais, oriundos da industrialização, e do progresso da tecnologia (SEN, 2000).

Entende-se que as liberdades não são um fim para o desenvolvimento, mas os meios principais. As liberdades podem ser apontadas numa perspectiva instrumental que conduzirá a uma liberdade humana mais geral. A liberdade pode ser vista como a capacidade das pessoas em levar o tipo de vida que elas valorizam, estas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, e por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades particulares do povo (SEN, 2000).

Assim, a ideia de desenvolvimento tanto pessoal, como social constitui-se um dos fins preconizados pelos parâmetros do atendimento socioeducativo. Bem como, um desafio,

[...] a possibilidade do adolescente, junto a sua equipe de referência, iniciar a mudança do rumo de sua história, apropriar-se de sua vida e ter a chance de projetá-la desvinculada do mundo da criminalidade. É, ainda, a oportunidade de transformar aspirações e sonhos outrora impossíveis em metas e passos concretos que farão parte de seu dia-a-dia (CADERNOS DO IASP – PENSANDO E PRATICANDO A SOCIOEDUCAÇÃO, p. 59, 2017).

Nessa perspectiva, o presente estudo visa demonstrar como a Rede de Atendimento se constitui, como agem, participam e se relacionam os actantes que a constitui, buscando apontar as proposições e articulações, considerando todos de forma simétrica. Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar a Rede que se constitui a partir dos adolescentes privados da liberdade do CENSE de Pato Branco-Pr.

Para dar conta deste objetivo mais amplo, foram delineados os objetivos específicos que sugerem desdobramentos a serem realizados: Mapear a Rede que se forma a partir dos adolescentes privados da liberdade no município de Pato Branco-Pr; Identificar a dinâmica da Rede que se constitui na prática dos múltiplos actantes envolvidos; Possibilitar a compreensão sobre desenvolvimento social a partir do que os actantes entendem e de como atuam na Rede. Verificar a existência de controvérsias existentes na Rede no que tange ao atendimento dos adolescentes.

A construção desse trabalho se deu em três momentos A construção referencial teórico, a pesquisa de campo e a elaboração do relatório. A construção do referencial teórico iniciou quando definida a temática deste estudo, os autores e o caminho a ser percorrido. A pesquisa de campo percorreu desde o levantamento documental, os contatos com profissionais e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, a observação participante e registros em diário de campo, as entrevistas, até o envio de formulários. Por fim, as análises, a organização e a elaboração dos relatos.

Esta dissertação está construída em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo faz uma retomada histórica da constituição dos actantes, partindo de uma discussão sobre a modernidade e seus efeitos nefastos sobre uma parcela da população. População esta, na qual se inserem os adolescentes privados da liberdade. Ainda neste capítulo, se apresenta um enfoque sobre o atendimento socioeducativo no Brasil e no estado do Paraná.

No segundo capítulo apresenta-se a escolha metodológica e o caminho percorrido. No terceiro e último capítulo apresenta-se o tempo e o espaço nos quais as associações se constituem: o lócus institucional, a entrada na rede, os actantes e suas relações, ou seja, a Rede de Atendimento.



## **CAPÍTULO 1**

### **DO FORMAL PARA O REAL: A REDE SE CONSTITUI A PARTIR DOS ACTANTES**

O contexto em que se insere a Rede de Atendimento para adolescente privados da liberdade segue diretrizes legais do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o qual instituiu, pela Resolução 113, o Sistema de Garantia de Direitos. O adolescente privado de liberdade se insere neste contexto a partir da presença das instituições de atendimento.

Para compreender como emergiram as instituições e a relação com os atores buscar-se-á uma reflexão sobre a modernidade e suas consequências, trazendo especialmente Anthony Giddens, Ulrich Beck e Zigmunt Bauman para a discussão.

A partir destas reflexões, busca-se problematizar tais concepções como as trazidas por Bruno Latour e Michel Callon, no que tange a Rede real que se constitui a partir dos atores/adolescentes privados da liberdade considerando elementos da Teoria Ator-Rede. Latour (1994; 2012), além de refletir a questão da modernidade, indagando se realmente fomos modernos, o autor apresenta também a ideia de que a Rede não se constitui a priori, ou seja, ela se forma e se transforma no tempo e espaço dos atores.

Latour (2012) utiliza a noção de ator, a própria teoria denominou de Teoria Ator-Rede, mas para dar ênfase a processualidade da ação, utiliza o termo actantes. Ou seja, um ator ou actante se define como qualquer pessoa, instituição ou coisa que tenha agência, isto é, produz efeitos no mundo e sobre ele. A noção de ator se confunde com a ideia de ação humana, mas na concepção de Latour, um actante é caracterizado pela heterogeneidade de sua composição entre humanos e não-humanos e sua construção se faz em rede, por isso Ator-Rede.

Latour toma emprestado o termo actante da literatura ou das ciências narrativas. Justifica o uso dessa noção de actante, porque, diferente do ator, um actante pode ser levado a agir a partir de uma diversidade de sentenças. “São apenas formas diferentes de induzir os atores a fazer coisas, cuja diversidade se patenteia [...] sem necessidade de presumir que sejam todas traduzíveis para o idioma repetitivo do social” (LATOUR, 2012. p. 87).

Assim, os humanos e não-humanos partícipes deste estudo serão denominados actantes.

### 1.1 O ADOLESCENTE INGRESSO NA PRIVAÇÃO DA LIBERDADE: CONSEQUÊNCIAS NÃO PREMEDITADAS?

Antes de se adentrar na discussão sobre a situação do adolescente e a prática do ato infracional e sua consequente responsabilização por meio de uma medida socioeducativa em instituição específica, torna-se importante trazer uma reflexão sobre a modernidade. Como ela se constitui e que consequências são preeminentes nas relações sociais, no sentido de compreender como se redesenha a Rede de Atendimento para adolescentes privados da liberdade.

Na obra *As Consequências da Modernidade*, Giddens (1991) apresenta como a sociedade capitalista se constituiu a partir da modernidade. Para o autor a modernidade refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do Século XVII, e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.

A modernidade, para Giddens, se caracteriza por diversos aspectos dos quais se pode destacar a relação entre a segurança *versus* perigo e, confiança *versus* risco. O autor aponta que a modernidade é uma “faca de dois gumes” (GIDDENS, 1991. p. 16). Quer dizer que dois lados da modernidade podem ser evidenciados: o lado da oportunidade e um lado sombrio que se tornou mais aparente a partir do final do século XIX e início do Século XX.

Giddens (1991) destaca que o “lado da oportunidade” foi mais fortemente enfatizado pelos fundadores clássicos da sociologia. Para o autor, tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas, ambos também acreditavam que as possibilidades abertas pela era moderna superavam as suas características negativas, para o primeiro porque o socialismo seria uma sociedade pós-capitalismo; para o segundo, porque no contexto moderno se teriam as condições de superar as suas próprias dificuldades. Max Weber, no entanto via o mundo moderno como um mundo paradoxal, onde o progresso material era obtido à custa de uma expansão burocrática que esmagava a criatividade e autonomia individual.

Neste sentido, Giddens (1991) destaca que nenhum dos três conseguiu antever o quão extensivo viria a ser o lado sombrio da modernidade. Por exemplo: sabiam que o trabalho industrial moderno traria consequências positivas e negativas aos seres humanos. Mas, não chegaram a prever que o desenvolvimento das forças produtivas teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente e aos riscos para os humanos (por exemplo, o poder de destruição das armas atômicas).

A modernidade se institucionalizou no capitalismo e no industrialismo. Para Giddens (1991), o capitalismo se constitui num sistema de produção de mercadorias, que está centrado na propriedade privada do capital e no trabalho assalariado, sem a posse dos meios de produção. Este tem como eixo principal um sistema de classes. A base dele é o industrialismo, o qual se utiliza para produção de bens, fontes inanimadas de energia material e tem a máquina como principal artefato; mas, necessita de uma organização social regularizada. Esta última, que disponibilizará um contingente de mão de obra para a produção de bens.

A organização social, condição para o industrialismo, afeta não apenas o local de trabalho, mas os transportes, as comunicações e a vida doméstica. Essa organização forja a formação das sociedades capitalistas, as quais possuem, além das acima mencionadas, outras: primeiro, a inovação tecnológica é constante e difusa; segundo, possui uma economia distinta (insulada) das outras arenas sociais – mas os seus relacionamentos econômicos influenciam as outras instituições; terceiro, a *insulação* da economia e do Estado se fundamenta sobre a primazia da propriedade privada dos meios de produção; e, em quarto lugar, a autonomia do Estado é condicionada, ou seja, possui dependência da acumulação do capital. (GIDDENS, 1991).

As sociedades que se moldam no contexto da modernidade, a qual potencialmente tem as condições de se tornar mundial em sua influência, é uma característica, segundo Giddens, bastante inerente às instituições modernas. Essa característica moderna – o nível de distanciamento tempo-espço – é muito maior do que em qualquer outro período e, a relação entre as formas sociais e eventos locais e globais se tornam alongadas. É esse processo de alongamento que Giddens entende por globalização e que pode ser definido como,

[...] a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são moldados por eventos ocorrendo a muitos milhares de distância e vice-versa. [...] é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam (GIDDENS, 1991. p. 76).

Tais relações provocam consequências, também sombrias, como aponta Zygmunt Bauman - autor que dialoga com Giddens sobre o tema da modernidade. Em sua obra *Globalização: as Consequências Humanas*, ele apresenta de modo mais evidente o “lado sombrio” da modernidade, especialmente no que se refere a uma de suas facetas - a globalização:

A integração e a divisão, a globalização e a territorialização, são processos mutuamente complementares. Mais precisamente, são duas faces do mesmo processo: a redistribuição mundial de soberania, poder e liberdade de agir desencadeada [...] pelo salto radical na tecnologia da velocidade. A coincidência e entrelaçamento da síntese e da dispersão, da integração e da decomposição são tudo, menos acidentais; e menos ainda passíveis de retificação (BAUMAN, 1999, p.77).

Entende-se que a promessa “que as possibilidades abertas pela era moderna superavam as suas características negativas” não se concretizou. A globalização que implica liberdade para alguns, “abate-se sobre outros como destino cruel” (BAUMAN, 1999, p. 78).

Outro aspecto sombrio da modernidade é apresentado por Beck (2010), quando apresenta o conceito de sociedade de risco, no qual a industrialização chega num estágio em que o progresso passa a se transformar em autodestruição, em que, um tipo de modernização destrói outro. É o que ele chama de ‘modernização reflexiva’, entendida como autocrítica que a sociedade produz sobre os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais que escapam das instituições, mas não no sentido de uma emancipação<sup>9</sup> nos termos marxistas.

Para Beck (2010) as instituições da sociedade industrial tornam-se produtoras e legitimadoras das ameaças que não conseguem controlar. É a autoconfrontação<sup>10</sup> do indivíduo com os efeitos de suas ações, constituindo a

<sup>9</sup> [...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força *política*. (MARX, 2010. p. 54) [grifos do autor].

<sup>10</sup> Para Beck (2010) conceito de reflexividade significa autoconfrontação, e na medida em que este

sociedade de risco. A noção de risco existe se o indivíduo tem condições de percebê-lo. Está caracterizada como um estágio da modernidade em que as ameaças produzidas no caminho da sociedade industrial começam a tomar corpo. Agora é a manutenção da própria vida que se coloca em questão.

Sociedade de risco é como um produto da modernização reflexiva. Para Beck (2010) a distribuição da riqueza é superposta pela distribuição dos riscos, em que ninguém é capaz de escapar de seus efeitos, eles transcendem os limites dos estados-nações.

Mas, este é o momento que Beck considera como mais favorável para a crítica radical, na qual há possibilidade de indivíduo se tornar ator e planejador de sua biografia, sua identidade. É o momento da desintegração das certezas da sociedade industrial diante do novo contexto e, de buscar e de criar novas. Ou seja, a visibilidade dos riscos sociais, econômicos, ambientais está para todos. Essa desintegração é possível por meio da visibilidade e da mensurabilidade do risco “[...] a reboque das forças produtivas exponencialmente crescentes no processo de modernização, são desencadeados os riscos e potenciais de autoameaça até então desconhecidos” (BECK, 2010. p. 23).

As incertezas fabricadas pela sociedade de risco referem-se à ausência de mensurabilidade dos riscos produzidos pela sociedade moderna. Um risco é sempre uma certeza, mas quando não é possível antevê-lo, criam-se as incertezas.

Existe uma diversidade de definições de risco. Essa diversidade fundamenta-se na própria lógica dos riscos da modernidade, que são muitos. Há uma interdependência dos atores da modernidade (economia, agricultura), ou seja, a ausência de causas específicas e responsabilidades isoláveis. Mas, a distribuição dos riscos se diferencia da distribuição da riqueza. Mantém-se o esquema de classe, pelo qual a riqueza pode ser medida pelo maior acesso a renda, escolarização, à saúde, à moradia; Já a distribuição de riscos, pelo seu lado contrário, quanto menor o acesso, menor risco.

---

movimento se generaliza, passa a denominar uma dinâmica social historicamente singular, que confere uma caracterização particular à sociedade contemporânea, permitindo diferenciá-la de sociedades de épocas anteriores. Parece evidente que a autoconfrontação leva à diferenciação crescente “do que é” em relação “ao que foi”, sem, contudo, (ainda) deixar de ser parcialmente “o que era”. A reflexividade da sociedade de risco quer dizer que o presente é o resultado ambivalente de processos contínuos e descontínuos, mediados pela experiência da conversão do risco em destruição (BOSCO, 2015).

Para finalizar o enfoque sobre a modernidade e seus efeitos mais nefastos cabe expor que a modernidade escamoteia as reais contradições na qual ela se perpetua, ou seja, a relação entre capital e trabalho, opressores e oprimidos, bem alimentados e famintos, ou melhor, os úteis ao capital do “refugo” que não tem mais utilidade para o capital. A tecnologia, especialmente a midiática é um instrumento muito bem utilizado para os perpetuadores da lógica globalizante:

[...] toda associação das horrendas imagens da fome apresentadas na mídia com a destruição do trabalho e dos postos de trabalho (isto é, com as causas globais da pobreza local) é cuidadosamente evitada. As pessoas são mostradas com sua fome, mas, por mais que os espectadores agucem a visão, não verão um único instrumento de trabalho, uma única faixa térrea arável ou só uma cabeça de gado nas imagens, nem ouvirão qualquer referência a nada disso. Como se não houvesse ligação entre o vazio das exortações rotineiras para que se “levantem e façam alguma coisa” dirigida aos pobres num mundo que não precisa mais de força de trabalho [...] As riquezas são globais, a miséria é local – mas não há ligação causal entre elas, pelo menos não no espetáculo dos alimentados e dos que alimentam (BAUMAN, 1999, p.82). (Grifos do autor)

Neste quadro de diferentes consequências ditas não premeditadas da modernidade, há evidentes contradições na sua perpetuação. Neste enfoque pode-se sinalizar que a conduta delitiva dos adolescentes privados da liberdade vem expressar também as contradições produzidas pelos efeitos modernizantes, resultantes do seu “lado sombrio”.

No Brasil, a modernidade mostrou seus traços mais evidentes no início do século XX. Em poucas palavras, essas transformações correspondem à criação de uma indústria de substituição de bens não-duráveis, ao crescimento das cidades que eram capitais de mercados regionais, à crise do café, à crise do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias (a “política dos governadores”) e ao surgimento de revoltas sociais e militares que começaram na década de 1920 e culminaram com a Revolução de 1930 (OLIVEN, 2015).

Uma das formas expressivas da modernidade foi a criação de um aparelho de Estado mais centralizado, deslocando, de forma crescente, o poder do âmbito regional para o nacional. Do ponto de vista econômico, por exemplo, o Estado passou a intervir mais na economia, ajudando a fazer com que uma parte do excedente fosse usada para iniciar um processo de industrialização, embora mantendo os privilégios de classes (OLIVEN, 2015).

Mas, é no plano social que o Estado se expressa sobre os efeitos do capitalismo, pelo qual regulamenta as relações entre o capital e o trabalho, criando, entre outras, as legislações trabalhistas. Criou-se também, o Ministério da Educação, ao qual coube um papel importante na constituição da nacionalidade, através da impressão de um conteúdo nacional à educação veiculada pelas escolas, da padronização do sistema educacional e do enfraquecimento da cultura das minorias, entre outros (OLIVEN, 2015).

Entra em cena, neste contexto, a preocupação com a infância desvalida, que até os finais do século XIX ficaram nas mãos das instituições religiosas, filantrópicas e da caridade. Passou-se a falar de uma justiça mais humana, pautada na “reeducação”, especialmente de adolescentes (a criminalidade chamava atenção da população e preocupação dos juristas). Então, na década de 1920 consolidou-se a fórmula da justiça e assistência para ‘menores’ viciosos e delinquentes. Os quais passaram para a vigilância do Juízo de Menores e da Polícia, ou seja, do Estado Moderno (RAZZINI, 2009).

Para a sociedade industrial havia necessidade de mão-de-obra, esta era recrutada, especialmente em instituições que mantinham atendimento às crianças e adolescentes. Os patrões justificavam que o trabalho infantil retirava os ‘menores’ das ruas dando-lhes uma ocupação. Nesse contexto de abandono, exploração, delinquência, é elaborada uma legislação voltada à criança e ao adolescente (o Código de Menores de 1927). Não qualquer criança entre zero e dezoito anos, mas, aquelas denominadas de ‘expostos’ (menores de sete anos), ‘abandonados’ (menores de 18 anos), ‘vadios’ (meninos de rua), ‘mendigos’ (os que pedem esmolas ou vendem coisas nas ruas) e ‘libertinos’ (que frequentavam prostíbulos) (SEGUNDO, 2015), bem como, aqueles que praticavam atos infracionais.

Mais adiante, o período dos governos militares foi pautado, na área da infância e adolescência, por dois documentos significativos e indicadores da visão vigente. Primeiro, a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor com o objetivo de formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor. A FUNABEM propunha-se a ser a grande instituição de assistência à infância, cuja linha de ação tinha na internação, tanto dos abandonados e carentes, como dos infratores, seu principal foco. Segundo, a reformulação do Código de Menores, em 1979, que não rompe com sua linha principal de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infanto-juvenil (LORENZI, 2015).

Esta lei introduziu o conceito de ‘menor em situação irregular’, que reunia o conjunto de meninos e meninas que estavam na situação do que alguns autores denominam infância em ‘perigo’ ou infância ‘perigosa’.

Entende-se por infância em perigo, aquela que abrange as crianças vítimas de crime ou em risco social, e a infância perigosa, a que se reporta às crianças na condição de agressoras ou delinquentes.

A designada infância em perigo tornou-se uma das molas impulsionadoras da fundação de uma nova preocupação social sobre as crianças, e muito em especial sobre as classes populares, o que implicou o estabelecimento de novos modos de gestão, visando dar resposta às necessidades econômicas e sociais da época, num primeiro momento na Inglaterra e na França. Ganhou corpo a ideia de olhar a organização da sociedade sob diferentes formas, havendo quem defendesse a identificação e responsabilização dos pais que as colocavam nestas situações, e quem remetesse a solução do problema para a reorganização das próprias instituições e do Estado. (CARVALHO, 2017).

A infância perigosa se assenta na imagem da criança delincente, exemplo máximo das tensões entre inocência e mal, dependência e liberdade, que a construção social da infância ganhou mais força no século XIX. A delinquência era vista como um resultado do conflito entre as condições de vida e a pressão social promovida pela industrialização que conduzia à revolta nas classes populares. Os atos delinquentes das crianças e jovens eram entendidos à luz das influências dos adultos, da sua família, que, assim, conquistou uma importância acrescida (CARVALHO, 2017).

Essa população era colocada como objeto da administração da Justiça de Menores. Sendo a esta, conferido poderes ilimitados quanto ao tratamento e destino desta população (LORENZI, 2015).

Esta trajetória traz outro marco importante, com a luta pela redemocratização do país e com o processo de abertura algumas questões começaram a surgir novamente. Manifestaram-se por meio da ênfase da necessidade de um verdadeiro federalismo, da proclamação das vantagens de uma descentralização administrativa, do clamor por uma reforma tributária que entregasse mais recursos para os estados e municípios e da afirmação de identidades regionais que salientassem suas diferenças em relação ao resto do Brasil (OLIVEN, 2015).



Foi então com o processo de abertura política que outros atores passaram a ganhar maior visibilidade no Brasil. Novas questões vieram à tona e movimentos populares começaram a se organizar. Vários destes movimentos estavam preocupados com questões frequentemente consideradas locais e menores, mas fundamentais. O que se observou no Brasil, a partir de sua redemocratização, foi o intenso processo de constituição de novos atores políticos e a construção de novas identidades sociais, como, por exemplo, a identidade etária - representada, no caso, pelos jovens enquanto categoria social (OLIVEN, 2015). Esse processo democrático culminou e se materializou com a promulgação, em 1988, da Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã.

Para os movimentos sociais de defesa da infância e adolescência brasileira, a década de 80 representou também importantes e decisivas conquistas. Havia dois tipos de grupos em torno do tema da infância e adolescência: os menoristas e os estatutistas. Os primeiros defendiam a manutenção do Código de Menores, que regulamentava até então a situação das crianças e adolescentes que estivessem em situação irregular (Doutrina da Situação Irregular). Já os estatutistas defendiam uma significativa mudança no código, instituindo novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a ser sujeito de direitos e a contar com uma Política de Proteção Integral. (LORENZI, 2015).

Para Lorenzi (2015, *on line*), uma das estratégias utilizadas pelos estatutistas era a de incorporar a nova visão à Constituição:

Para conseguir colocar os direitos da criança e do adolescente na Carta Constitucional, tornava-se necessário começar a trabalhar, antes mesmo das eleições parlamentares constituintes, no sentido de levar os candidatos a assumirem compromissos públicos com a causa dos direitos da infância e adolescência.

Destaca a autora, que na Assembleia Constituinte organizou-se um grupo de trabalho comprometido com o tema da criança e do adolescente, cujo resultado concretizou-se no artigo 227, que introduz conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, trazendo os avanços da normativa internacional para a população infanto-juvenil brasileira.

Estavam lançadas, portanto, as bases do Estatuto da Criança e do Adolescente. É interessante notar que a Comissão de Redação do ECA teve representação de três grupos expressivos: movimentos da sociedade civil, juristas

(principalmente ligados ao Ministério Público) e técnicos de órgãos governamentais dentre eles, os funcionários da Funabem (LORENZI, 2015).

A autora destaca também, que muitas entidades vindas dos movimentos da sociedade civil surgiram em meados da década de 80 e tiveram uma participação fundamental na construção deste arcabouço legal que temos hoje. Como exemplos, destaca-se o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que surgiu em 1985 em São Bernardo do Campo; e a Pastoral da Criança, criada em 1983, em nome da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, envolvendo forte militância proveniente dos movimentos sociais da igreja católica.

É no contexto dos movimentos sociais que se dá a promulgação do ECA (Lei 8.069/90) que ocorreu em 13 de Julho de 1990, consolidando uma reconhecida conquista da sociedade brasileira: a produção de um documento de direitos humanos que contempla o que há de mais avançado na normativa internacional relacionada aos direitos da população infanto-juvenil. Este novo documento altera significativamente as possibilidades de uma intervenção arbitrária do Estado na vida de crianças e jovens. Como exemplo disto, pode-se citar a restrição que o ECA impõe à medida de internação, aplicando-a como último recurso, restrito aos casos de cometimento de ato infracional mediante grave ameaça, ou no cometimento reiterado de atos infracionais (LORENZI, 2015).

O Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em julho de 1990 trata sobre os direitos de todas as crianças e adolescentes. Está dividido em duas partes, uma geral e outra especial, sendo que a primeira trata dos princípios norteadores do Estatuto; já a segunda parte traz a estrutura da política de atendimento, medidas socioeducativas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais (VIEGAS; RABELO, 2016).

A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem nenhuma distinção, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento e com prioridade absoluta sob as políticas do Estado. Os objetivos do estatuto são a proteção, promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental e social condizentes com os princípios constitucionais.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda

questões de políticas de atendimento, medidas protetivas e medidas socioeducativas, entre outras providências (VIEGAS; RABELO, 2016).

Conforme os autores acima citados, o ECA dispõe que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punida qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais. Ou seja, é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Colocando-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Para além de considerar apenas os aspectos legais, entende-se que a adolescência pode ser considerada, conforme, Mascagna (2016), uma fase de ruptura, na qual desaparecem interesses antigos e emerge o desenvolvimento de interesses novos. Ao vivenciar a extinção dos velhos interesses e o surgimento de novos, o adolescente vive uma crise, cujo estado emocional pode ser visto como um vazio, um negativismo. Mas, este comportamento não se manifesta por igual entre os adolescentes. Alguns agem negativamente em casa, outros, na escola. Essas crises são analisadas, tradicionalmente, como resultado de alterações hormonais e corporais.

Segundo a autora, para Vygotski (1996), o comportamento não advém de questões biológicas e não são necessariamente negativas, elas dão um novo impulso ao desenvolvimento psíquico do indivíduo. O comportamento do jovem pode ser considerado até negativo, mas a crise em si não é, e com ela, o/a adolescente forma novas funções psíquicas. A crise vivenciada, conforme o autor, pelo adolescente é evolutiva, ocorre juntamente com as novas necessidades que surgem. Ela não representa somente a idade de transição, mas como importante no desenvolvimento cognitivo, na superação dos velhos conteúdos por novos.

Ainda, a autora destaca que o desenvolvimento e a reestruturação de novos interesses não dependem somente de processos maturacionais do organismo, mas estão atrelados à vida prática dos homens, isto é, o psiquismo humano se desenvolve conforme as condições históricas e os meios de produzir a vida. Com o surgimento de novas necessidades internas no adolescente, a quantidade de objetos que o atrairão também é ampliada. Atividades que antes eram ignoradas passam a conduzir sua vida e seu comportamento, surgindo um mundo inédito para o adolescente.

Novas atrações surgem, novas cobranças são efetuadas pelo meio, dando lugar a uma nova forma de viver a vida e a realidade ao adolescente. O jovem gosta de estar junto com o grupo de amigos, de conversar e sair juntos. A escola, os amigos e os grupos passam a ser suas atividades principais. Por intermédio da comunicação com os seus pares, se formam as atitudes gerais frente à vida, as relações entre as pessoas, o futuro próprio. O adolescente vai romper o círculo que tinha antes, ou seja, família e escola, e vai para o campo da atividade social (MASCAGNA, 2016).

Neste contexto de mudanças é que também ocorrem atos infracionais. Com relação aos crimes praticados por adolescentes entre doze e dezoito anos incompletos a legislação os denomina atos infracionais e são passíveis de aplicação de medidas socioeducativas. As medidas socioeducativas estão elencadas no Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional. Também poderão ser aplicadas as medidas protetivas<sup>11</sup> (Artigo 101, inciso I ao IV), tanto de forma isolada, quanto de maneira acumulada às medidas socioeducativas.

Os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente disciplinam situações nas quais tanto o responsável, quanto o adolescente devem ser instados a modificarem atitudes, definindo sanções para os casos mais graves.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também institui medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, como encaminhamento a programa de proteção à família, inclusão em programa de orientação a alcoólatras e toxicômanos, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento a cursos ou programas de orientação, obrigação de matricular e acompanhar o aproveitamento escolar do filho

---

<sup>11</sup> Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) IX - colocação em família substituta.

ou pupilo, advertência, perda da guarda, destituição da tutela e até suspensão ou destituição do poder familiar (VIEGAS; RABELO, 2016).

Desde a promulgação do ECA, um grande esforço para a sua implementação tem sido feito nos âmbitos governamental e não-governamental. A crescente participação do terceiro setor nas políticas sociais, fato que ocorre com evidência a partir de 1990, é particularmente forte na área da infância e da juventude. A constituição dos conselhos dos direitos, uma das diretrizes da política de atendimento apregoada na lei, o qual determina que a formulação de políticas para a infância e a juventude deve vir de um grupo formado paritariamente por membros representantes de organizações da sociedade civil e membros representantes das instituições governamentais (LORENZI, 2015).

No entanto, se há um lado virtuoso neste contexto, especialmente no que se refere à mudança na lei e na institucionalidade (governança, etc.) em relação à criança e o adolescente no Brasil, há aspectos sombrios, como o fato de que a implementação integral do ECA ainda representa um desafio para todos aqueles envolvidos e comprometidos com a garantia dos direitos da população infanto-juvenil. Isso conduz a pensar se há consequências “imprevistas” ou se a previsão que contém a Lei e as normativas está equidistante ainda na Rede real que se constitui em torno da questão da criança e do adolescente em situação de risco social?

Com os novos institutos jurídicos previstos no ECA: a municipalização e a descentralização da política dirigida às crianças e aos adolescentes bem como, a criação de conselhos e as garantias processuais do adolescente submetido ao procedimento de apuração de ato infracional, (LORENZI, 2015) aparecem como mais espaços de participação dos agentes, com o poder e a capacidade de transformação.

Agentes enquanto atores dos coletivos são convocados a participar da formulação de políticas voltadas aos diferentes segmentos, em especial, ao contexto dos adolescentes privados de liberdade. Sobre estes, que se tornam visíveis a partir da prática de atos infracionais, denunciam também a condição de excluídos do ‘progresso’ anunciado pela modernidade. Mas, quem são esses actantes/adolescentes que estão na privação de liberdade?

## 1.2 PERFIL DOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE NO BRASIL E NO PARANÁ

O retrato da realidade do atendimento a adolescentes em privação de liberdade no Brasil e no Paraná representa um entrave para as políticas intersetoriais, em especial, saúde, educação e assistência social. Os documentos analisados apontam que uma das dificuldades dessa política consiste justamente na articulação dos diferentes setores que atendem a execução das medidas socioeducativas, em especial as privativas de liberdade.

### 1.2.1 Situação do Atendimento de Privação de Liberdade no Brasil

Dados sobre o atendimento socioeducativo no Brasil estão publicizados no *sítio* eletrônico da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH. Estão para acesso direto dados dos anos de 2009 a 2013. Para o presente estudo, utilizou-se dos dados referentes ao Levantamento Anual de 2013.

Os dados referem-se ao atendimento aos adolescentes privados da liberdade em virtude do cometimento de atos infracionais. Após a apreensão (em flagrante ou por meio de mandado judicial), o adolescente passa a cumprir a internação em entidade de atendimento. Além da internação por prazo indeterminado, a privação de liberdade ocorre em mais outras duas situações: a internação provisória e a internação por descumprimento de medidas anteriormente aplicadas (internação-sanção).

O relatório também traz dados sobre a restrição da liberdade, a qual se refere à medida socioeducativa de semiliberdade. No entanto, neste enfoque, não será objeto de análise. Os dados referem-se à situação do atendimento na data de 30/11/2013.

No ano de 2013 havia, no Brasil, 23.066 adolescentes cumprindo alguma MSE de privação e restrição de liberdade. O que corresponde a 0,08% dos adolescentes brasileiros entre 12 a 18 anos de idade, segundo dados da Projeção da População realizada pelo IBGE em 2013. Pode-se observar um aumento considerável no número de atendimento com relação ao ano de 2010 (LEVANTAMENTO ANUAL, 2013).

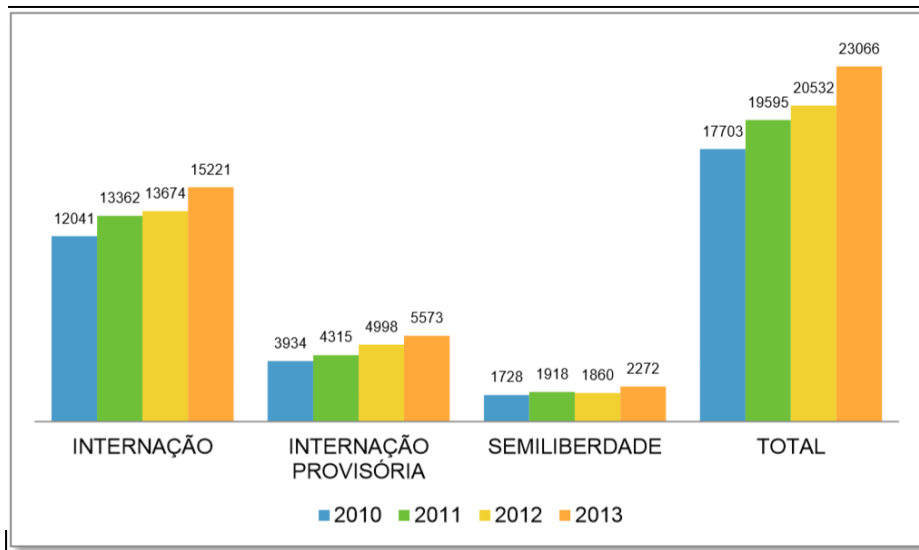


Gráfico 1: Número de Atendimentos no Brasil.  
Fonte: Levantamento Anual Sinase (2013).

Os atendimentos estão distribuídos em 466 unidades de privação e restrição de liberdade:

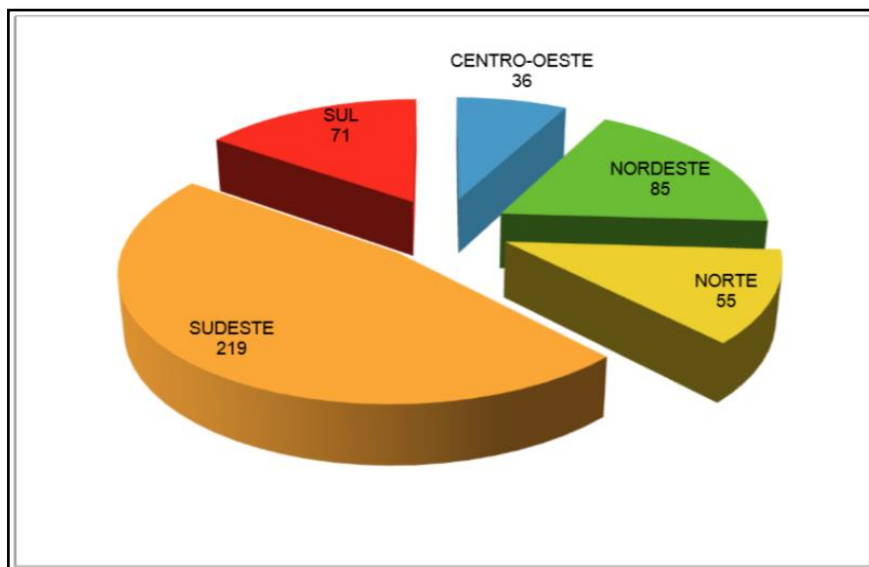


Gráfico 2: Regiões e número de unidades.  
Fonte: Levantamento Anual Sinase (2013).

Os atos infracionais praticados representam um quadro bastante negativo sobre a realidade vivenciada por estes adolescentes. Grande maioria deles está envolvido com roubo e tráfico de drogas. Menos de 20% está apreendido por grave ameaça à pessoa. O gráfico abaixo apresenta essa situação:

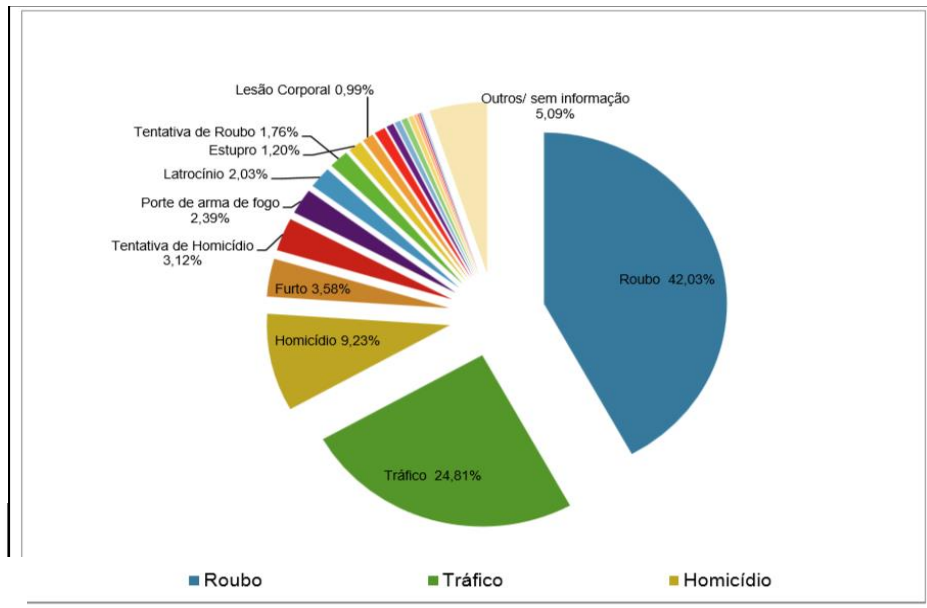


Gráfico 3: Ato infracional.  
Fonte: Levantamento Anual Sinase (2013).

Conforme o ECA/1990, Artigo 122 e incisos, a medida de internação só poderá ser aplicada quando: “I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.” No entanto, observa-se que há um grande número de cumprimentos de MSE por tráfico de drogas e roubo.

Outros dados referem-se ao perfil do adolescente e são passíveis de serem apresentados pelo quadro abaixo, os quais se deu destaque aos que possuem maior porcentagem em relação ao total de adolescentes atendidos:

Tipo do dado	Discriminação	Quantidade %
Sexo	Masculino	96%
	Feminino	4%
Faixa etária	16 e 17 anos	57%
	18 a 21 anos	22%
Raça/cor	Preta/parda	57,4%
	Branca	24,5%
Escolarização	-	12.219 matriculados*
	-	

Quadro 1: Perfil dos adolescentes atendidos.

Fonte: Adaptado do Levantamento Anual Sinase (2013).

\* O Levantamento não apresenta dados sobre o nível de escolaridade dos adolescentes em cumprimento de MSE.



O levantamento ainda apresenta que existem 31.826 profissionais atuando nas unidades de atendimento socioeducativo em diferentes áreas de atuação: socioeducador/a específico para segurança e a equipe técnica multidisciplinar (assistente social, psicólogo/a, pedagogo/a).

A construção do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2014-2023) constitui-se um dos objetivos do SINASE. A sua construção considerou os dados levantados (Levantamento Anual Sinase 2013) para a formulação de políticas multissetoriais para esta área. O Plano apresenta os princípios e diretrizes; o marco situacional, o modelo de gestão e, por fim as metas, os prazos e os responsáveis pela execução.

O Plano também apresenta muitos desafios para a implementação de uma política nacional que esteja adequada às normativas nacionais e internacionais. Dentre eles destaca-se justamente um modelo de gestão, que possibilite a articulação entre as políticas setoriais. Ou seja, consiste num importante obstáculo para a implementação e consolidação do atendimento socioeducativo a ausência de articulação, principalmente no âmbito local.

Para tanto, o Plano aponta a organização de comitês intersetoriais do Sinase como um instrumento importante para articular políticas interinstitucionais nas três esferas governamentais.

### 1.2.2 Situação do Atendimento de Privação de Liberdade no Paraná

Muitos dados importantes sobre o perfil do adolescente em atendimento nas unidades socioeducativas não se fazem presente no Levantamento Anual Sinase 2013, como por exemplo, a escolaridade média dos adolescentes, a renda familiar, o número de pessoas por domicílio, a situação ocupacional, o uso de substâncias psicoativas, bem como, com quem o adolescente residia no momento da apreensão.

Esses dados trazem um diagnóstico importante para se pensar a execução de medida socioeducativa de internação para além-muro. A realidade dos adolescentes privados da liberdade reflete a realidade do bairro, da comunidade, do município que residem e, das políticas públicas setoriais que atuam neste âmbito.

Assim, na sequência, serão apresentados dados sobre o perfil dos adolescentes que cumprem a MSE privativas e restritivas de liberdade no estado do Paraná.

O *lócus* institucional do sistema socioeducativo do Paraná é a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU, por meio do Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE. No ano de 2016 o departamento tornou público os dados consolidados sobre o atendimento no ano de 2015. Os dados sobre o atendimento socioeducativo no Paraná são diariamente informados no Sistema de Medidas Socioeducativas – SMS, em cada unidade do estado. Os quais são utilizados para a avaliação e previsão de ações no âmbito institucional. Entretanto, este Relatório Consolidado do Atendimento público, contém incluso também as ações do departamento para o ano de 2015.

Os dados sobre o perfil dos adolescentes refletem a realidade na qual os adolescentes estão inseridos e que podem espelhar se as ações das políticas setoriais se fazem presentes/ausentes nesta realidade.

No ano de 2015 foram realizados 5.436 atendimentos nas unidades do Estado, nas seguintes modalidades de atendimento<sup>12</sup>:

<b>Número de Atendimentos – 2015</b>	
<b>Tipo de Atendimento</b>	<b>Total 2015</b>
<b>Abrigo Provisório</b>	704
<b>Internação</b>	1766
<b>Internação Provisória</b>	2114
<b>Internação Sanção</b>	86
<b>Semiliberdade</b>	766
<b>Total de atendimentos</b>	5.436

Quadro 2 Total de atendimentos no ano.

Fonte: Adaptado do Relatório de Ações Dease 2015.

É importante destacar que o número de atendimentos não corresponde ao número de adolescentes atendidos. Isso se deve ao fato de que um mesmo adolescente pode transitar por mais de uma modalidade em um período de 12

<sup>12</sup> Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias. III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. § 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. Abrigo provisório: o adolescente apreendido em flagrante permanece até cinco dias para a instauração de apuração de ato infracional (LEI 8.069/90).

meses. Por exemplo: pode ingressar no abrigo provisório, ser encaminhado para a internação provisória, desta para a internação, e depois ser inserido na semiliberdade. O mesmo adolescente foi atendido em quatro modalidades diferentes dentro deste período.

Os dados sobre o perfil serão apresentados no quadro seguinte o qual fora adaptado dos gráficos do Relatório do Dease (2015), no qual serão apontados os quantitativos mais elevados.

<b>PERFIL DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS – 2015</b>	
<b>GÊNERO</b>	
Masculino	93,91%
Feminino	6,09%
<b>ETNIA</b>	
Parda	46,9%
Branca	37,8%
Negra	12,07%
<b>IDADE</b>	
16 anos	26,6%
17 anos	35,7%
<b>ATO INFRACIONAL</b>	
Roubo	23,1%
Tráfico de Drogas	16,07%
Roubo Agravado	14,61
Homicídio Qualificado	9,88%
<b>RENDA FAMILIAR (SALÁRIOS MÍNIMOS)</b>	
1 a 2	52,88%
2 a 3	19,55%
Menos de 1	8,01%
<b>COM QUEM RESIDIAM (TIPO DE CONVÍVIO)</b>	
Mãe	31,6%
Ambos os pais	19,5%
Outros parentes	12,7%
Mãe e padrasto	12,5%
<b>SITUAÇÃO OCUPACIONAL</b>	
Não trabalhavam	74,7%
Trabalhavam sem registro	13,6%
Trabalhavam com registro	1,07%
<b>USO DE DROGAS</b>	
Maconha	29,1%
Tabaco	18,9%
Álcool	16,9%
<b>SITUAÇÃO ESCOLAR</b>	
Não estudava	50,7%
Matriculado e frequentando	29,5%
Matriculado e não frequentando	15,4%

Quadro 3: Perfil dos Adolescentes.

Fonte: Adaptado do Relatório de Ações Dease (2015).

Com relação aos dados apresentados, estes refletem a realidade dos adolescentes brasileiros. Os adolescentes brasileiros de 12 a 18 anos incompletos

totalizavam, em 2013, 21,1 milhões, o que correspondia a 11% da população brasileira (SILVA; OLIVEIRA, 2016). Grande parcela dos adolescentes, apesar da idade, estuda e trabalha. Há os que já abandonaram precocemente a escola e só trabalham nos mercados informais, sem nenhuma proteção social. E ainda há os que não estudam e não trabalham (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

As informações sobre a escolaridade dos jovens adolescentes brasileiros mostram que há uma grande defasagem entre a idade e o grau de escolaridade atingido, principalmente entre aqueles na faixa de 15 a 17 anos, que deveriam estar cursando o ensino médio ou já tê-lo concluído. Em 2013, cerca de um terço dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não havia terminado o ensino fundamental e menos de 2% (1,32%) havia concluído o ensino médio (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

Características	De 12 a 14 anos	De 15 a 17 anos	Total	
População de 12 a 17 anos	49,63	50,37	100,00	
Sexo	Homem	51,54	50,85	51,19
	Mulher	48,46	49,15	48,81
Escolaridade	Sem instrução	0,64	0,52	0,58
	Fundamental completo	93,30	27,00	59,90
	Fundamental incompleto	3,47	22,33	12,97
	Médio incompleto	0,41	32,58	16,61
	Médio completo	0,00	1,32	0,67
	Superior Incompleto	0,00	0,10	0,05
Raça/cor	Branca	40,22	40,69	40,45
	Negra	59,22	58,62	58,92
	Outra	0,56	0,70	0,63
Área	Urbano	81,45	82,85	82,16
	Rural	18,55	17,15	17,84

Quadro 4: Perfil dos adolescentes Brasil.  
Fonte: Silva e Oliveira (2016).

A faixa etária de 15 a 17 anos é aquela que mais está presente no perfil dos adolescentes privados da liberdade. Conforme apontam os dados contidos no Quadro 5, em 2013, dos 10,6 milhões de jovens de 15 a 17 anos, mais de 1,0 milhão não estudavam nem trabalhavam; 4.584,2 mil só trabalhavam e não estudavam; e aproximadamente 1,8 milhão conciliava as atividades de estudo e trabalho.

Entre os jovens que não estudavam, não trabalhavam e não procuravam emprego, observam-se as características típicas de exclusão social do país: a maior parte é da raça negra (64,87%); 58% são mulheres; e a imensa maioria (83,5%) é

pobre e vive em famílias com renda per capita inferior a 01 (um) salário mínimo (SM).

Os jovens adolescentes que já estão fora da escola e só trabalham apresentam perfil semelhante ao dos adolescentes anteriormente destacados, com a diferença de que, neste grupo, os homens são a maior parte e representam 70,65%, enquanto as mulheres são menos de um terço (29,35%).

Os adolescentes que só trabalham também são, na maior parte, negros (61,46%) e pobres (63,68%). O perfil de exclusão também se repete entre os adolescentes que necessitam conciliar trabalho e estudo, pois estes são na maioria do sexo masculino (60,75%), negros (59,8%) e pobres (63,03%), conforme dados da tabela abaixo:

Características selecionadas	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Nem estuda nem trabalha
Branços	42,15	39,48	37,84	34,49
Negros	57,15	59,8	61,46	64,87
Outras raças	0,7	0,71	0,7	0,64
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Homem	48,16	60,75	70,65	41,88
Mulher	51,84	39,25	29,35	58,12
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Vivem em famílias com renda familiar <i>per capita</i> inferior a 1 SM	67,11	63,03	65,68	83,50
Vivem em famílias com renda familiar <i>per capita</i> de 1 a 2 SMs	17,92	24,81	23,48	9,14
Vivem em famílias com renda familiar <i>per capita</i> superior a 2 SMs	9,85	6,34	4,9	3,17
Sem declaração de rendimento	5,12	5,83	5,93	4,19
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Total (números absolutos)</b>	<b>7.210.636</b>	<b>1.763.990</b>	<b>584.228</b>	<b>1.083.489</b>

Quadro 5: Perfil dos adolescentes Brasil 2.

Fonte: Silva e Oliveira (2016).

O contexto de exclusão social apontado nos dados é bastante presente no quadro apresentado (Quadro 3: Perfil dos Adolescentes), sobre os adolescentes privados da liberdade nas unidades do Estado do Paraná: famílias de baixa renda, evadidos da escola, trabalhadores não formais e uma maioria imperiosa de adolescentes pardos e negros.

A temática da área da infância e juventude é ampla e requer olhar de diferentes áreas do conhecimento como também da rede institucional que deve através das políticas públicas atender aos direitos de cidadania. A privação e restrição da liberdade de adolescentes representa a ponta do *iceberg* da problemática social juvenil do Brasil.

Em décadas recentes, o controle do crime tem sido o centro das discussões dentro dos governos, mas que as políticas não têm sido formuladas baseando-se em conhecimento, e sim em discursos, em retóricas e na confusão da utilização dos conceitos de opinião pública e de julgamento público (SILVA; OLIVEIRA, 2016)

No Brasil os adolescentes, particularmente os pobres, têm sido apontados como responsáveis pelo crescimento nos índices de violência. Por intermédio de mecanismos diferentes, em especial pela mídia, uma parcela da sociedade se mobiliza para que seja reduzida a idade de imputabilidade penal, para que haja aumento do tempo de privação de liberdade e muitas vezes, um apelo à pena de morte – as quais surgem como respostas imediatas e “eficazes” contra a violência (WOICOLESCO; BIDARRA, 2010).

Moffit (1993) citada por Silva e Oliveira (2006), apontou que o comportamento transgressor na adolescência é comum em todas as classes sociais. A pesquisa mostrou que as taxas de comportamentos ilegais são tão altas na adolescência que devem ser consideradas como parte normal da vida. O elevado número de adolescentes que cometem delitos não significava que estivesse aumentando a violência nas gerações mais novas, mas sim que as pessoas simplesmente cometem mais atos criminosos durante a adolescência.

Apesar de alguns adolescentes estarem cometendo atos reprováveis, a maioria das informações disponíveis dão conta de que um conjunto expressivo dos jovens está desprotegido das políticas públicas e dos direitos sociais básicos e são, ainda, vítimas de violência, e não autores, conforme grande parte da sociedade acredita.

No que se refere ao Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2015-2024) este seguiu as linhas gerais do Plano Nacional. Mas, aponta como importante o fortalecimento dos Conselhos de Direitos e do Colegiado Interinstitucional. Bem como a articulação com os Programas que executam MSE em Meio Aberto que é de responsabilidade dos municípios.

É importante lembrar que os avanços na legislação incluídos na Constituição Federal (1988) e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foram resultado de mobilização e de intensas lutas da sociedade civil por um país mais justo e uma sociedade mais inclusiva e que defende a integralidade dos direitos para todas as crianças e adolescentes brasileiros, independentemente de cor ou raça e qualquer outra condição social.

Considerando, portanto, a adolescência como uma fase peculiar da pessoa em desenvolvimento, é que o CONANDA orienta para a formação e articulação de um Sistema de Garantia de Direitos, ou seja, uma Rede de Atendimento constituída pelas instituições governamentais e não governamentais para efetivação dos direitos de todas as crianças e adolescentes.

Já, o termo Rede faz surgir a ideia de articulação, de criação de vínculos ou de ações de diferentes actantes que se movimentam para atingir seus propósitos e interesses. A Rede pode ser concebida como uma forma de superar a fragmentação dessas ações, por isso a Rede de Atendimento envolve diferentes setores das políticas públicas de forma intersetorial, ou seja, envolve a saúde, educação, assistência social, a fim de proteger crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e violências vividas.

A ideia de um Sistema de Garantia de Direitos, de uma Rede articulada entre diferentes atores que pertencem tanto à esfera governamental por meio das políticas públicas e programas, como também de instituições não-governamentais e, pode-se incluir, as instituições privadas que realizam ações de responsabilidade social, está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Bem como, a inclusão do Artigo 70-A e seus incisos reforçando a ideia da articulação da Rede de Atendimento em especial, ao inciso II: - a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (LEI 13.010/2014 - LEI MENINO BERNARDO).

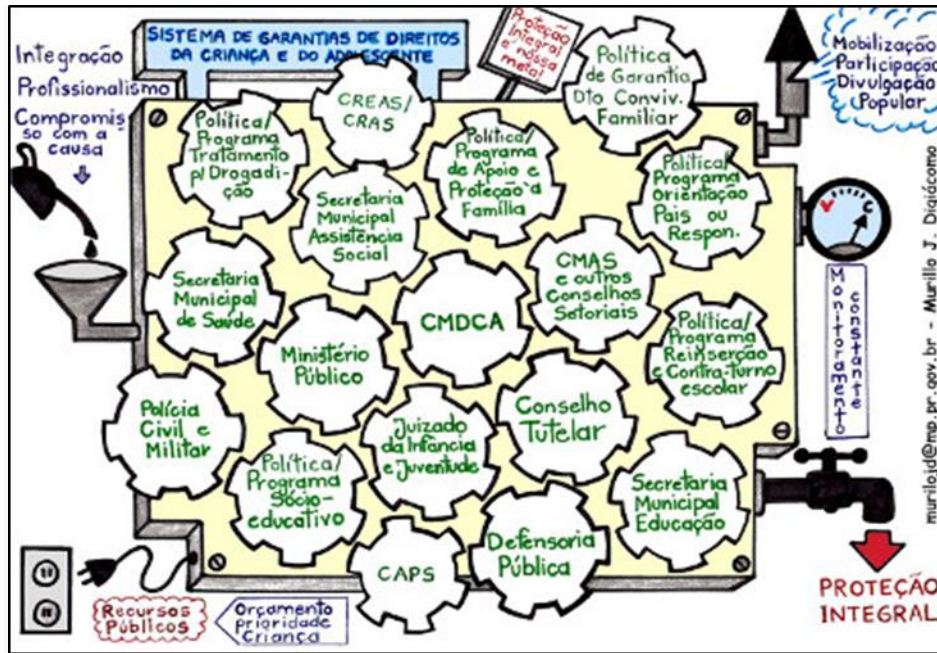


Figura 1: Representação do Sistema de Garantia de Direitos  
 Fonte: Digiácomo (2017).

Uma representação da Rede de Atendimento ou do Sistema de Garantia de Direitos possibilita visualizar tanto as instituições, quanto aquilo que é necessário para que os atores se articulem entre si (DIGIÁCOMO, 2017).

- ✓ ações conjuntas e integradas de todos;
- ✓ todos são igualmente importantes para a Rede. Não há "hierarquia" entre eles;
- ✓ necessidade de um monitoramento constante sobre o adequado funcionamento da Rede;
- ✓ criação de estruturas que não existem, a partir de uma análise das demandas e dos programas e serviços existentes;
- ✓ necessidade de Recursos Públicos provenientes do orçamento dos diversos órgãos encarregados da execução das políticas públicas;
- ✓ necessidade de se trabalhar com o máximo de empenho, profissionalismo e compromisso com a causa da infância e da adolescência.

De acordo com Digiácomo (2017), um Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por inúmeros órgãos, entidades e atores sociais, deve atuar de forma integrada e articulada no sentido da construção de uma verdadeira rede de proteção social, com ações voltadas à prevenção e à proteção de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, por intermédio de políticas



públicas sérias e duradouras, elaboradas e implementadas pelo Poder Público com a indispensável participação dos mais diversos segmentos da sociedade.

Para este autor, o funcionamento do mencionado Sistema de Garantias, assim como a articulação de uma rede de proteção para crianças e adolescentes, no entanto, têm se mostrado uma tarefa complexa, fazendo com que em muitos casos, na prática, poucos avanços tenham sido conquistados em relação à sistemática vigente à época do revogado Código de Menores de 1979, tornando a almejada proteção integral dos direitos infanto-juvenis um objetivo ainda distante de ser alcançado.

Mas, esclarece que a norma determina que o Poder Público, para que possa cumprir seu dever elementar de proporcionar a efetivação dos direitos infanto-juvenis, destine a crianças e adolescentes atenção prioritária e que, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e a execução das políticas sociais públicas; e, a imprescindível destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Na busca da proteção integral à criança e o adolescente, para a qual deverá ser destinada uma atenção e tratamento absolutamente prioritários, Digiácomo (2017, p. 5-6) aponta que dentre outros aspectos, a administração pública deverá realizar:

a) O reordenamento e a readequação de todos os serviços públicos ou de relevância pública oferecidos à população em geral, de modo que crianças e adolescentes sejam atendidos em caráter prioritário e preferencial, com a elaboração de rotinas de encaminhamento e atendimento, tornando-o mais ágil e apropriado às necessidades específicas da clientela infanto-juvenil; b) A definição, juntamente com representantes da sociedade civil organizada, nos foros próprios que se constituem os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, de estratégias e prioridade de ações, com o planejamento e a gradual implementação de políticas e programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias; c) A previsão, nas diversas leis orçamentárias, de iniciativa do Poder Executivo, de metas e recursos orçamentários, também em caráter prioritário, para a efetiva implementação dos planos, políticas e ações definidas pelos citados Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, de modo que a estrutura de atendimento colocada à disposição da população infanto-juvenil, bem como aos órgãos e autoridades encarregadas de sua proteção integral, seja adequada à demanda existente, com a progressiva ampliação e implementação de novos programas de atendimento, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

No entanto, essa é uma Rede previamente definida, pensada a priori. Mas, é acessada? É buscado pelos actantes, por àqueles da qual mais precisam dela?

### 1.3 IDENTIFICAR A REDE A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE

O que se pretende neste enfoque é tencionar as proposições de Anthony Giddens sobre a modernidade e a relação entre seus polos, estrutura e agência; sociedade natureza; especialistas e leigos, e apresentar uma possibilidade de compreensão sobre a Rede que se constitui a partir dos actantes e suas relações que vão se estabelecendo em diferentes momentos e contextos. Esta seção é uma aproximação da Teoria Ator-Rede com o intuito de observar sua consistência metodológica para análise da Rede de Atendimento a adolescentes privados da liberdade.

No entanto, antes de adentrar na Teoria Ator-Rede propriamente, é relevante expor algumas objeções que Bruno Latour faz sobre o conceito de modernidade apresentado na primeira seção, com base na obra de Anthony Giddens.

Bruno Latour em seu livro “Jamais Fomos Modernos” apresenta uma crítica severa à ideia de que a modernidade separou o mundo natural e o mundo social. O autor trata desta cisão como a Constituição moderna. A Constituição formada pelas instituições do Estado, das normas dos juristas, por um lado; e a constituição dos humanos e não-humanos, suas relações, seus agrupamentos. O autor argumenta que a modernidade se organizou em torno da necessidade em construir zonas distintas do reino natural e do reino da cultura.

Para Latour, ambas fazem parte da mesma constituição da sociedade. Mas, a modernidade insiste em separá-las. “[...] eles inventaram o nosso mundo moderno, *um mundo no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se sempre dissociado da representação dos cidadãos através do contrato social.*” (LATOURE, 1994, p. 33. grifos do autor). Essa separação entre os humanos e não-humanos o autor concebe como purificação.

A ideia de purificação vem da constatação de Latour sobre a situação dos modernos no qual o seu ideal de objetividade não consegue mais explicar de maneira satisfatória as entidades que se multiplicam no seu mundo. Essas entidades

são os “híbridos”, cuja natureza sugere que se originam em um nível mais profundo do que o nível polarizado produzido pelo trabalho de purificação. A tentativa de purificar o mundo separando humanos e não-humanos, objetividade e subjetividade, sociedade e natureza fez, na prática, é combinar os polos humano e não-humano, em que insiste ser tanto mais complexa quanto mais procura suprimir essa combinação.

Para Latour (1994) o termo moderno designa dois conjuntos de práticas que se encontram em profunda distinção: o primeiro refere-se às práticas de “tradução” ou “mediação”, que permitem a mistura de seres de gêneros totalmente diferentes, criando o que chama de “híbridos” de natureza e cultura. Este conjunto seria realizado através do que chama de redes. O segundo ele chama de práticas de “purificação”, que criam duas zonas radicalmente diferentes, que geram uma separação crucial entre “humanos e não-humanos”. Esta prática é realizada através do repertório crítico dos modernos.

Mas, para o autor esses dois conjuntos distintos não representam o que realmente a vida é, ou seja,

Tudo acontece no meio tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes, mas este lugar não existe, não ocorre. É o impensado, o impensável para os modernos. Qual outra forma de estender os coletivos seria melhor que juntar tanto a transcendência da natureza quanto a total liberdade humana, incorporando ao mesmo tempo a natureza e limitando de forma absoluta as margens da liberdade? Isso permite, na verdade, que se faça tudo e também o contrário (LATOURE, 1994. p. 43).

Para Latour construímos a proliferação de híbridos de natureza e cultura, que se traduzem em novos seres, que são naturais e culturais. A dissociação entre natureza e cultura para o autor, nunca se realizou, fazendo com que jamais tenhamos sido modernos de fato.

Híbridos é a proliferação de objetos que não se podem considerar nem totalmente natural nem totalmente social, e que faz questionar sobre essa separação entre natureza e cultura produzida pelo mundo moderno. Conforme demonstra Latour (1994), nunca paramos de criar esses híbridos. Mas, que eram recusados a aceitá-los para defender um paradigma que não se sustenta mais. Para o autor, é preciso questionar este paradigma para que possamos compreender nosso mundo.

Para o autor os fatos foram criados pelos cientistas, os cientistas são seus representantes, são seus porta-vozes. No entanto, a Constituição moderna, em seu

ponto mais essencial, torna invisível, impensável o trabalho de mediação que constrói esses híbridos. Ela permite a sua proliferação, possibilita sua existência, mas a nega, severamente.

Latour apresenta a noção de mediação aliada à ideia de que tanto o humano quanto o objeto (fato ou artefato) mudam a partir da relação nova constituída pela conjunção homem/objeto. Ele apresenta isso como uma alternativa para o problema da supremacia do homem sobre a máquina ou da máquina sobre o homem, o conceito de mediação vê uma relação simétrica e o surgimento de algo novo vindo dessa relação.

Então, mediação é a criação de uma conexão nova, que não existia antes e os modifica. Este novo o autor chama de tradução é essa modificação mútua entre os dois agentes, a mediação deve ser entendida aqui como o produto de uma associação, influência mútua entre homem e artefato/fato.

Com estas considerações sobre a forma como a modernidade se constitui e os dualismos criados para sua manutenção, que Latour apresenta sua proposta de analisar as associações que se formam no dia a dia dos híbridos.

Dessa forma, para tentar explicitar as interações que ocorrem entre os atores da Rede de Atendimento para adolescentes traz-se para reflexão uma aproximação da Teoria Ator-Rede (TAR) desenvolvida por os antropólogos, sociólogos e engenheiros franceses e ingleses, tratado em parte até aqui através das contribuições de Bruno Latour, e adensada pelas contribuições de Michel Callon.

Para além de uma explicitação dos elementos que constitui a sociedade e dos condicionantes que os atores sofrem frente à estrutura e vice-versa, a problemática em tela requer um olhar para os detalhes. Estes detalhes são as interações entre os atores que constroem a Rede. Contudo, cabe destacar que formar uma Rede a partir de uma situação controversa, “é explorar pela primeira vez o território acidentado em que uma estrada foi planejada contra o desejo de muitas comunidades locais” (LATOURE, 2012. p. 43).

Controvérsias são, para Venturini (2010), citado por Pinto e Domenico (2016), situações através das quais os atores discordam, ou melhor, concordam em sua discordância. Controvérsias iniciam quando os atores descobrem que não podem ignorar uns aos outros e terminam quando os atores conseguem um firme

compromisso de viverem juntos. De forma que, segundo o autor, qualquer coisa entre os dois extremos pode ser chamada controvérsia.

Pode-se chamar de controverso o próprio atendimento o a adolescentes privados da liberdade. É possível destacar duas abordagens quanto ao encarceramento, uma tradicional e outra crítica:

[a primeira] compreende haver no indivíduo criminoso uma condição de periculosidade. O cárcere será ideal quanto mais ele for capaz de conter essa periculosidade. Tem como meta prioritária, conter o delinquente, mantendo-o segregado da sociedade. [a segunda] Compreende haver na pessoa encarcerada, decorrente da condição de exclusão e segregação sociais, uma condição de vulnerabilidade. Defendem a promoção da cidadania, independentemente da necessidade da flexibilização das regras de contenção do cárcere (JULIÃO, 2014 p. 71).

Outra controvérsia e que pode ser vista como o ponto de partida para a análise, é acerca do agrupamento ao qual o ator pertence. Ou seja, uma é a formação prévia da Rede de Atendimento em que formalmente se estabelece, por meio de orientações legais, os atores que dela fazem parte e; a outra, a que se faz pelo movimento da Rede. A primeira faz parte do que Latour chama de Regulação, ou Constituição moderna, a segunda, da Nova Constituição, aquela que é construída seguindo os atores (actantes).

Esta última é parte das proposições de Latour, sendo uma nova maneira de se compreender o social, não mais de forma fragmentada e formal, mas, pelo movimento das associações que se estabelecem entre elementos heterogêneos presentes numa rede de relações (CAMILLIS, 2015). São as relações entre pessoas e o ambiente nas práticas cotidianas.

É, portanto, pela apresentação das controvérsias que Latour fundamenta a Teoria Ator-Rede. Isso quer dizer que a condição de privação de liberdade a qual está inserido o adolescente não se constitui numa situação aceita e conformada pelos atores, ou seja, não é uma caixa-preta ainda. A Rede que se constitui a partir do ator/adolescente privado não é dada *a priori*, não é uma estrutura rígida, ela é dinâmica. E, ela poderá ser compreendida a partir do próprio ator.

Assim, quando Latour conceitua o termo social ele identifica que o seu significado original é seguir/acompanhar, “seguir alguém”. Ou seja, alguém seguindo a outros, uma associação (LATOURE, 2012, p. 24). O autor conceitua o social como um movimento de associações e de reunião dos elementos humanos e não-humanos, aos quais ele atribuirá o mesmo nível de importância, pois todos são

agentes, ou para Latour, *actantes*. Para tanto, Latour (2013) sugere que a prática da ciência ou da pesquisa, busque mais desdobrar do que desvelar; acrescentar ao invés de imputar; confraternizar ao invés de denunciar.

Na Rede que se forma a partir do adolescente privado da liberdade, elementos humanos (profissionais dos serviços sócio-assistenciais, representantes do Poder Judiciário e Ministério Público, o próprio adolescente, o policial, a merendeira da escola) todos podem compor a Rede; assim como elementos não-humanos (o espaço geográfico, o transporte público, a localização dos serviços, os equipamentos de expediente, os veículos, o lanche servido, o passe de ônibus), ou seja, todos agem, todos devem ser considerados na Rede.

Todos são mediadores, todos são actantes dotados de capacidade de traduzir aquilo que eles transportam e de redefini-lo. Desdobrá-lo ou de traí-lo (Latour, 2013).

Deve o pesquisador, para o autor, sair da armadilha de ter de escolher o seu lugar de análise, seja a partir do 'macro' (a estrutura), seja a partir do 'micro' (agência). Deve, mesmo ciente de que o caminho seja o mais complicado, superar a comodidade de ter um contexto pré-definido, porque esse faz desaparecer a dinâmica social. As associações não mais podem ser vistas porque os rastros dos atores foram apagados em favor de um resultado *a priori* de um contexto geral ou particular. Se o pesquisador decide *a priori* em que contexto vai trabalhar, fixando-se no macro ou na estrutura, de um lado; ou nas interações, na particularidade e no micro de outro, o movimento do social se perde. Por isso, pensar o espaço como uma Rede, pode ajudar na análise das diversas associações.

Afirma Latour (2013) que a ação dos atores só pode ser vista se partir de um espaço plano, simétrico, em que todos *actantes* dela participam e, portanto, devem ser considerados. O interessante é poder olhar como os atores se movimentam por entre essas instâncias que compõem a Rede.

No entanto, para analisar a Rede que se forma a partir do movimento/ação dos atores, Latour (2012) alerta para a compreensão ou a superação das cinco fontes de incertezas apresentadas por ele:

A primeira, não há grupos, há apenas formação de grupos, ou seja, existem inúmeras formações de grupos e a cada momento novos elementos podem surgir; a segunda refere-se à ação, a agência. Ou seja, o ator é a principal fonte de incerteza

de sua ação. Todos os elementos que compõem a Rede podem apresentar capacidade de agência.

Já a terceira, o autor fala das entidades heterogêneas, as quais remontam a humanos e não-humanos, conectados no que o senso comum chama de vínculo social, e que o autor denomina de coletivos; na quarta ele fala sobre o embate entre a questão de fato e a questão de interesse, e traz à tona a palavra construção, ou seja, ao lhe inserir o termo social. A construção social significava prestar atenção renovada ao número de realidades heterogêneas que entram na fabricação de estado de coisas;

E, por fim, a quinta fonte de incerteza é sobre escrever relatos de risco. Aqui, o que Latour propõe é trazer para o primeiro plano o próprio ato de compor relatos. O próprio texto se torna um mediador. Ele busca uma objetividade, mas não a do senso comum, no qual tudo é neutro, frio, mas a objetividade como algo pulsante que acompanha os pormenores de um assunto interessante, vivo e controverso (LATOURE, 2012).

Para escrever os relatos, é importante que o pesquisador possa encontrar os porta-vozes. Para Latour (2012, p. 55) os grupos sempre dispõem de porta-vozes que "às vezes são bastante tagarelas". Que todos necessitam de pessoas definindo quem são, o que deveriam ser e o que foram. Estão sempre em ação, justificando a existência do grupo, invocando regras e precedentes. O porta-voz do grupo procura definir o grupo, fixá-lo, demarcá-lo. Entre os porta-vozes de um grupo, também o cientista social faz parte. Porque eles estão lado a lado com aqueles que estudam, fazendo exatamente o mesmo trabalho e participando da mesma função de traçar vínculos sociais, embora com ferramentas diferentes e com diferentes atuações profissionais.

Assim, para a Teoria Ator-Rede não há um modelo pronto (humano e institucional) com competências estabelecidas desde o princípio, como sugere a ideia de Rede de Atendimento formal, mas é a compreensão de quais são as atribuições de humanos e não-humanos (*actantes*); as conexões estabelecidas por estes. O foco não é saber se a Rede é uma representação ou algo que faz parte da natureza ou da sociedade, mas sim desvendar o que se move na Rede e como esse movimento pode ser registrado (ROTONDARO, 2015).

É possível, enfim a TAR também ajudar na análise a qual se propõe esta pesquisa, ou seja, analisar a Rede que se forma a partir dos adolescentes privados

da liberdade, buscando identificar elementos importantes que os auxiliam em seu desenvolvimento pessoal e social. Contribuindo para a construção de referenciais que melhor compreenda as suas inter-relações e, que possam favorecer para que os adolescentes possam viver em liberdade, distantes da prática de atos infracionais.



## CAPÍTULO 2

### TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

#### 2.1 TEORIA ATOR-REDE: O MÉTODO

A Teoria Ator-Rede é uma perspectiva de análise que não parte de suposições previamente definidas sobre a constituição social, econômica, política. Pois, um de seus pressupostos é que não existe um tipo de definição que possa ser generalizada, e que se aplica a todas as situações. Na análise sobre a Rede de Atendimento é importante sinalizar que para Latour (2012) algumas associações (coletivos de humanos e não-humanos) permanecem estáveis enquanto outras não são bem definidas.

Dessa forma, para entender a Rede que se constitui a partir do adolescente privado da liberdade, traz-se a ideia de que a TAR investiga justamente aquilo que se tem como certo, como incontroverso. Para tanto, Callon (1986) evidencia alguns aspectos metodológicos iniciais que são importantes para a análise em tela:

Primeiro, o agnosticismo do observador – todas as entidades humanas ou não-humanas e explicações racionais ou “místicas” devem ser levadas em consideração na análise, sem que nenhum ponto de vista seja privilegiado e nenhuma interpretação censurada;

Segundo, a simetria generalizada – o observador não deve alterar os registros quando se move dos aspectos técnicos para os aspectos sociais dos problemas estudados, isto é, as explicações precisam ser utilizadas da mesma forma para todos os elementos que compõem a Rede. Quer dizer que o verdadeiro e o falso devem ser explicados pelas mesmas categorias, ou seja, não tentar explicar o verdadeiro através de sua adequação à realidade e o falso através de restrições das categorias sociais.

E terceiro, a associação livre – o observador precisa abandonar todas as distinções, a priori, entre eventos naturais e sociais, pois não há uma fronteira definitiva que os separe claramente. As distinções são consideradas como resultados do processo de análise e não seu ponto de partida. O observador precisa seguir os atores para identificar a maneira como eles definem e associam os diferentes elementos, por meio dos quais os mesmos constroem e explicam o

mundo.

Para Latour (2012) o pesquisador não deve dispensar nenhum método de pesquisa, todo artifício é importante para apreender a vastidão de *actantes* que a todo o momento se inserem na Rede. Ou seja, ao utilizar a TAR como método de pesquisa, não se deve assumir, a priori, um modelo de análise que defina o que e quais são as entidades ou elementos a serem observados no campo (LATOURE, 2000). Significa, ainda, não assumir a existência como dada, mas sim como algo que é construído por meio de práticas e relações.

Assim, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, que se propõe a identificar a Rede, descrever seus elementos e compor relatos. Para Latour (2012), se o social circula de certa maneira, cumpre transmiti-lo. No entanto, para compor relatos não se trata, necessariamente, de explicar a realidade, esse é o paradoxo dos modernos, “explicações gigantescas para explicar efeitos gigantescos”. (LATOURE, 2012, p. 114)

O universo da pesquisa constitui-se na Rede de Atendimento, ou seja, o Sistema de Garantia de Direitos apontados pelo Conanda, a legislação e a literatura que se forjou a partir da atuação da Rede. Assim como, farão parte do universo a serem pesquisados, os adolescentes privados da liberdade do Centro de Socioeducação de Pato Branco, apreendidos há pelo menos três meses e em cumprimento de medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado. Bem como, os profissionais que atuam na instituição em tela, dos setores que atuam de forma direta com os adolescentes. E, os profissionais da rede externa os quais foram indicados pelos profissionais do Cense primeiramente entrevistados. São, portanto, aqueles que agem, os *actantes*, que podem entrar na descrição. Assim como, os não-humanos que se associam entre si e com os humanos na formação dos coletivos, os espaços, os equipamentos, os trajetos, os veículos, enfim, aquilo que se projeta na Rede e que é identificado como actante.

Contudo, para avançar na pesquisa, Latour aponta, conforme Nobre e Pedro (2016), algumas regras como necessárias para uma abordagem das redes, cuja negligência acarretaria uma perda de caminho em relação ao acompanhamento de redes ou coletivos (associações). Dentre estas regras, pode-se destacar que precisamos:

1) objetivar um fato sempre em ação (e nunca cristalizado) situando-nos em momentos de construção de caixas-pretas<sup>13</sup>, isto é, momentos em que o tema em questão ainda é objeto de controvérsias;

2) entender que a estabilidade da sociedade é sempre consequência da resolução de controvérsias e não sua causa;

3) colocar-nos em simetria no que tange ao estabelecimento de qualquer polaridade e observar todos os nós que estão sendo amarrados nestes processos;

4) atentar para a extensão da Rede que é construída em toda situação de controvérsias que envolvam acusação de irracionalidade e busca de explicações sociais ou lógicas que justifiquem tal acusação.

O termo controvérsia refere-se a uma disputa em que se alegam razões pró ou contra, através das quais podem surgir movimentos cujo desdobramento será a consecução de um objetivo comum. Para se originarem tais controvérsias, necessita-se que exista algum tipo de produto ou processo (foco da disputa) e que existam porta-vozes de modalidades negativas e positivas respectivamente, isto é, construam argumentações que conduzam ou afastem os artefatos<sup>14</sup> para ou de uma condição de produzidos (NOBRE; PEDRO, 2016).

Para apreender o processo de tecitura da Rede realizou-se a pesquisa em três fases distintas, porém inter-relacionadas: a exploratória, a pesquisa de campo propriamente dita e a análise dos dados. A fase exploratória da pesquisa compreende, segundo Minayo (2014) desde a construção do projeto até os procedimentos para a realização de entrevistas, conversas, etc..

Nesta fase, além da construção do projeto de pesquisa, realizou-se um contato prévio com alguns dos actantes e dimensionou-se o contexto inicial da pesquisa. Ela possibilitou um delineamento mais preciso sobre o tema em estudo, seu contexto e os actantes, em especial os adolescentes e os profissionais do Cense.

O trabalho de campo constituiu-se numa etapa essencial da pesquisa, pois

---

<sup>13</sup> No debate científico Latour denomina de objetos “quentes e frios”. Objetos quentes são aqueles em que as controvérsias ainda estão na discussão; e objetos frios quando o debate já estabilizou. Por exemplo: o debate em torno da ingestão de álcool e seus malefícios, que para medicina é ponto incontroverso. Então o autor utiliza-se do termo caixa-preta para se referir às controvérsias que se estabilizaram como verdade.

<sup>14</sup> Qualquer objeto produzido pelo homem. Latour (2012) chama a atenção que os fatos científicos também são produzidos. Sobre isso, ver a quarta fonte de incerteza: “Questões de fato *versus* Questões de interesse” o debate em torno da produção dos fatos científicos.

foi um momento de interações entre os actantes, entre eles e o pesquisador, os profissionais e os adolescentes. Para tanto, os referenciais teóricos e os instrumentos estão conectados com os objetivos da pesquisa (MINAYO, 2014). No entanto, deve-se destacar que o campo da pesquisa social “não é transparente e tanto pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem dinamicamente no conhecimento da realidade.” (MINAYO, 2014, p. 203).

Segundo Latour (2012, p. 202) “[...] para obter as respostas, *todo* artifício é bem vindo.” A observação participante e o uso de entrevistas (roteiros semiestruturados) e formulários com questões abertas e fechadas foram utilizados. As entrevistas com os profissionais que atuam na instituição, na Rede externa e os adolescentes privados da liberdade, a observação aconteceu em todas as fases da pesquisa.

Nesse contexto foram utilizados, o que Latour (2012) aponta como sendo muito importantes, os registros em Diários de Campo, ou em “uma lista de cadernos”, como forma de compor os relatos. Foi possível realizar anotações referentes ao processo de pesquisa, as reações dos actantes, o registro de impressões sobre dados e informações importantes e, sobre os efeitos dos relatos nos atores. No entanto, a relevância de um relato pode ocorrer bem mais tarde, por isso o novo movimento iniciado também precisa ser documentado.

Para Latour (2012) não é viável reunir dados por um determinado tempo e só então passar a registrá-los, porque ideias, parágrafos surgem ao acaso durante os estudos e é importante uma válvula de escape, ou se perderão.

Para a realização das análises, de acordo com Minayo (2014) vários caminhos são possíveis. Porém, para a autora deve-se considerar a qual corrente de pensamento o pesquisador se filia. No entanto, Latour chama a atenção para a quinta fonte de incerteza: “escrever relatos de risco”, no qual destaca que descrever e explicar não são um feito cognitivo misterioso, mas a construção de um mundo prático, que liga uma entidade a outra, traçando uma Rede.

A noção de rede permite escapar à oposição paralisante entre local e micro de um lado e global ou macro de outro. Ela nos tira desse impasse nos dispensa de todas as grandes divisões – o mapa não preexiste, ele se forma à medida que se avança. Faz-nos entrar em um mundo que partilhamos pacificamente com as coisas que criamos. (CALLON, 2004, p. 77).

Portanto, criar quadros de referência *a priori*, para explicar o que há por trás

de uma sociedade ou o que leva os atores a agir, não é necessário para o autor. É possível buscar diferentes literaturas que possuem afinidade com o tema tratado a partir dos dados reunidos. Neste caso, a literatura se torna mais um ator na rede. Para o autor, o que limita as investigações é o obstáculo conceitual.

Nas redes, os mediadores não transportam simplesmente as forças sociais ou materiais. O que temos são circuitos de agenciamentos. Estes exercem coerções, fazendo com que os associados sejam transformados, “(...) de tal modo que façam os outros fazerem coisas” (LATOUR, 2012, p. 157).

A partir desse referencial, não existe um sólido macro (social) a explicar um mundo micro. Temos sim, um circuito de mediadores que, de tradução em tradução, tece a realidade. A análise das redes precisa, assim, tentar descrever tais mediações (NOBRE & PEDRO, 2016).

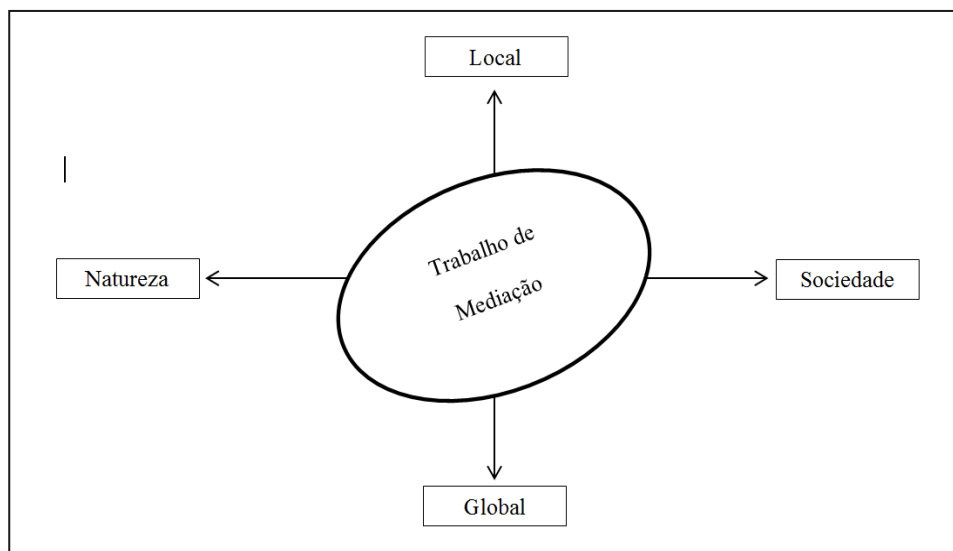


Figura 2: Império do Centro.  
Fonte: Adaptado de Latour (2013).

Assim, na análise trata-se de um trabalho de descrição, cuja principal característica, segundo Latour, é que se deve avançar lentamente. Uma descrição não é algo simples, pois descrever, estar atento ao estado de coisas concreto e encontrar a forma adequada de descrever uma situação dada, é sempre incrivelmente difícil (LATOUR, 2012). “(...) registrar, não filtrar; descrever, não disciplinar” (Latour, 2012, p. 88). O foco, aqui, é apenas seguir os *actantes* e descrever.

Nobre e Pedro (2016) apontam que o processo descritivo deve, minimamente:

1º) Buscar uma porta de entrada – É preciso encontrar uma forma de “entrar na rede” e, de algum modo, participar de sua dinâmica. Nesse ponto, optou-se como porta de entrada a legislação que instituiu o Sistema de Garantia de Direitos e o Programa de Internação para adolescentes (CENSE), os profissionais que atuam e os adolescentes, os quais suscitaram as primeiras indagações.

2º) Identificar os porta-vozes, ou seja, aqueles que “falam pela rede”, e que acabam por sintetizar a expressão de outros *actantes*. Para a escolha dos porta-vozes, buscou-se uma metodologia que permitiu que os actantes indicassem seus porta-vozes, dentro de cada setor do programa e de cada grupo de adolescentes.

3º) Acessar os dispositivos de inscrição, ou seja, tudo o que possibilite uma exposição visual e que possibilitam ‘objetivar a rede’. Por meio da fala de cada actante, da observação dos espaços e artefatos, dos instrumentos pedagógicos utilizados pelos profissionais, entre outros, será desenhada a Rede.

4º) Mapear as ligações da rede, ou delinear as relações que se estabelecem entre os diversos atores e os nós que compõem a rede. Envolve as múltiplas traduções produzidas pelos actantes, ressaltando-se suas articulações.

Vale destacar que, para Latour, o pesquisador, no caso, é mais um dos porta-vozes que fala por muitos, coletando e mediando argumentos. Quando o pesquisador se permite escolher os caminhos privilegiados para seguir os atores e o faz conscientemente, produz-se assim uma cartografia que diz respeito a uma situação específica, a um momento específico, segundo determinado pesquisador.

Tais relatos devem ser entendidos como relevantes para a produção de conhecimento, possibilitando novas performances e novas produções de existência. Aqui vale destacar que, para Latour (2012) o texto, o relato, também é um mediador.

Como ressalta Nobre e Pedro (2016), esse corpo conceitual requer uma metodologia de trabalho que possa lhe fazer ressonância, capaz de cartografar tais redes em termos de sua geografia – principais *actantes*, porta-vozes e respectivas conexões, e de sua dinâmica – fluxos das diferentes traduções.

Enfim, para identificar e mapear a Rede de Atendimento é importante manter o conceito de rede apresentado por Michel Callon quando trata de uma nova abordagem da ciência, inovação e do mercado:

[...] uma rede sociotécnica, ou seja, um conjunto de atores que, tendo participado de uma maneira ou de outra, no mais das vezes de maneira modesta, à concepção, à elaboração e à adaptação da inovação, se veem partilhar um mesmo destino, pertencer ao mesmo mundo: seus interesses, suas ações, seus projetos foram progressivamente ajustados, coordenados. Tais redes mesclam humanos e não-humanos e é isso que faz sua força e sua robustez (CALLON, 2004, p. 73).

O que sustenta a Rede é esta relação entre todos os atores, *actantes*. Todos são ativos, pois todos têm projetos e interesses. Se um ator não age, não se deixa rastrear, então ele não é um ator.

## 2.2 CAMINHOS DA PESQUISA E OS ACTANTES

A Teoria Ator-Rede traz em seu corpo teórico-metodológico nuances da etnografia que ficaram evidentes durante as pesquisas de Latour e seus colaboradores sobre ciência, tecnologia e inovação (CTI) nos laboratórios, acompanhando os cientistas durante a criação de novos artefatos.

Cabe destacar que este estudo é uma primeira aproximação da teoria ora apresentada e em virtude da gama de procedimentos, técnicas e instrumentos de pesquisa que poderiam ser utilizados, preferiu-se delimitar alguns, no sentido de otimizar a pesquisa: a observação participante e os registros (diários de campo), as entrevistas semi-estruturadas, os formulários e os relatos (descrição).

Do mesmo modo e, não desconsiderando o que Bruno Latour referencia sobre os actantes a serem incluídos na pesquisa, considerou-se importante definir alguns como porta de entrada na rede, ou seja, de um universo particularmente extenso de actantes que fazem parte da Rede de Atendimento, alguns se fizeram ouvir (porta-vozes), outros se deixaram ser representados (mas que também agem).

Foram previamente definidos os adolescentes que estavam apreendidos no Cense de Pato Branco no momento da coleta de dados que foram referenciados no mês de dezembro de 2016. Dos que estavam apreendidos na data de referencia, seis ainda cumpriam internação, sendo destes, quatro entrevistados. Todos são residentes no município de Pato Branco.

Os profissionais do Cense Pato Branco foram definidos um de cada setor indicado pelo próprio grupo, constituindo-se no porta-voz dos demais. Os setores que indicaram seu porta-voz foram: equipe de Educadores Sociais, um porta-voz de

cada plantão<sup>15</sup>; equipe de professores, um porta-voz; equipe de saúde, um porta-voz; equipe técnica, formada por dois profissionais, não indicou porta-voz, porque ambos participaram da entrevista e a direção do Cense.

Como a pesquisa foi realizada a partir do Cense, unidade de execução de medida socioeducativa que atende a adolescentes privados da liberdade, mantido pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, foi solicitado uma autorização prévia da Direção da Unidade, bem como da anuência do então Secretário de Estado da pasta, o que foi conseguido formalmente.

Os sujeitos envolvem profissionais da unidade e da rede externa, bem como, adolescentes, que na maioria, possuem idade inferior a dezoito anos. Nesse sentido, além do necessário despacho favorável do Comitê de Ética ao qual foi submetido o projeto de pesquisa por envolver seres humanos, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que fora assinado pelo Diretor da unidade, bem como o Termo de Assentimento que fora assinado pelos profissionais e pelos adolescentes (todos os documentos assinados estão de posse da pesquisadora). Em anexo a esta dissertação, consta o modelo dos referidos documentos.

Assim, a pesquisadora fora autorizada pelo responsável legal dos adolescentes, a fim de realizar entrevistas com os mesmos, considerando o dispositivo legal que trata o adolescente como sujeito em condição peculiar de desenvolvimento e em especial, os adolescentes privados de liberdade, que tem como responsável o Diretor da unidade da execução de MSE, o qual é equiparado a guardião dos adolescentes, para todos os efeitos de direitos (PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 92 DA LEI 8.069/90).

O trabalho de campo se deu inicialmente pelo contato prévio com profissionais que trabalham com o fomento da Rede de Atendimento no município de Pato Branco, previstos pelo Sistema de Garantia de Direitos. O contato possibilitou visualizar algumas instituições existentes no município. Assim como, alguns processos de promoção da rede, fortalecimento dela e, de fiscalização das entidades de atendimento a crianças e adolescentes. Foram contatados o Núcleo Regional de Educação, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Centro de Apoio Técnico à Execução do Ministério Público da área da Infância e Juventude.

---

<sup>15</sup> Educadores sociais atuam em jornada de trabalho com escala 12/36 horas (doze horas de trabalho mais 36 de descanso).



A observação participante possibilitou o envolvimento com a rotina da atuação profissional da pesquisadora, antes voltada à realização das atribuições técnica, agora, observando a atuação dos demais profissionais e registrando importantes percepções de todos os envolvidos. No momento da definição de que simultaneamente a porta de entrada para a Rede seria o próprio Cense, o olhar de pesquisadora passou a permear o cotidiano de trabalho. Assim, as análises e as impressões já estão imbricadas por todo o processo, por meio de anotações no diário de campo.

As entrevistas foram realizadas nos meses de fevereiro e março de 2017. As entrevistas com os profissionais do Cense ocorreram na própria unidade. Neste momento da pesquisa de campo, a pesquisadora solicitou afastamento das atividades profissionais, a fim de dar conta do processo de elaboração da dissertação. Assim, foram agendados dois momentos para as entrevistas com os profissionais da unidade. Num primeiro momento realizou-se a entrevista com um porta-voz de educadores sociais e um porta-voz da equipe técnica; no segundo momento foi possível realizar entrevista com os demais porta-vozes: um da equipe técnica, um da equipe de saúde, um da equipe de professores e mais um da equipe de educadores sociais. Sobre este momento da pesquisa cabe mencionar que os participantes da pesquisa foram bastante receptivos, não houve ocorrências que mereçam destaque.

Para entrevista com adolescentes foi necessário também realizar em dois momentos devido à rotina institucional. A rotina da instituição é bastante dinâmica. Embora seja necessário planejamento das ações diárias, desde o início das aulas, os grupos de adolescentes, as saídas para atendimentos de saúde e as audiências, ocorrem imprevistos. São situações que não foram planejadas, mas que fazem parte da dinâmica: chegada de adolescente (apreensão em flagrante), emergência de saúde de adolescente ou de profissional, situações de crise<sup>16</sup>. Num primeiro

---

<sup>16</sup> Os eventos de crise nas unidades são dimensionados em três níveis. Primeiro, evento simples: aquele cuja ameaça à segurança é inferior à capacidade de resposta do coordenador e dos educadores sociais presentes na unidade; Segundo, evento complexo: aquele cuja ameaça à segurança é superior à capacidade de resposta do coordenador e dos educadores sociais presentes na unidade. Sua resolução é possível pela coordenação dos setores da unidade e/ou pela atuação do seu diretor; Terceiro, evento crítico: aquele cuja ameaça à segurança é superior à capacidade de resposta de todos os setores da unidade. Sua resolução só é alcançada com a cooperação entre a unidade e instituições de Segurança Pública (CADERNOS DO IASP - GERENCIAMENTO DE CRISE, 2006).

momento realizou-se a entrevista com dois adolescentes e no segundo, com os outros dois.

A direção da unidade, quando contatada para realização da entrevista encontrava-se em férias, assim solicitou que as questões do roteiro de entrevistas fossem encaminhadas pelo correio eletrônico no formato de formulário com questões abertas.

Após a realização das entrevistas com os actantes no Cense, foram realizadas as entrevistas com os profissionais externos ao Cense. Dos seis profissionais do Cense que foram entrevistados, apenas quatro fizeram indicações. Sendo que dois indicaram o mesmo profissional com o qual realizam maior contato.

O contato prévio com os profissionais externos indicados foi por telefone, sendo que nesse momento agendou-se um horário e local de preferência do entrevistado. Todas as entrevistas foram gravadas em equipamento de áudio e após, transcritas em formato de texto.

Após esse processo inicial, foram realizados contatos com os representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público da área da Infância e Juventude, com o intuito de realizar entrevistas também com estes actantes da Rede. Contudo, ambos solicitaram que as questões da entrevista fossem enviadas pelo correio eletrônico no formato de formulário com questões abertas. Cabe salientar que um deles não havia realizado a devolutiva do formulário até o término desta Dissertação.

Ao todo, foram realizados três contatos prévios com profissionais que atuam com o fomento da Rede de Atendimento; seis entrevistas com profissionais do Cense; quatro entrevistas com adolescentes; três entrevistas com profissionais externos à unidade; três formulários enviados (direção do Cense, Ministério Público e Poder Judiciário, sendo que o último não realizou a devolutiva).

### CAPÍTULO 3 TUDO ACONTECE NO MEIO

#### 3.1 LÓCUS INSTITUCIONAL: CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE PATO BRANCO

Vencidas as questões legais e formais, a trajetória da pesquisa ganha corpo, é hora de relatar. Assim, o Centro de Socioeducação de Pato Branco constitui-se como entidade de atendimento responsável pelo adolescente ao qual foi atribuída a prática de ato infracional, após o devido processo legal.

Os Centros de Socioeducação do Paraná também percorreram trajetórias até estar em processo de adequação a atual legislação que trata do tema: o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (Lei 12.594/12).

O Sinase regulamenta a aplicação das medidas socioeducativas (MSE) previstas no Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>17</sup>. A MSE de internação será aplicada ao adolescente pela autoridade judicial e o mesmo deverá ser encaminhado às instituições destinadas a esta finalidade.

No entanto, apenas a letra da lei não muda a realidade. No Estado do Paraná pode-se considerar como marco no atendimento socioeducativo a gestão 2003-2006 por meio do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, ou seja, dezesseis anos após a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente. O IASP, autarquia vinculada a Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social, na época, realizou um diagnóstico do atendimento ao adolescente em cumprimento de MSE e delineou alguns problemas:

[...] dentre os maiores problemas, déficit de vagas; permanência de adolescentes em delegacias públicas; rede física para internação inadequada e centralizada com superlotação constante; maioria dos trabalhadores com vínculo temporário; desalinhamento metodológico entre unidades; ação educativa limitada com programação restrita e pouco diversificada e resultados precários (PRADO; BATISTA, 2011. p. 267).

Diante do quadro apresentado, algumas ações foram realizadas, dentre elas a construção de unidades com novos padrões arquitetônicos e a realização de

---

<sup>17</sup> Medidas Socioeducativas do Artigo 112 do ECA: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – Prestação de serviços comunitários; IV – liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no Artigo 101, I a VI (Lei 8.069/90).

concurso público para efetivação de quadro de profissionais para o atendimento socioeducativo no Paraná. Atualmente, a execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade é mantida pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU). Através do seu Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE) são mantidas unidades de internação e casas de semiliberdade, que compreendem dezoito Centros de Socioeducação que atendem internação e/ou internação provisória; e oito Casas de Semiliberdade, distribuídos nas três regiões do Estado, perfazendo um total de 1032 vagas instaladas até o ano de 2015.

Mas, sem eufemismos, as unidades de internação para adolescentes embora possuam um ordenamento legal baseado em princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar à pessoa em desenvolvimento, direcionados ao adolescente em conflito com a lei, elas podem ser vistas, dependendo da abordagem, como um local para punir, para aprisionar aqueles que cometeram alguma infração.

Pode-se dizer, sob este prisma, que o encarceramento é entendido como uma resposta à sociedade como forma de inibir a prática de atos considerados crimes. E, diferentes concepções circulam em torno do tema. Mesmo sendo possível observar as modificações ocorridas na história das punições (Foucault, 1987) desde o desaparecimento dos suplícios (os espetáculos em praça pública) até o encarceramento nos modos atuais, as discussões em torno das penas se dividem em duas concepções antagônicas, uma tradicional e outra crítica:

[a primeira] compreende haver no indivíduo criminoso uma condição de periculosidade. O cárcere será ideal quanto mais ele for capaz de conter essa periculosidade. Tem como meta prioritária, conter o delinquente, mantendo-o segregado da sociedade. [a segunda] Compreende haver na pessoa encarcerada, decorrente da condição de exclusão e segregação sociais, uma condição de vulnerabilidade. Defendem a promoção da cidadania, independentemente da necessidade da flexibilização das regras de contenção do cárcere (JULIÃO, 2014. p. 71).

Antagônicas, porém presentes dentro de todos os extratos do Centro de Socioeducação, desde a rotina dentro de cada unidade, até a formulação das políticas de segurança e de atendimento socioeducativo no contexto mais amplo. Para Latour (2012), esse antagonismo pode ser compreendido como controvérsias e que se expressam no dia a dia da unidade, no trabalho executado pelas equipes de dirigentes, de técnicos, de educadores sociais, da copa, da manutenção.

Uma ação por vezes não alinhada, na qual percorrem tanto a concepção tradicional que vê a disciplina como elemento principal, reproduzindo o que Foucault (1987) considera como uma modalidade de poder que se caracteriza por medir, corrigir, hierarquizar, como também torna possível um saber sobre o indivíduo; bem como, tentativas de ações críticas voltadas a superar a ideia de que o trabalho socioeducativo com adolescentes se resume a restituição à sociedade pela infração cometida.

Em suma, os reformadores, em sua grande maioria, a partir de Beccaria, procuraram definir a noção de crime, o papel da parte pública e a necessidade de uma punição, partindo tão-somente do interesse da sociedade ou unicamente da necessidade de protegê-la. O criminoso lesa, antes de tudo, a sociedade; ao romper o pacto social, passa a constituir-se nela como um inimigo interno (FOUCAULT, 1997. p. 32-33).

Na prática multidisciplinar, diferentes visões e ações convivem diuturnamente, ininterruptamente.

O atendimento socioeducativo, a atuação com adolescentes privados da liberdade pode ser considerada como um espaço em que o conflito está presente constantemente. Tanto no contato direto com os adolescentes durante a rotina executada, quanto entre profissionais frente aos desafios enfrentados do dia a dia e a necessidade de encontrar aportes para os encaminhamentos necessários às demandas dos adolescentes, tanto internamente, quanto no acionamento da rede externa à unidade.

O Centro de Socioeducação de Pato Branco, localizado na Região Três<sup>18</sup> do Estado do Paraná recebeu, no ano de 2007, equipe efetiva ingressante por meio de concurso público. Naquele ano, ingressaram funcionários efetivos nas funções de Educadores Sociais, Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Técnico de Enfermagem, Motorista, Auxiliar de Manutenção, Assistente Administrativo. Além destes profissionais, a unidade dispõe de professores efetivos da Rede Estadual de Educação e profissionais terceirizados (copa e zeladoria).

Este se constitui o quadro profissional, as pessoas no mundo da instituição, ou o que Goffman (2007, p. 69) chamou de o “mundo da equipe dirigente.” Para

---

<sup>18</sup> Desde 2006 quando o Estado do Paraná passou a gerir todas as unidades de execução das medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade, estas foram agrupadas em três regiões: Região 1 (municípios de Ponta Grossa e Região Metropolitana de Curitiba); Região 2 (municípios de Paranaíba, Umuarama, Londrina, Maringá, Campo Mourão e Santo Antonio da Platina); Região 3 (Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Laranjeiras do Sul e Pato Branco). Distribuídos os dezoito Centros de Socioeducação e oito Casas de Semiliberdade (SEJU, 2017).

esse autor, as instituições totais<sup>19</sup> se apresentam ao público como organizações racionais, planejadas, com eficiência para atingir uma finalidade, ou seja, “... a reforma dos internados na direção de algum padrão ideal.” (GOFFMAN, 2007. p. 70) Mas, para o autor existe uma contradição entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz.

Goffman (2007) enumera diferentes contradições nas instituições que atendem internos, dentre as quais, é possível destacar as relações com as pessoas, tanto com internos e suas demandas, como entre os profissionais seus afetos e desafetos; os objetivos e perspectivas da instituição frente às exigências dos internados; e, a insatisfação profissional frente às demandas burocráticas da instituição (regras, sanções e privilégios).

Estas relações, para Latour (2012), associações entre atores diversos, que coexistentes na unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei é que forjam sua existência. São os profissionais que permanecem longo tempo dentro da unidade e que constroem vínculos; são adolescentes privados da liberdade e suas famílias com a transitoriedade característica, que tecem a rede, que lançam o “Fio de Ariadne”<sup>20</sup> e que poderão, por meio das próprias ações, mostrar caminhos, apontar rotas possíveis, enfim desenhar e redesenhar a Rede.

### 3.2 PORTA DE ENTRADA NA REDE

“Tudo acontece no meio” (LATOURE, 2013, p. 43). Talvez uma das expressões que mais caracteriza as ações realizadas numa unidade de internação para adolescentes. Por um lado, tem-se a legislação, os documentos, as normativas

---

<sup>19</sup> A instituição total tende ao fechamento. Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições de saída. Além de existir regras claramente definidas, grupos e supervisores, e controle das informações (GOFFMAN, 2007). O novo ordenamento dado pelo ECA, sobre a interdependência das políticas sociais, destaca no artigo 94, parágrafo 2º que, sobre as obrigações das entidades que desenvolvem programas de internação, estas deverão utilizar, preferencialmente os recursos da comunidade, de forma que ela busque o não fechamento, a não institucionalização total. No entanto, esse aspecto também se constitui uma dicotomia, uma condição a ser superada.

<sup>20</sup> Na mitologia grega Minos é um rei Creta. Ariadne é filha do rei que se apaixonou por Teseu, herói que decidiu livrar Atenas do tributo devido à Creta. E com esse objetivo foi mandado à cidade como sacrifício ao Minotauro que habitava o labirinto. O labirinto foi bem projetado por Dedalo, pois quem se aventurava por ele não conseguia mais sair e era devorado pelo Minotauro. Ariadne, a fim de ajudar Teseu a enfrentar o Minotauro, lhe deu uma espada e um novelo de lã para marcar o caminho. Assim, Teseu matou o Minotauro, saiu do labirinto e salvou seus companheiros. Essa expressão “Fios de Ariadne” pode ser usada no sentido seguir, perseguir, acompanhar, conduzir acontecimentos (MARCARELLO; BARROS, 2016).

que orientam, estabelecem, fazem a agir, ou seja, as coisas, os objetos; Por outro, o Estado, a Secretaria, a coordenação estadual, os adolescentes, a estrutura física, que orienta, estabelece, faz agir; Mas, no centro não há essa separação, no meio as coisas se misturam, é a rotina viva, é o dia a dia sendo vivido. Os vínculos se estabelecem, os conflitos emergem, os actantes não param de 'tagarelar'.

A opção foi entrar pelo meio desdobrando a rede a partir dos elementos que fazem cada um dos atores a agir. Assim como, aspectos presente na estrutura física, nos equipamentos, nos documentos e normativas, na composição do quadro de profissionais e na característica dos adolescentes atendidos, cada ator fala, age e faz outros agirem. Porquanto, apresenta-se o Centro de Socioeducação de Pato Branco, cujas informações foram buscadas no Projeto Político Pedagógico da unidade, atualizado no mês de dezembro de 2016.

O Cense de Pato Branco é uma instituição de atendimento às medidas socioeducativas de internação e internação provisória mantida pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos sob a coordenação do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE). Tem a capacidade de atender 18 adolescentes (possui 18 camas), em privação de liberdade. Está localizado no município de Pato Branco, região sudoeste do Estado do Paraná. O edifício está inserido no pátio da Subdivisão Policial de Pato Branco (5ª SDP).

O Cense atende adolescentes oriundos da Comarca de Pato Branco e, de outras comarcas (via Central de Vagas), nos programas de internação provisória, internação e internação por descumprimento de medidas anteriormente aplicadas. A internação provisória (Artigo 108 e § único do Estatuto da Criança e do Adolescente) é um procedimento aplicado antes da sentença, quando há indícios de autoria e materialidade do ato infracional cometido pelo adolescente, com duração de até 45 (quarenta e cinco) dias.

A Internação (Artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente) é a medida privativa de liberdade aplicada ao adolescente após sentença judicial, quando o ato infracional foi praticado mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou se houve reincidência na prática de atos infracionais graves. A internação por prazo indeterminado é de seis (06) meses até três (03) anos.

A internação por descumprimento de medidas anteriormente aplicadas – conhecida por internação-sanção (Artigo 122, inciso III e § 1º do Estatuto da Criança

e do Adolescente), é aplicada quando há o descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, não poderá ser superior a 03 (três) meses.

A história moderna atribui as mudanças como rupturas e cortes epistemológicos. Contudo, Latour (1994) aponta as revoluções não como ações pontuais e abruptas que rompe com o passado, mas como processo. E esse processo o autor representa como uma espiral, e assim deixa de ser linear e é mais bem entendida por esta imagem: o passado contido e protegido e o futuro representado por um círculo em permanente expansão. Nessa imagem, algo mais antigo pode estar muito mais próximo do presente do que algo que ocorreu há menos tempo. “Cada volta da espiral define um novo coletivo [...]. O coletivo em permanente renovação que se organiza em torno das coisas em permanente renovação [porque] jamais deixou de evoluir” (LATOURE, 1994, p. 84).

O Cense está se constituindo por meio de seus contrastes, uma arquitetura adaptada, um quadro de servidores não adequado e uma legislação avançada para esta realidade. A trajetória do atendimento a adolescente privados de liberdade sofreu mudanças na legislação, no entanto a adequação desse atendimento às expectativas da lei, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e ao Sinase (2012) não ocorre de maneira imediata. Mas, por meio de avanços e retrocessos, no movimento dos actantes. Sem movimento não há Rede.

Considerando esse processo, na sequência apresenta-se um breve histórico da instituição, na qual é possível visualizar algumas mudanças na gestão e na execução da medida socioeducativa.

O Cense de Pato Branco iniciou suas atividades em 1º de setembro 1997 com capacidade de atendimento para 18 adolescentes, doze masculinos e seis femininos em cumprimento de internação provisória. Nos primeiros anos de funcionamento, 1997-2003, a gestão do trabalho e controle de vagas era coordenada pela Prefeitura Municipal de Pato Branco, pela Secretaria da Ação Social e Cidadania, por meio de um Consórcio Intermunicipal.

Para manter as despesas da Instituição, o repasse financeiro era deliberado pelo Instituto de Ação Social do Paraná (IASP) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA) com recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA). Por meio de Termo de Cooperação Técnica e Financeira, eram repassados os recursos necessários para o município, que era então, o responsável pela execução do atendimento de adolescentes (MORAES, 2010).



Como não existiam espaços para o atendimento dos adolescentes que cometiam atos infracionais nos municípios da região, após a apreensão eram encaminhados para o município de Pato Branco, o qual era sede do convênio e possuía uma estrutura para atendimento. Na ocasião o Serviço de Atendimento Social (SAS), como era denominado, possuía uma equipe composta por cinco funcionários vinculados à Prefeitura Municipal de Pato Branco. O responsável pela unidade era denominado Coordenador Geral e contava com o apoio de quatro monitores. A partir do ano de 2004 o IASP assumiu a coordenação com recursos humanos próprios provenientes de teste seletivo público. No mesmo ano o prédio foi reformado e reinaugurado com nova direção. E a partir daí o IASP inicia a implantação de uma proposta pedagógica e de manutenção das unidades do Estado do Paraná (MORAES, 2010).

No início de 2007, com o vencimento do contrato dos servidores contratados no processo seletivo, houve o ingresso dos servidores estatutários com quadro próprio e completo. Nesse período, o SAS passou a ser denominado Centro de Socioeducação (Cense) e a mantenedora, a então Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ).

A partir de 2012, os Centros de Socioeducação do Paraná passaram a ser mantidos pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), que tinha por finalidade o desenvolvimento e a coordenação da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente e abrangia também a política do Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Em 16 dezembro de 2014 os Centros de Socioeducação do Estado do Paraná passaram a ser mantidos pela SEJU – Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos.

### 3.3 ACTANTES, PORTA-VOZES E DISSIDENTES

Nesta seção importa detalhar como se constitui as equipes de profissionais que atuam no Cense e o perfil dos adolescentes atendidos. Esses dados tem como referência a data de dezembro de 2016, período do levantamento de informações para a confecção do Projeto Político-Pedagógico da Unidade.

O quadro de funcionários apontado está previsto por uma legislação própria, o Sinase (Lei 12.594 de 2012). No entanto, a lei remete à Resolução nº 119 de 2006,

do CONANDA (que institui o SINASE enquanto uma normativa), quando se refere ao número de profissionais adequados ao atendimento em regime de internação.

De acordo com a Resolução, para atender até quarenta adolescentes na medida socioeducativa de internação a equipe mínima deve ser composta por:

- ✓ 01 diretor;
- ✓ 01 coordenador técnico;
- ✓ 02 assistentes sociais;
- ✓ 02 psicólogos;
- ✓ 01 pedagogo;
- ✓ 01 advogado (defesa técnica);
- ✓ Demais profissionais necessários para o desenvolvimento de saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração;
- ✓ Socioeducadores.

Observa-se que o número de socioeducadores ou no caso do Estado do Paraná, Educadores Sociais como é denominada esse quadro de funcionários, não possui indicativo de qual seria o número de profissionais. Mas, destaca que:

A relação numérica de socioeducadores deverá considerar a dinâmica institucional e os diferentes eventos internos, entre eles férias, licenças e afastamento de socioeducadores, encaminhamentos de adolescentes para atendimentos técnicos dentro e fora dos programas socioeducativos, visitas de familiares, audiências, encaminhamentos para atendimento de saúde dentro e fora dos programas, atividades externas dos adolescentes (SINASE, 2006, p. 45).

O Cense de Pato Branco apresenta um quadro de funcionários efetivos e terceirizados, a seguir:

Nº	Função	Quantidade	Vínculo
01	Educador Social	20	SEJU
02	Gestores	02	SEJU
03	Equipe técnica	03*	SEJU
04	Administrativos	02	SEJU e SEED
05	Apoio/Manutenção	01	SEJU
06	Equipe Enfermagem	03	SEJU
07	Equipe Professores	08	SEED
08	Copeiras/zeladoras	06	Terceirizadas
<b>Total</b>		<b>44 funcionários*</b>	

Quadro 6: Funcionários da unidade.

Fonte: Dados da Pesquisa.

\* A pesquisadora faz parte da equipe técnica.

Para pesquisa foram consideradas as equipes de educadores sociais, gestores, equipe técnica, equipe de enfermagem e equipe de professores. As equipes administrativa, de apoio e de copa/zeladoria não fizeram parte deste processo por não atuarem em contato direto com os adolescentes privados da liberdade.

O perfil dos adolescentes atendidos pela unidade, ao longo da trajetória institucional, não difere do quadro apresentado tanto do cenário nacional, como do estadual. Os dados do Sistema Estadual de Medidas Socioeducativas (SMS) do Departamento de Atendimento Socioeducativo da SEJU, compilados no mês de dezembro de 2016, momento em que se reformulava o Projeto Político-Pedagógico da unidade, mostra um pouco esse cenário.

<b>FATOR</b>	<b>INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA</b>	
<b>NÚMERO DE ADOLESCENTES</b>	22	<b>SEXO MASCULINO</b> 100 %
<b>IDADE</b>	14 anos	10%
	15 anos	14%
	16 anos	45%
	17 anos	31%
<b>SITUAÇÃO FAMILIAR E DOMICILIAR</b>	Família de até 3 pessoas	13,64%
	Família de 4 a 6 pessoas	22,73%
	Não informado	63,63%
<b>ESCOLARIDADE</b>	Eja Fase 2	63%
	Eja Ensino Médio	10%
	Ensino Médio incompleto	3%
	6º Ano fundamental	13%
	7º Ano fundamental	11%
<b>PASSAGENS</b>	<b>INTERNAÇÃO E</b>	Tráfico de Drogas 31%
	<b>INTERNAÇÃO</b>	Furto Qualificado 13%
	<b>PROVISÓRIA</b>	Homicídio 12%
		Estupro 10%
		Roubo 77%
		Outros 28%
<b>USO DE SUBSTÂNCIAS</b>	<b>USUÁRIO</b>	100%
<b>TIPOS DE SUBSTÂNCIAS</b>	Álcool	50,93%
	Maconha	53,26%
	Crack	11,16%
	Cocaína	16,28%
	Tabaco	20,93%
	Cola	3,49%
	Outros	13,95%
<b>MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA</b>	Pato Branco – PR	68%
	Região Sudoeste	31%
	Outras Regiões	1%

Quadro 7: Adolescentes Cense Pato Branco.

Fonte: Projeto Político-Pedagógico Cense Pato Branco (2016).

Os adolescentes que participaram da entrevista estão contemplados no quadro acima. Esse quadro reflete a realidade na qual os adolescentes se inserem. A faixa etária predominante entre 16 e 17 anos, com baixa escolaridade usuários de substâncias psicoativas e envolvidos com a prática de atos infracionais graves.

A execução da Medida Socioeducativa em instituição específica é regulamentada por uma série de legislações, normativas e regulamentos. Dentre elas, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente como o Sinase, apontam a necessidade de realizar tal atendimento utilizando-se da Rede de Atendimento composta por diferentes políticas públicas intersetoriais.

O artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece uma série de obrigações das entidades que desenvolvem programas de internação para adolescentes e reforça que as entidades deverão utilizar também, os recursos da comunidade no sentido de atender as demandas no que se refere à saúde, educação, esporte, cultura, lazer, profissionalização, trabalho, entre outros. Ou seja, a articulação entre as diferentes políticas públicas setoriais, enfim, a Rede de Atendimento.

Conforme Mendonça (2017) já existe um consenso da importância do trabalho em Rede, mas também oferece dificuldades e resistências como, o desânimo frente à ausência de ganhos e vantagens desse trabalho; falta de clareza dos objetivos de se trabalhar em Rede; falta de tecnologias; falta de investimentos em todos os sentidos (humanos e materiais).

Embora todas as dificuldades apontadas, a autora destaca que muitos são também os dispositivos legais que apontam como imperativo o desenvolvimento do trabalho em Rede, em especial o artigo 86 do ECA: que a política pública para infância e adolescência se dará por um conjunto articulado de ações pelas esferas governamental e não-governamental.

Os profissionais partícipes da pesquisa estão envolvidos no trabalho da Rede de Atendimento por meio das entidades que atuam: Núcleo Regional de Educação, Ministério Público, Centro de Apoio à Execução do Ministério Público Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Centro de Socioeducação.

No entanto, existe uma gama de entidades e profissionais que atuam na defesa e promoção de direitos de crianças e adolescentes e recebem apoio,

orientação e fiscalização do Ministério Público, por meio de seus agentes, Promotor de Justiça e a Equipe de Apoio à Promotoria.

No quadro a seguir estão elencadas algumas entidades que atendem adolescentes e que podem ser acessadas a partir de demandas específicas e, compor a Rede de Atendimento:

<b>Assistência Social</b>	<b>Saúde</b>	<b>Educação</b>
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Carolina Ferrari Amadori	7ª Regional de Saúde de Pato Branco	Secretaria Municipal de Educação
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Paulina Bonalume Andreatta	CAIC NIS II Núcleo Integrado de Saúde	Escolas Municipais (total de 38 estabelecimentos entre Ensino Fundamental e Educação Infantil)
FUNDABEM	Centro de Atenção Psicossocial CAPS II	Núcleo Regional de Educação
Instituto Prosdócimo Guerra	Centro de Especialidades Odontológicas CEO	Colégios e Escolas Estaduais (total de 15 Estabelecimentos de Ensino entre Fundamental e Médio)
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	Escola Especializada Recanto Feliz (APAE)	Colégio Águia - Ensino Fundamental e Médio
Casa Abrigo Esperança	Hospital São Lucas de Pato Branco	SENAI - Centro Educação Profissional
Centro de Promoção Humana Infanto-Juvenil (Horto Florestal)	NIS III Núcleo Integrado de Saúde	SESC - Pato Branco, C E I
Centro de Socioeducação (CENSE) de Pato Branco	Policlínica Pato Branco	SESI Parana, C – EFM
Secretaria Municipal de Assistência Social	Pronto Atendimento Municipal	Univ. Tecnológica Fed. do PR – UTFPR
Conselho Municipal de Assistência Social	SAMU 192 Unidade Avançada Pato Branco	Faculdade de Pato Branco – FADEP
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Vigilância Epidemiológica	Faculdade Mater Dei
Conselho Municipal Antidrogas (COMUD)	Vigilância Sanitária	Núcleo De Prática Jurídica (FADEP)
Conselho Tutelar	Conselho Municipal de Saúde	Serviço De Psicologia (FADEP)
Comitê Gestor Leite das Crianças		Núcleo De Prática Jurídica (Mater Dei)

Quadro 8: Algumas Entidades do Município de Pato Branco.  
Fonte: Levantamento Realizado pela CAEx da 4ª URATE, 2017.

Segundo Mendonça (2017) cada ação ou projeto que existe na cidade desempenha uma função específica, possuindo um desenho próprio. Nenhum é

mais importante do que a outro, mas todos são necessários, complementares e incompletos sem os demais.

Ao integrar-se ao mosaico, cada um dos elementos não perde suas características iniciais, mas ganha um novo sentido, um "lugar próprio", único, como parte singular de um desenho maior, no caso da criança e adolescente: a proteção integral (MENDONÇA, 2017, *on line*).

Entrementes, Digiácomo (2017, *on line*) alerta:

A simples existência de uma série de programas e serviços que "atendem" crianças e adolescentes não basta para formar uma verdadeira "rede" de proteção: é preciso que estes atuem de forma efetivamente articulada e integrada e prestem um atendimento qualificado e resolutivo (pior que não ter programas e serviços é ter programas e serviços que não funcionam de forma adequada e/ou que não atingem os objetivos aos quais se propõem).

A simples existência de instituições não garante o funcionamento em Rede, mas um passo além, seria a necessidade de que cada profissional conhecesse as atribuições das demais instituições e as funções que cada profissional exerce. Assim, quando as demandas dos adolescentes suscitarem ações, os encaminhamentos e resoluções terão maior possibilidade de êxito.

Verifica-se que no cotidiano da Rede, tanto o que se espera da Rede formal, como o acesso a programas e serviços de apoio existentes no município, não se efetivam plenamente. Isso de certo modo revela que, nos termos dos documentos feitos por peritos dentro da Constituição Moderna (LATOUR, 1994), dada pela objetividade do texto formal, e no acesso parcial pela equipe de profissionais do Cense aos programas e serviços existentes no município, pode ser identificado como "traições" e "dissidências" (LATOUR, 2012; CALLON, 1986).

### 3.4 OBJETIVAR A REDE: OS RELATOS

Em Reagregando o Social, Latour (2012) aponta um processo de compreender a expansão de uma rede, que num primeiro plano visa descobrir as associações ou rastrear as conexões. Para tanto, traz à tona algumas incertezas que se inscrevem no processo, dentre estas, está como os grupos se formam e

como seus elementos são bastante heterogêneos, ou seja, requer a presença tanto dos humanos como dos não-humanos. Outro ponto é dispor de porta-vozes, quando os grupos são formados, seus porta-vozes irão defini-lo.

Para iniciar a entrada na Rede via Cense de Pato Branco, buscou-se conhecer os porta-vozes, com os quais as entrevistas seriam feitas, como foi delineado no item da metodologia. Para isso os actantes, distribuídos pelos diferentes setores se reuniram e indicaram seus porta-vozes. O grupo de professores (08) indicou um porta-voz, os educadores sociais (20) indicaram dois, um de cada plantão diurno, os profissionais da saúde (03) indicaram um que atuava no período diurno, mais a equipe técnica, formada pelo Psicólogo e a Assistente Social. Participou também, um representante da gestão (02).

Para os adolescentes não houve indicação de porta-voz. Essa opção se justifica pelo fato de que há uma rotatividade muito grande de adolescentes. Assim como, um número significativo de adolescentes é oriundo de outros municípios do Estado do Paraná. Dos adolescentes referenciados no mês de dezembro de 2016, seis estavam na unidade na data da entrevista. Destes seis, quatro participaram da entrevista. A escolha dos adolescentes considerou o tempo de internação e serem residentes no município de Pato Branco. O tempo de internação pode possibilitar uma maior inserção no processo socioeducativo, com mais intensas relações, o que supõe-se conhecer a instituição e as demais que fazem parte da Rede. A residência no município de Pato Branco, porque é o local da formação e do movimento da Rede.

Para Latour (2012) todos aqueles que agem fazem parte da Rede. No entanto, para este estudo, foi importante que alguns porta-vozes falassem pelo grupo. E, assim mostrar o movimento da Rede num primeiro plano. O agrupamento que se forma num dado local e num dado momento. Porque para Latour (2012) a qualquer momento actantes podem ser enquadrados num grupo ou em mais de um grupo. Os agrupamentos precisam ser feitos e refeitos a todo o momento, “e qualquer ponto de partida desenhará um animal novo, diverso e sem comparação com nenhum outro” (LATOURE, 2012, p. 61).

O passo seguinte foi solicitar aos porta-vozes dos grupos para indicarem um profissional que atua nas políticas públicas do município o qual poderia constituir-se num ator potencial na rede. Deste, resultaram três indicações, um da área da Assistência Social, um da área da Saúde e um da área da Educação. Estes três,

com frequência, são acessados pelos profissionais do Cense. Considerou-se importante, também, entrevistar representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário (deste último, não houve a devolutiva).

Assim, os porta-vozes identificados foram: dois educadores sociais, um professor, um técnico de enfermagem, psicólogo, assistente social e um gestor todos profissionais do Cense; Enfermeiro, professor, assistente social estes profissionais externos ao Cense; Ministério Público, Poder Judiciário; e quatro adolescentes em cumprimento de internação no Cense Pato Branco.

Assim, mais uma fonte de incerteza emerge: como agem? Desse modo, o que se buscou foi saber deles o que os levam a agir. Para Latour (2012), o ator é a principal fonte de incerteza quanto à origem da sua ação. Para trazer ao relato o que os atores expressam sobre suas ações realizaram-se as entrevistas.

Na entrevista buscou-se suscitar que os actantes partícipes da Rede considerassem os elementos não-humanos por eles identificados. Assim, foi possível trazer à discussão a terceira fonte de incerteza: os objetos também agem. Para Latour (2012), um movimento é uma associação de entidades nem sempre apenas sociais. A Rede também se constitui de coisas, como prédios, carros, equipamentos, máquinas, ruas e transportes. Também, se constitui de documentos, legislações, decretos e pareceres. E, estes, para Latour (2012) se encontram num mesmo plano.

Considerar todas as agências, ou seja, a capacidade do ator de agir e de fazer outros agirem é fundamental para o estudo da rede. A agência pode vir de atores humanos e de atores não-humanos. É mais uma controvérsia que se apresenta: as questões de interesses se apresentam quando as agências são introduzidas, ou seja, os interessamentos. Os interesses de estar presente nessa Rede são diversos, mas um impõe uma pressão maior, a força da lei.

Por fim, e para o início do relato propriamente dito, importa trazer a quinta e última fonte de incertezas para Latour: escrever relatos de risco. Para o autor um bom relato tece uma rede, um bom relato da Teoria Ator-Rede é uma narrativa. Aqui se delinea uma das questões que para Latour é bastante arriscada, “tudo se resume em descobrir se o evento do social pode ser estendido ao evento da leitura através do texto.” (LATOURE, 2012. p. 195). Por isso, são relatos de risco, e eles podem facilmente falhar.

Vamos à descrição!



Para Latour (2012, p. 204) descrever nos protege do contágio das explicações. “Nós, como as formigas, não devemos sonhar nem com o céu, nem com o inferno, pois há muita coisa a fazer neste mundo”. O autor liberta o relator de tentar trazer quadros de referência a todo o momento no texto. Para ele certas explicações “fortes” podem se revelar menos convincentes do que outras mais “fracas”.

No entanto, não parece ser algo simples. Assim, para pensar as conexões que envolvem o Cense de Pato Branco em uma Rede de Atendimento aos adolescentes privados da liberdade, foram criadas, *a posteriori*, algumas categorias: a compreensão de si e de suas interações; a compreensão das suas articulações/conexões na rede. Isso conduziu as questões: como os atores compreendem a si próprios e as suas interações? como se articulam em rede? como compreendem essas articulações/conexões?

Os profissionais do Cense, porta-vozes, atuam há pelo menos dez anos na área, exceto dois profissionais que atuam há pelo menos quatro anos no Cense. Estes possuem ensino superior e especialização em áreas diversas. Embora alguns cargos e funções dentro da instituição sejam de nível médio, como educadores sociais e técnicos de enfermagem, no caso dos actantes entrevistados, todos possuem graduação e especialização.

O ingresso destes profissionais ou os motivos de estarem no Cense ou na Rede de Atendimento são variados, todos ingressaram por meio de concurso público, ou seja, um dispositivo legal, que cria um quadro de cargos e funções para os profissionais do Cense. A principal motivação de ingressar no Cense apresentada foi a segurança financeira e a estabilidade de emprego que o concurso público ainda garante. Na sequência, a possibilidade de atuar na área da formação acadêmica e, por fim, por gostar da área socioassistencial.

Os adolescentes entrevistados possuem dispositivos de inscrição que se opõe aos seus próprios interesses, ou seja, vem de fora, embora provocados por suas ações. A lei se apresenta aqui como um forte dispositivo de inscrição na Rede. Os quatro praticaram atos infracionais graves, se encontram há pelo menos três meses na instituição.

<b>Características/ Adolescentes</b>	<b>Adolescente 01</b>	<b>Adolescente 02</b>	<b>Adolescente 03</b>	<b>Adolescente 04</b>
<b>Tempo de apreensão</b>	01 ano	04 meses*	09 meses	09 meses
<b>Tempo no Cense de Pato Branco</b>	03 meses	04 meses	09 meses	09 meses
<b>Etnia</b>	Parda	Branca	Parda	Parda
<b>Idade</b>	18	17	16	17
<b>Ato infracional</b>	Homicídio e roubos	Roubos	Trafico e incitação ao crime	Tráfico, incitação ao crime e roubo
<b>Renda</b>	Não informado	1 a 2 salários mínimos	Sem renda	1 a 2 salários mínimos
<b>Tipo de convívio</b>	Pai e mãe	Pai e mãe	Pai	Pai e mãe
<b>Ocupação</b>	Não trabalha	Trabalho sem registro	Não trabalha	Trabalha sem registro
<b>Uso de drogas</b>	Tabaco, álcool, maconha e ecstasy	LSD, tabaco, álcool e maconha	Tabaco e maconha	Tabaco e maconha
<b>Situação escolar</b>	Não estudava (1º Ano do Ensino Médio)	Não estudava (7º Ano do Ensino Fundamental)	Não estudava (9º Ano do Ensino Fundamental)	Matriculado e não frequentando (7º Ano do Ensino Fundamental)

Quadro 9: adolescentes entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa.

\* Adolescente reincidente, cumpriu uma internação anterior de seis meses, no ano de 2016.

O motivo da inscrição do adolescente no Cense e na Rede de Atendimento vem pelo seu *interessamento* por cumprir o que lhe foi imputado através de dispositivos legais, penalidades em relação as suas ações, cuja consequência foi a privação da liberdade. O adolescente se constitui num actante na medida em que ele age e cria dispositivos para que outros actantes possam agir e também, extrapolando os muros da instituição.

O contato com actantes externos à unidade de internação ocorreu antes das entrevistas no Cense. Com alguns representantes do Sistema de Garantia de Direitos, que possibilitou visualizar instituições que se inscrevem na Rede através de algumas ações realizadas, a exemplo:

No caso do Ministério Público o contato ocorreu através do Centro de Apoio Técnico à Execução (CAEx) que, dentre suas atribuições está a realização de visitas de inspeção às unidades de acolhimento e do sistema socioeducativo, além, de emitir pareceres sobre o tema e indicar sugestões à elaboração de planos e projetos. A representante da CAEx salientou que no momento da entrevista não participa e não conhece ações sistemáticas de fomento à Rede de Atendimento. Participou em alguns momentos de encontros do Núcleo de Prevenção da Violência

e Acidentes, Promoção à Saúde e Cultura de Paz ligado ao SUS e a SESA, contudo não sabe informar se há continuidade das ações. Esse ponto evidencia que existem ações de promoção da Rede de Atendimento, no entanto, há descontinuidade dos encontros.

Dentre os pareceres emitidos pelo setor, há um que aponta, dentro da área socioassistencial, aquilo que é primordial para a Rede de Atendimento:

Necessidade de formação continuada para os trabalhadores do SUAS e para profissionais da rede de atendimento socioassistencial e intersetorial. Além da formação inicial, há a necessidade de que esta formação seja continuada, buscando uma prática profissional crítica, comprometida com a garantia de direitos em um contexto permeado por contradições. [...] Necessário fomento da atuação em rede. [...] em todos os municípios já há uma compreensão sobre os serviços socioassistenciais por parte de alguns profissionais da rede, o que não significa que todos realmente entendem e compreendem as funções dos CRAS e CREAS e de outras instituições vinculadas ao SUAS. O referido trabalho em rede é essencial para que a Assistência Social desenvolva suas atividades, pois na busca de autonomia e da melhoria de qualidade de vida de seus usuários, necessita de uma interlocução contínua com outras instituições socioassistenciais e intersetoriais (RELATÓRIO GERAL SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 4ª URATE, NOV. 2015).

Importa mencionar que durante o processo de elaboração deste estudo iniciou-se um programa de capacitação para os atores do Sistema de Garantia de Direitos sobre a Rede de Atenção e Proteção Social abrangendo os 42 municípios das regiões de Pato Branco – PR e Francisco Beltrão – PR, promovidos pelo Núcleo de Apoio Técnico à Execução (NATE/CAEX). Os cursos de capacitação também constituem em importantes actantes na Rede, pois mobilizam diferentes áreas de atuação na direção da articulação entre elas.

O contato prévio com a área de Educação se deu por meio do representante da equipe pedagógica do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Pato Branco. Esse contato revelou uma ação que se iniciou no ano de 2012 com a Rede de Proteção, da qual fazem parte a educação (escolas), a saúde, a assistência social e a segurança pública.

A Rede de Proteção na educação atua em dois aspectos, o combate à violência e o combate à evasão escolar. No ano de 2015, segundo a responsável no NRE, foram realizados encontros mensais nos quais participaram as escolas estaduais, as secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Centros de

Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCCA) e a Patrulha Escolar. Nas reuniões se discutiam casos específicos e deliberavam ações pertinentes a cada entidade representada. Contudo, no ano de 2016 não foram realizados encontros. Dois aspectos levantados, a dificuldade de manter a articulação entre os atores e, dar sequência aos encontros mensais.

Outro ator que mobiliza e articula a Rede de Atendimento no município é o Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDDDCA), órgão criado pela Lei Municipal Nº 3.338/2010, artigo oito. Dentre as atribuições do Conselho está “mobilizar os diversos setores da sociedade no sentido de sua efetiva participação na discussão e solução dos problemas que afligem a população infanto-juvenil” (Artigo 16, inciso IV).

O Conselho está representado por quatorze membros de instituições governamentais e não-governamentais.

<b>Não-Governamental</b>	<b>Governamental</b>
APAE	Secretaria Municipal da Assistência Social
Instituto Prosdócimo Guerra	Secretaria Municipal de Saúde
Colosso da Baixada	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social	Secretaria Municipal de Esportes
Conselho de Contabilidade	Secretaria Municipal Administração e Finanças
União de Bairros	Secretaria Municipal de Planejamento
Fundabem	Núcleo Regional de Educação

Quadro 10: Composição Conselho de Direitos.  
Fonte: Dados da Pesquisa.

A sede do Conselho está alocada nas dependências da Secretaria Municipal da Assistência Social e segundo a assessora do Conselho, o fato de estar junto ao órgão gestor facilita tanto o uso dos espaços físicos como salas, uso de veículos e equipamentos, como também possibilita que a equipe de profissionais da Assistência Social colaborem com ações realizadas pelo Conselho, quando necessário.

No ano de 2017, havia 66 entidades de atendimento às crianças e adolescentes cadastradas no Conselho, porém 32 destas estavam com cadastro irregular (relação das entidades em anexo), ou seja, não constavam com a

documentação necessária para inscrição no Conselho. Estas entidades atendem a crianças e adolescentes nas esferas governamentais e não-governamentais.

Este panorama foi esboçando um conjunto de entidades que atendem as crianças e adolescentes e, órgãos que atuam na orientação e na fiscalização destas entidades. É um recorte temporal e espacial, que vai delineando aos poucos como a Rede de Atendimento vem se constituindo no município de Pato Branco, seus actantes, suas entidades. Com seus trajetos, veículos e trilhas que a expende ou a retrai. No entanto, panoramas não trazem a ideia da totalidade e nem podem fazê-la. Para Latour (2012) o *status* desses panoramas é ambíguo: ele vacina contra a totalização; e, preparam para tarefa política que se tem pela frente, ou seja, oferecem uma antevisão do coletivo com o qual não podem ser confundidos.

Os actantes indicados pelos profissionais do Cense, ou seja, aqueles que mais são acessados, ou que mais interagiram com as demandas dos adolescentes e estabeleceram laços na Rede, atuam nas políticas públicas da educação, saúde e assistência social. O contato inicial para a pesquisa com eles foi realizado por ligações telefônicas, os quais agendaram horários para entrevistas.

Observou-se que os três entrevistados da rede externa ao Cense atuam há longa data nas suas respectivas áreas, todos há mais de dez anos. Eles realizam as ações voltadas ao Cense sempre a partir de uma demanda vinda dos profissionais da unidade. Nenhum trouxe ações espontâneas de “fora para dentro”.

Para manter sigilo em relação aos nomes dos entrevistados, optou-se por nominar os entrevistados de “Entrevistado 01 até o Entrevistado 15”. Saliendo que os entrevistados de 01 a 07 são os profissionais do Cense, entrevistados de 08 a 11 são adolescentes privados da liberdade; e, entrevistado de 12 a 15 são profissionais externos ao Cense. É prudente aqui, alertar o leitor que se buscará no relato, abordar tanto aspectos trazidos por profissionais do Cense e adolescentes privados, como também dos profissionais que atuam fora, externos ao Cense. Latour (2012) chama a atenção para esse aspecto quando aponta que o analista precisa acompanhar múltiplos tipos de ações. É um vaivém que dificulta a pesquisa, mas não rompe com o fio de Ariadne, com a rede recém tecida.

Algumas questões foram geradas a fim de trazer respostas, embora provisórias, sobre a Rede de Atendimento, sobre o Cense enquanto um lugar na Rede, sobre o entendimento dos atores sobre a privação da liberdade e, sobre o que

consideram importante para que possa haver desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes privados da liberdade.

Assim, perguntar aos profissionais do Cense sobre suas atribuições, como se veem na realização das tarefas cotidianas foi interessante para entender como se veem como actantes dentro da rede de relações. Todos os entrevistados se pautam na questão legal para justificar suas ações.

Aqui se observa que a legislação e a norma, atuam como fortes dispositivos de inscrição na Rede. No entanto, há os que trazem a legislação em primeiro plano (Entrevistados 03 e 04): *“[...] existem orientações, legislações que a gente respeita, é o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sinase que é o que nos rege enquanto lei, temos que trabalhar enquanto preconiza a lei, a legislação”* (Entrevistado 03).

Há também os que realizam suas ações a partir daquilo que acreditam na formação do vínculo, ou seja, nas crenças e valores. (Entrevistados 05 e 06): *“[...] da maneira de se trabalhar com eles, a gente encontra várias maneiras de trabalhar com o adolescente, vários tratamentos, formas de ver a medida socioeducativa, eu sigo pela linha que eu acredito [...]”* (Entrevistado 05).

Há aqueles que trazem as grandes narrativas para justificar tanto as atribuições quanto a própria condição de trabalhador dentro de um sistema capitalista: *“[...] eu tenho um contrato com o estado, eu vendo minha força de trabalho, e o estado me paga pra mim desenvolver o trabalho, entre aspas, pra desenvolver essa política pública voltada aos adolescentes [...]”* (Entrevistado 02). E, os que recorrem à nostalgia, de quando se iniciou o trabalho na Socioeducação, equipe nova, profissionais novos, recém-formados: *“Hoje a gente já faz o mínimo [...]. A gente não falta enquanto funcionário, enquanto atribuições de manter sempre segurança, de se preocupar, a gente não falta, mas a gente já fez muito mais do que é feito hoje”* (Entrevistado 01).

No que se refere às atividades (rotina) dos adolescentes, esta lhes é imposta a partir de um regimento institucional. Há um código de normas e procedimentos estadual que normatiza a conduta dos adolescentes e funcionários dentro da instituição (Diário de Campo, 2017). O adolescente toma conhecimento destas normas e da rotina no instante em que adentra à unidade. No período que se segue à inserção do adolescente há o que se entende por acolhida. Neste período são enfatizadas as normas e as condutas institucionais, a rotina da unidade, as atividades pedagógicas e a situação processual.

No período inicial de acolhimento, o adolescente conhece as normas e rotinas da casa. Paralelamente, inicia-se também um processo de autoconhecimento e conhecimento do adolescente pela equipe por meio de intensivos atendimentos e entrevistas. Acolher é papel de toda equipe (CADERNOS DO IASP, PENSANDO E PRATICANDO A SOCIOEDUCAÇÃO, 2006. p. 45).

O que está instituído é absorvido pelo adolescente durante a internação: “*Na verdade nós seguimos regras, tipo de ir pra aula, essas coisas nós seguimos regras, daí o que a gente faz no alojamento nós determina, nós mesmos*” (Entrevistado 08). “*Às vezes faço o que o educador tá mandando. A gente faz a limpeza, eles falam que a gente tem que fazer*” (Entrevistado 10). Para além das atividades internas, os adolescentes também fazem outros atores agirem, desencadeando a formação da Rede para além-muro.

As atribuições dos atores externos ao Cense decorrem, assim como dos profissionais internos, por meio de legislações específicas dentro de cada área de atuação. Tanto a Educação, quanto a Saúde e a Assistência Social possuem mecanismos legais que criam as instituições e as atribuições profissionais genéricas de cada um. É o dispositivo legal agindo e fazendo outras agir, ou seja, um actante bastante presente na Rede. No entanto, quando as atribuições são relativas aos adolescentes privados da liberdade, há dispositivos de inscrição específicos. E esses dispositivos podem não estar presentes no tempo e espaços imediatos. As interações entre os actantes da rede podem ser resultados de um grande número de ações que as antecederam.

[...] desde que eu cheguei nessa unidade já havia uma rotina, não sei criada por quem, mas já havia uma rotina, os próprios técnicos do Cense já encaminham pra onde vai a demanda, por exemplo pro Caps [...] os técnicos do Caps tem um relacionamento bem próximo, o setor de psiquiatria do Caps tem um relacionamento bem próximo com o Cense, o pessoal da Odonto, da mesma forma, já vão direto, já tem um horário reservado pra urgência, já vai encaminhado direto para o atendimento da urgência [...] (Entrevistado 14).

Existem cinco pontos que Latour (2012) apresenta sobre as interações que mostram como atores diversos agem em tempos e espaços diversos: 1) as interações não são possíveis de se rastrear em um sistema, porque elas são muitas; 2) as interações não existem ao mesmo tempo, o tempo é múltiplo; 3) as interações não podem ser resumidas, não se vê o conjunto, a cada momento novos atores se tornam visíveis, enquanto outros se tornam inoperantes; 4) as interações não são

homogêneas, cada elemento pode ser identificado, haja vista que não são todos humanos, subjetivos ou locais, mas que se juntam; 5) as interações não sofrem as mesmas pressões, mediadores e intermediários diferentes exercem pressões diferentes sobre a rede.

As ações realizadas pelos actantes externos ao Cense surgem a partir da demanda do adolescente, a qual é acolhida pelo profissional do Cense e encaminhada externamente. Existem documentos específicos que celebram acordos entre o órgão gestor das unidades socioeducativas com as políticas públicas, em especial de saúde, educação e assistência social, como é o caso do Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas (PROEDUSE), ligado a Secretaria de Estado da Educação (SEED) que é responsável pela oferta de escolarização básica aos adolescentes; o Plano Operativo Municipal (POM) ligado à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) que oferece o suporte técnico às equipes de saúde do município e do Cense e à Secretaria Municipal de Saúde que realiza o atendimento ao adolescente e; o Programa Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI), parceria com a Assistência Social do município a fim de promover ações conjuntas no sentido de encaminhar aos serviços socioassistenciais as famílias de adolescentes que cumprem internação.

Estes dispositivos levam atores a agir com relação aos adolescentes privados da liberdade, são atores não-humanos que agem e fazem outros atores agirem:

[...] na verdade tem uma legislação própria, uma lei que determina que a secretaria de saúde organize uma equipe para que esteja destinada ao atendimento desse adolescente, desse jovem em conflito com a lei, eu fui designada para fazer parte desse grupo pra estar organizando um grupo intersetorial multiprofissional e construa, programe e planeje ações voltadas ao adolescente além da assistência, além da demanda diária (Entrevistado 14).

Mas, há outros aspectos identificados pelos atores que os levam a agir. Isso quer dizer que os actantes têm suas próprias justificativas da ação para explicar como produzem os efeitos da ação. Não se deve substituir uma expressão precisa do ator por aquilo que se supõe estar oculto nela (LATOUR, 2012).

[...] e por ainda sentir que eu estou fazendo que, eu estou dando uma contribuição pra sociedade, por mais que eu hoje eu faça muito pouco do eu já fiz e que a gente tenha mudado muito enquanto equipe no total assim, eu ainda tenho orgulho, [...] que eu ainda gosto de falar que faço isso, porque me relaciono com pessoas que dão importância a isso,



as pessoas que me relaciono fora daqui acham sempre muito legal, porque todo mundo tem esse, essa preocupação social [...] (ENTREVISTADO 01).

O Cense de Pato Branco possui uma estrutura física não adequada aos parâmetros arquitetônicos indicados pela Resolução 119 do Conanda, que instituiu o Sinase. Essa estrutura pode ser entendida como um ponto de conexão da rede, pois ela leva os atores a agir. O lugar, o Cense, suas relações são entendidas enquanto um espaço ruim, ou desfavorável ao atendimento dos adolescentes e da permanência da equipe (Entrevistados 02 e 03). No entanto, embora precária, a estrutura física facilita as relações entre os profissionais e adolescentes (Entrevistados 01 e 04). Mas, ambas as situações atuam:

[...] tem uma porcentagem positiva e uma porcentagem negativa, o que seria positiva é o tamanho da nossa unidade, a estrutura da nossa unidade, como falei, faz com que a gente desenvolva mais esse lado criativo de achar soluções para conseguir atender o adolescente, pra conseguir fazer mais atividades, pra conseguir ocupar o tempo dele, exige um pouco mais de nós na questão de se esforçar mesmo para que as coisas aconteçam. E teria o ponto negativo que é a própria falta de estrutura, muitas coisas mesmo a gente não consegue desenvolver com os piás, a gente não consegue fazer porque a estrutura não auxilia (Entrevistado 05).

Nesse aspecto, de a estrutura ser adaptada para o atendimento, é fácil justificar a ideia de incompletude institucional<sup>21</sup>. No entanto, essa ideia se refere à necessidade das instituições de atendimento não tenderem ao fechamento, mas estarem buscando recursos disponíveis na comunidade a qual se insere e que possam contribuir com o processo socioeducativo do adolescente. E, não buscar aquilo que é deficitário, o que é de competência do órgão gestor, de manter as instalações, equipamentos e quadro de pessoal adequado ao atendimento.

Porque, juntamente com a execução da media socioeducativa, a entidade de atendimento deve estar atenta à garantia dos direitos dos adolescentes, os quais devem ser objeto de atenção e de encaminhamentos da equipe multiprofissional e que se estendem também para a atuação em Rede. E, na busca em dar conta deste atendimento, estão presentes múltiplas justificações: a estrutura física, os recursos, a pobreza, o envolvimento profissional.

---

<sup>21</sup> O princípio da incompletude institucional pressupõe a construção de interfaces com diferentes sistemas e políticas, respeitando as especificidades e definindo campos de atuação articulada que ampliem as condições para a realização dos direitos. Embora a responsabilidade pela concretização dos direitos básicos e sociais seja da pasta responsável pela política setorial, a articulação das várias áreas pode ampliar a efetividade das ações (CEAG-UNB, 2017).

E, como pensam os adolescentes sobre o Cense?

Adolescente Entrevistado	O que pensa sobre esse Lugar
<b>Adolescente 01</b>	Ah, em termos, se tem que ficar é bom, mas se eu pudesse estar na rua. Melhor que nos outros Censes. Eu já fiquei em Laranjeiras e Cascavel, [Cascavel 1?] sim.
<b>Adolescente 02</b>	Ah, eu penso que, que tão aqui pra ajudar a gente, que nem nós tava muito errado na vida que nós tinha lá trás, nós tamos aqui agora e vocês tão ajudando nós consertar nossos erros. Sair daqui uma pessoa, uma pessoa certa, não fazer mais nada de errado. Que estuda e trabalha.
<b>Adolescente 03</b>	Aqui não é tão ruim, é ruim ficar preso, isso aqui é pra ajudar a gente também,
<b>Adolescente 04</b>	Eu acho que tenta ajudar os <i>menor</i> a sair dessa vida. [é difícil?] Não né, é suave.

Quadro 11: Sobre o lugar.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

E, como pensam os profissionais externos sobre o Cense? Para estes existe um consenso de que a estrutura física do Cense Pato Branco é inadequada. É pequena, necessita de espaço amplo para prática de atividades físicas (Entrevistado 14), que há profissionais capacitados para exercer as funções (Entrevistado 12) e, que o local necessita de um “*olhar mais humano de quem gerencia isso*” (Entrevistado 13).

A resolução 119/2006 do Conanda instituiu o Sinase enquanto um ordenamento jurídico, pedagógico, político, financeiro para o atendimento socioeducativo no Brasil. Em 2012 o Sinase, enquanto um sistema nacional ganhou *status* de lei. Contudo, alguns parâmetros para o atendimento ainda fazem referência à resolução 119 do Conanda. Dentre eles, a arquitetura das unidades de atendimentos em regimes de internação provisória, internação e semiliberdade (p. 67 a 70). Um aspecto pode ser mencionado como forma de exemplificar uma das inadequações da estrutura física e que é visível a qualquer transeunte:

Edificar as Unidades de atendimento socioeducativo separadamente daqueles destinados para adultos do sistema prisional, ficando vedada qualquer possibilidade de construção em espaço contíguos ou de qualquer forma integrada a estes equipamentos (SINASE, RESOLUÇÃO 119 CONANDA, p. 69).

O Cense está localizado dentro do pátio da Delegacia. Num edifício de três pavimentos no qual funciona a parte do atendimento direto aos adolescentes. E, um prédio de um pavimento no qual funciona a parte técnica, administrativa e de gestão:

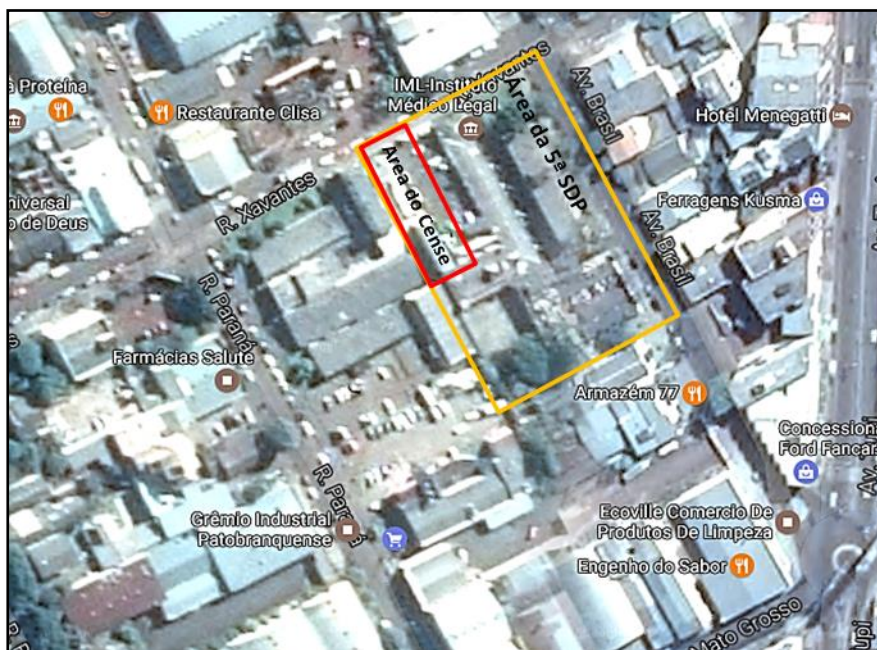


Figura 3: Localização Cense.  
Fonte: Google Maps, 2017.

Assim, como a estrutura física age e faz os atores agirem, os equipamentos, instrumentos, espaços aparecem num mesmo plano das relações na Rede. Para Latour (2012) qualquer um (coisa) que modifique uma situação fazendo diferença é um ator, é um *actante*. Latour alerta da dificuldade de medir as ações dos objetos, são ações coletivas entre humanos e não-humanos. Mas, a ação deve ser assumida. Por exemplo, com o uso do controle remoto se assume que existe uma ação. O comportamento permitido pelo aparelho é a imobilidade do ator.

No que se refere à localização e à estrutura física do Cense, a ação é assumida pelos actantes. Os mesmos identificam que a localização central do Cense favorece a articulação da Rede, do mesmo modo, a estrutura física força a busca pelos recursos do seu entorno. Os relatos evidenciam como o actante infraestrutura física (prédio e dispositivos de lazer) atua na Rede, evidenciando por um lado como esta estrutura física faz os demais actantes agirem em busca de ativar outros actantes na comunidade, a fim de atender as necessidades dos adolescentes e dos funcionários, e por outro, como há “dissidência” do Estado em relação ao preconizado pelas Normas Legais.

A estrutura é péssima aqui pra nós, o adolescente deveria ter, a privação gera sofrimento, gera angústia, ansiedade, porque ele está acostumado com a liberdade e privado ele tem que ficar naquele espaço, sem poder sair, ver o sol, a natureza, pessoas, então é uma outra

vida a privação. E quando você vem pra dentro de uma estrutura você deveria ter espaços de uma quadra adequada para praticar esportes [...] é importante esses espaços que o adolescente tem para se expressar, pra poder contar um pouco da sua vida e a convivência com os outros, é um espaço de direito a cultura, então, aqui não tem um espaço adequado para prática de educação física [...] (Entrevistado 02)

Sobre os equipamentos, instrumentos e espaços disponíveis para realização das ações no Cense há muitos pontos divergentes entre os entrevistados internos. Há aquele que considera a estrutura suficiente para a demanda (Entrevistados 03 e 04). Outro que não, embora considere alguns aspectos adequados como salas e computadores, pois há demandas operacionais exigidas pelo SMS que absorve a ação dos técnicos do Cense, além da infraestrutura insuficiente.

Isso, por um lado faz refletir sobre quem mobiliza muitas ações, que é o Sistema de Medidas Socioeducativas (SMS) e o Processo Eletrônico Judiciário do Paraná (Projudi) Ambos os sistemas são frequentemente alimentados pelos técnicos da unidade, como nos alerta o Entrevistado 02:

[...] o sistema que a gente alimenta, [...] a gente brinca assim, ou você alimenta o sistema ou você atende os adolescentes, a gente fica na questão burocrática e, burocrática no sentido de preencher sistema e o adolescente tá lá necessitando de atendimento e você está preenchendo relatório [...] é uma contradição, a justiça ela tem uma demanda, [...], o adolescente tem outra demanda, então às vezes entra em conflito [...] vai fazer relatório pro juiz ou vai atender as demandas do adolescente e garantir essas demandas (Entrevistado 02).

E, por outro, que há deficiências na estrutura física, sendo esse um actante que aparece muito nos relatos dos entrevistados. Há elementos nela que provocam ações que exigem prudência, conforme a fala do Entrevistado 05:

[...] o número de salas, ele é bem inadequado, a disposição das salas também é bastante inadequado, nós temos, por exemplo, um salão maior com as salas pequenas dentro, normalmente quando ocorrem três atividades nós temos que usar esses três espaços, eventualmente, numa situação que a gente tenha que intervir, pra ter acesso a uma das salas do fundo tem que passar pela atividade que está acontecendo no salão grande. Essa distância que a gente fica no monitoramento das salas que estão no fundo, muitas vezes dificulta, até a gente perceber que o adolescente tá atrapalhando a aula, tá de alguma maneira tirando a atenção dos outros, então dificulta o monitoramento (Entrevistado 05).

A estrutura física do Cense Pato Branco exerce uma pressão bastante forte sobre os actantes. Os limites impostos pela estrutura física faz com que se busquem fora dela outras estruturas para que muitas ações sejam realizadas. Um exemplo

são as atividades físicas com os adolescentes realizadas em espaços públicos e privados do município. No entanto, esta ação não contempla a totalidade dos adolescentes internos, apenas aqueles que podem realizar atividades externas à unidade<sup>22</sup>:

[...] como a estrutura é precária mobiliza as pessoas passam a buscar por exemplo, atividades externas, que eu vejo, comparado a outros Censes, que tem estrutura interna e eles não fazem esse esforço de buscar atividades [...] que aqui a gente faz esse esforço de ter atividades externas, mas na maioria dos dias não tem efetivos, educadores suficientes, porque tem que ter um mínimo de educadores para sair e acompanhar os adolescentes em uma atividade externa. Ganha no sentido da gente fazer esse esforço pra ter essas atividades externas e isso ajuda muito no processo socioeducativo dos adolescentes que se empenham pra ter um comportamento satisfatório [...] (Entrevistado 02).



Figura 4: Estrutura do Cense – área técnica-administrativa.

Fonte: *Dados da pesquisa, 2017.*

---

<sup>22</sup> As atividades externas a unidades são realizadas com adolescentes que estão num estágio no processo socioeducativo que resultou de uma relação de confiança entre adolescente equipe e família. As atividades externas são voltadas à cultura esporte, lazer e visitas familiares (Diário de Campo, 2017).



Figura 5: Estrutura do Cense – área de atendimento ao adolescente.

Fonte: *Dados da pesquisa, 2017.*

Com relação aos actantes externos ao Cense, a questão sobre equipamentos, instrumentos e espaços foi referida no âmbito de atuação destes profissionais, ou seja, CREAS, NRE e Instituições de Ensino, e a Secretaria Municipal de Saúde. Tanto o Entrevistado 12 quanto o Entrevistado 14, destacam que esses elementos favorecem o trabalho e contribuem para a articulação da Rede.

O Entrevistado 12 trouxe um aspecto controverso sobre os equipamentos e a infraestrutura física:

[...] essa é uma das relações extremamente importantes que a gente trabalha, de aproximar as condições materiais, mas estas questões materiais pra mim estão num grande segundo plano porque tudo o que acontece lá é mais importante.

Para Latour (2012) a Rede é planejada, bidimensional, não existe acima ou abaixo, tudo ocorre entre a jusante e a montante, e todos os atores humanos e não-humanos podem ser mobilizados.

Aqui, cabe mencionar um aspecto importante sobre o atendimento a adolescentes que cumprem medida socioeducativa em Meio Aberto<sup>23</sup>. Tanto a

<sup>23</sup> Medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente que pratica ato infracional. É menos gravosa que a privação da liberdade, compreendidas como Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA). PSC: se caracteriza pelo envolvimento do adolescente em serviços junto à comunidade dessa forma se reveste pelo aspecto participativo e educativo, envolvendo a família, a comunidade e o adolescente, onde é oportunizada ao adolescente a experiência da vida comunitária. LA: trata-se de uma medida judicial obrigatória, que requer orientação no exercício de sua liberdade, mas uma liberdade posta sob condições de acompanhamento da vida sociofamiliar e educacional (POSSAMAI; FABRIS, 2010).

representante do CAEx, quanto o Entrevistado 13 alertam para a localização do CREAS. Conforme as orientações técnicas para o CREAS este deve ter uma localização estratégica de fácil acesso à população a ser atendida, observando-se a disponibilidade de transporte público e a proximidade dos locais de maior concentração do público a ser atendido:

Localização da Unidade preferencialmente em área central, com facilidade de acesso e maior circulação da população, e/ou em localidade estratégica para facilitar a articulação com a rede (CRAS, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, etc.). [...] Essa proximidade propicia uma ambiência favorável para o CREAS desenvolver um trabalho em rede, além de permitir aos usuários residentes em áreas distantes e/ou rural o acesso ao conjunto destes equipamentos com otimização de tempo e redução de custo, além da própria circulação da família (SNAS/MDS, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CREAS, 2017. p. 79).

A localização, o espaço, o acesso se constituem em actantes que ampliam ou reduzem a extensão da Rede de Atendimento. A localização desse equipamento afeta o trabalho tanto dos técnicos em seu deslocamento como para o contato com outros serviços, em especial para os usuários, nesse caso, dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

[...] deveria ser num local mais central onde possibilite o acesso de todos de uma maneira mais igual, mais facilitada, porque aqui nós não temos transporte público, hoje nós temos a ajuda de um motorista com um carro, que vai buscar nossos adolescentes, porque alguns moram longe e não tem acesso, além de não ter transporte, não tem vale transporte, claro, que o adolescente que cumpre medida é ele que tem que cumprir, mas aqui nós temos que facilitar o atendimento, e hoje a gente mais vai até o adolescente do que ele vem até nós, ou a gente faz o atendimento lá, ou alguém vai buscar, e depois ir levar, eu acho que isso dificulta o nosso trabalho [...] (Entrevistado 13).

Outro aspecto se refere ao atendimento do Creas, tanto das medidas protetivas<sup>24</sup>, quanto das medidas socioeducativas em meio aberto. Ou seja, há momentos em que tanto a vítima quanto o vitimizador estão em atendimento nos espaços do Creas, o que requer cuidados extras para os agendamentos. Bem como, o número de atendimentos de adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto requer, segundo o Entrevistado 13 e o técnico do CAEx, um local distinto dos demais atendimentos.

---

<sup>24</sup> As Medidas de Proteção são aquelas que devem ser utilizadas nos casos previstos no artigo 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente: As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta (LEI 8.069/90).

Aos entrevistados foi perguntado com quem (profissional ou outra pessoa) mais se relaciona no dia a dia para realizar suas respectivas funções.

Entrevistado	Quem mais Acessa (frente à alguma situação)
Entrevistado 01	Educadores Sociais
Entrevistado 02	Assistente Social, Pedagoga, Direção
Entrevistado 03	Direção
Entrevistado 04	-
Entrevistado 05	Auxiliar de Enfermagem, Direção Auxiliar
Entrevistado 06	Educadores Sociais, Direção, Pedagoga, Direção Auxiliar
Entrevistado 07	Sem resposta
Entrevistado 08	Adolescentes do Alojamento
Entrevistado 09	Adolescentes, Educadores Sociais
Entrevistado 10	Adolescentes do Alojamento, Educadores Sociais
Entrevistado 11	Adolescente do Alojamento
Entrevistado 12	Professora de Educação Física do Cense
Entrevistado 13	Assistente Social e Psicólogo do Cense
Entrevistado 14	Técnico de Enfermagem, Assistente Social do Cense
Entrevistado 15	Conselho Tutelar, Creas

Quadro 12: Relações mais diretas no Cense.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O quadro se refere tanto ao convívio diário dos entrevistados, como à necessidade de resolução de algumas situações que exigem uma intervenção profissional mais urgente. Geralmente, se busca o profissional que tem a competência técnica para a intervenção (Entrevistados 02, 03, 05, 06, 12, 13 e 14). Enquanto o Entrevistado 01 traz fortemente o vínculo com colegas para discutir as situações antes de repassar ao responsável:

[...] eu costumo sempre, quando eu vejo uma demanda do adolescente, conversar como os meus colegas mais próximos assim, o que acham pra depois passar pra frente e tal... mas eu sou uma pessoa que busca muito as chefias assim, pra passar a questão profissional, mas o que eu mais valorizo aqui dentro são as relações pessoais, as amizades mesmo (Entrevistado 01).

Aqui é possível esboçar um desenho da Rede, o acionamento mais direto que ocorre no Cense pelos seus actantes internos e externos. O dentro e fora da Rede para Latour é muito importante. No entanto, não faz distinção entre eles, apenas por uma questão de abrangência da Rede, ou é mais extensa ou menos extensa. Por exemplo, se há ação de um técnico é porque há translação de interesses e mobilização de recursos que tecem a Rede, muito além de sua ação em particular.



Para Latour (2012) um ator é aquele que faz outros atores a agirem também. Na obra *Ciência em Ação*, Latour (2000) em suas pesquisas mostrou que cientistas e engenheiros no momento da fabricação de fatos e artefatos científicos estão relacionados com aqueles que estão fora do laboratório. Há pessoas no laboratório porque há muitas em outros lugares fazendo ciência, assim, a difusão da ciência está ligada a translação de interesses e mobilização de recursos, “os cientistas só tem sucesso quando casa seus interesses com o da indústria e/ou quando essa indústria casa seu destino com o do Estado” (LATOURE, 2000, p. 279).

Os interesses são difundidos na Rede. Enquanto alguns atores fazem atendimento aos adolescentes privados da liberdade dentro do Cense, outros atores recorrem a Rede externa, sem esse movimento a Rede não se expande, sem esse movimento as demandas dos adolescentes não são atendidas.

O envolvimento dos actantes no cotidiano de atendimento, os profissionais internos e externos com suas formações técnicas, os adolescentes, as famílias, legislação, relações, equipamentos, espaços, todo um conjunto de elementos que integram a rede e a deixam também, formam o que Latour (2012) chama de o império do centro. Tudo ocorre nessa relação, há uma construção, uma ligação entre humanos e não-humanos. Esses actantes que se deixaram ouvir na pesquisa não são meros informantes. É preciso ir além e desenvolver com eles a reflexividade, permitir que esse momento seja espaço de se pensar e repensar práticas e ideias.

Então o que tudo isso tem possibilitado enquanto experiência para esses actantes? O que tem acrescentado as suas vivências? Quais aspectos mais atravessam o seu cotidiano?

<b>Entrevistado</b>	<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
<b>Entrevistado 01</b>	Maior sensibilidade frente à realidade.	Desmotivação da equipe como um todo.
<b>Entrevistado 02</b>	Busca por atividades externas à unidade.	Estrutura precária
<b>Entrevistado 03</b>	Evolução do adolescente frente ao seu processo socioeducativo.	A frustração, com relação àqueles que não conhecem a política pública.
<b>Entrevistado 04</b>	União da equipe como um todo.	Falta de efetivos.
<b>Entrevistado 05</b>	Proximidade da equipe, desenvoltura da equipe na resolução de conflitos.	Profissionais que se acomodam na execução de suas funções.
<b>Entrevistado 06</b>	Conhecer essa realidade do adolescente de perto. Isso muda a forma de ensinar e educar.	-

<b>Entrevistado 07</b>	O trabalho é, ao mesmo tempo, - difícil, mas gratificante.	
<b>Entrevistado 08</b>	O tempo que a gente tem pra refletir sobre o que a gente fez e tentar mudar de vida lá fora.	Convívio com outro adolescente que tenha desafetos.
<b>Entrevistado 09</b>	O bom é que quando sair terei novos pensamentos, vou melhorar minha vida.	Ruim é ficar aqui dentro, fechado, privado da liberdade.
<b>Entrevistado 10</b>	A gente pensa um pouco antes de sair.	Ruim é ficar aqui.
<b>Entrevistado 11</b>	As aulas.	Ficar preso.
<b>Entrevistado 12</b>	Demonstrar e fazer algo diferente e eles conseguirem observar as possibilidades que estão postas na sociedade.	Não conseguir fazer isso e acirrar mais ainda as diferenças.
<b>Entrevistado 13</b>	Repensar o quanto nós, enquanto país, temos um papel fundamental, que fazemos a diferença na vida do adolescente.	-
<b>Entrevistado 14</b>	-	Não foi positivo o contato com essa realidade, foi assustador perceber adolescentes cometendo atos tão bárbaros.
<b>Entrevistado 15</b>	Ver que estamos certos no que fazemos, e como fazemos, toda vez que vemos um infrator [...] refletir sobre ele mesmo [...]	A reincidência [...] e todo o sofrimento que ela gera – inclusive para a equipe de atendimento.

Quadro 13: Pontos positivos e negativos.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A internação para adolescentes é a medida socioeducativa mais gravosa, por isso devendo ser aplicada pelo poder judiciário e considerados os princípios de brevidade, excepcionalidade e a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento (LEI 8.069/90).

São muitos os actantes que agem quando ocorre a internação do adolescente, vários dispositivos são acessados. Desde a apreensão do mesmo pela autoridade policial e assim encaminhado à Delegacia de Polícia, o qual envia ao Poder Judiciário Boletim de Ocorrência Circunstanciado. O adolescente é ouvido pelo Ministério Público que o representa pela prática de ato infracional, o Poder Judiciário instaura processo judicial, e determina a internação. A partir do ingresso no Cense ocorre todo trabalho de inserção e acolhimento dentro da instituição, são realizados atendimentos e contatos com a família, Conselho Tutelar, Escolas, CREAS, Unidades de Saúde e outros serviços de promoção de direitos visando atender ao estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial ao artigo 124 e seus incisos.

Todos esses atores se tornam mediadores e vão deixando traços que podem ser vistos e descritos e cada qual sabe dizer como age e como pensa sobre sua própria ação e sobre aquilo com que se relaciona. Por isso, importa também, entender o que pensam sobre a privação da liberdade.

De modo geral, os entrevistados consideram a privação da liberdade como uma medida necessária, mas sob diferentes enfoques: enquanto limite para o adolescente (Entrevistado 03); como restrição de direitos (Entrevistado 04); para retirar o adolescente da situação de risco e de vulnerabilidade (Entrevistado 05); como medida de proteção (Entrevistado 13); por ser a opção que se tem (Entrevistado 15); por possibilitar a reflexão e a projeção da vida do adolescente (Entrevistado 07).

Por outro lado, pode ser vista como punitiva, nos moldes que se encontra (Entrevistado 02); que é negativa e só evidencia mais o conflito (Entrevistado 14); que na essência ela é ideal, mas que na realidade não ocorre (Entrevistado 01).

Já os adolescentes consideram a privação como algo ruim. Contudo, necessária *“porque senão todo mundo ia sair matando e roubando e não iria acontecer nada daí”* (Entrevistado 08).

Mas, na contrapartida os entrevistados também apontam aquilo que está além da privação da liberdade. Ou seja, aquilo que o Entrevistado 15 traz com propriedade:

O problema é que após a internação devolvemos eles para os mesmos pais ou responsáveis, no mesmo bairro, mesmos amigos, conhecidos e companhias, mesmas influências, torcendo que ele tenha força interna suficiente para não reincidir – o que para muitos deles é humanamente impossível. Difícil é ver que muitos sofrem tantos maus tratos dos pais, responsáveis e familiares que chegam na adolescência já com transtornos e deformidades em suas personalidade quase impossíveis de serem “tratadas”, de serem resgatados pela equipe de atendimento [...]

Talvez este ponto evidencie de forma clara, a constante e necessária articulação da Rede de Atendimento, não apenas no sentido de encaminhar, atender e resolver situações pontuais de casos que demandam a intersetorialidade. Mas, que a mobilização dos atores provoquem mudanças de fato, mudanças na política pública, mudança na coletividade daqueles que são os maiores demandantes: crianças, adolescentes e suas famílias que se encontram fragilizadas.

Os laços construídos na e pela rede tem condições de possibilitar aos atores maior acesso à política pública e seus benefícios, tem condições de fazer outros

atores agirem também, alterando a própria constituição dessas políticas, gerando novas ofertas para novas demandas, e novas escolhas. Para Latour (2012, p. 313), “quanto mais articulados os atores mais emancipados serão”.

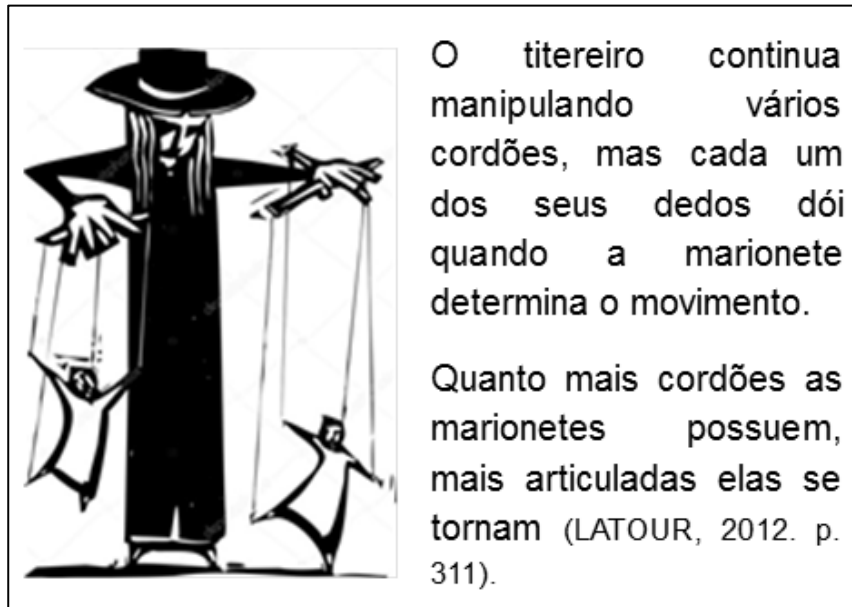


Figura 6: Os dedos do titereiro.  
Fonte: adaptado de Latour (2012).

Emancipação, para o autor, não é a ausência de laços, não é estar “*liberto de laços, mas bem-vinculado*”. Para a Teoria Ator-Rede o que interessa são os mediadores que induzem outros a fazer coisas. Para Latour (2012) induzir não é o mesmo que causar. Há então, um deslocamento que muda todo o argumento: “Antes era impossível conectar um ator àquilo que o levava a agir sem acusa-lo de “tirania”, “limitação” ou “escravidão”. Isso mudou. Quanto mais vínculo existir mais existência acumula. E quanto mais mediadores houver, melhor será” (LATOURE, 2012, p. 312, grifos do autor)

Isto é Rede. Não se impõe, não pré-existe, não está a nossa frente, rede é o movimento. Mas, como os entrevistados entendem a Rede?

Entrevistado	Entendimento sobre a Rede
Entrevistado 1	[...] um todo ligado por partes, assim igual uma rede de pesca mesmo, se não tem as interligações entre os pontos que seriam as pessoas, as instituições, não se faz esse todo.
Entrevistado 2	[...] seria para mim as políticas públicas, seria a garantia de quando o adolescente sair daqui ele vai dar continuidade ao tratamento de saúde, que ele continue estudando [...]
Entrevistado 3	Na verdade [...] você vai construindo ela a partir da demanda do

	adolescente, se eu tenho uma rede de atendimento aqui em Pato Branco para um adolescente de Pato Branco, eu vou necessitar dessa rede de atendimento [...]
<b>Entrevistado 4</b>	[...] hoje nós participamos dela, até certo ponto de uma forma informal [...] hoje ela funciona ainda de maneira meio que informal, conforme a demanda, a gente busca na rede constituída.
<b>Entrevistado 5</b>	A rede seria assim, vários setores, que trabalham pro atendimento do adolescente de várias áreas e que atendem em conjunto [...]
<b>Entrevistado 6</b>	[...] no caso aqui, eu busco o contato sempre interligando o meu trabalho, pra prática de atividades físicas, pra que eles venham a conhecer o que tem lá fora e o que pode ser acessível a eles [...]
<b>Entrevistado 7</b>	[...] envolve vários serviços, municipais e estaduais. O Cense faz parte dessa rede e não há como desenvolver um trabalho sem contar minimamente com o apoio desses serviços.
<b>Entrevistado 8</b>	Na verdade eu não sei.
<b>Entrevistado 9</b>	Não ouvi falar.
<b>Entrevistado 10</b>	Não sei.
<b>Entrevistado 11</b>	Não entendo nada.
<b>Entrevistado 12</b>	[...] pensar numa rede a partir de um contexto educacional, pegar a partir das políticas educacionais no Brasil, eu vou pegar desde o Banco Mundial que financia a educação, que financia políticas da América Latina e do Caribe, que financiam os ministérios da educação, que financiam as secretarias de estado, eu vão financiar todos os programas [...] até chegar lá no aluno [...]
<b>Entrevistado 13</b>	[...] eu acho que rede é pra somar, penso que são locais que deveriam somar, por um bem comum [...]
<b>Entrevistado 14</b>	[...] o contato com a rede é bem próximo, e assim, muito importante [...] dentro da secretaria [...]
<b>Entrevistado 15</b>	É, antes de tudo uma meta, um ideal para nosso trabalho. Na rede, o MP é o grande fiscalizador. Mas entenda-se: não apenas na visão de punir, perseguir eventuais falhas e seus autores. Mais importante é a prevenção geral, aquela que antecede, que orienta, que instrui e divide entendimentos.

Quadro 14: Entendimento sobre a rede.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Nos excertos das entrevistas visualiza-se que a Rede de Atendimento é, de modo geral, as políticas públicas intersetoriais, que deveriam ter ações intencionais e sistemáticas voltadas ao atendimento dos adolescentes privados da liberdade. No entanto, pode-se verificar que há muitas maneiras de conceber a Rede de Atendimento. O que leva a maneiras diferentes de agir.

Mas, quando se invoca sobre como ocorre o movimento da rede, como ela se articula, como se faz o acionamento destes dispositivos, algumas falas possibilitam capturar como os actantes agem para acionarem outros actantes:

[...] a partir do momento que teve uma abertura, que a gente tem acesso fácil é só ligar e marcar, tem horário específico pro pessoal aqui do Cense e tal (Entrevistado 01).

[...] existe uma porta de entrada [...] A rede toda é acessada via unidade de saúde central, o primeiro atendimento, a primeira porta que se abre quando o adolescente chega a nossa unidade é a confecção do cartão SUS e o número do prontuário dele no município de Pato Branco [...] (Entrevistado 04).

[...] primeiro eu vejo a situação, se é possível fazer, daí eu trago. Normalmente eu vejo assim, até mesmo questão de material, alguma coisa que precisa ser feita, [...] vou lá vejo se tem como fazer, daí eu peço autorização, [...] posso levar lá? Posso fazer? Normalmente é assim (Entrevistado 05).

No caso aqui, eu busco o contato sempre interligando o meu trabalho, pra prática de atividades físicas, pra que eles venham a conhecer o que tem lá fora e o que pode ser acessível a eles, né. Então, no caso, eu levei eles lá no Largo da Liberdade, a penúltima atividade externa que a gente fez, então eles não conheciam a piscina ainda, então nós fomos lá [...] (Entrevistado 06).

[...] eu procuro parceiro, eu procuro estabelecer relações, mas a partir de um interesse único, eu procuro estabelecer a rede a partir de um interesse único e é isso que a gente tem que ter o cuidado (Entrevistado 12).

No que se refere aos adolescentes entrevistados e como estes concebem a Rede de Atendimento pode-se observar que nenhum tem conhecimento sobre o termo, no entanto, quando construíram a Rede a partir das orientações da pesquisadora e dentre as entidades à disposição, manifestaram-se a partir da questão: **Consegue visualizar esses recursos, agora?**: “Conseguo visualizar sim” (Entrevistado 08); “Conseguo” (Entrevistado 09); “Imagino” (Entrevistado 10); “Conseguo” (Entrevistado 11).

O movimento da Rede pode ser visualizado a partir de ações individuais e pontuais, não se percebe, nas falas, ações articuladas entre os actantes. Isso se evidencia numa fala que resume a escassez da articulação da Rede:

Cada ator tem sua atuação, geralmente isolada. Cada um tem sua meta, seu prazo, seu supervisor ou superior a quem prestar contas de forma imediata. [...] cada órgão tem seu funcionamento, prazos, responsabilidades, cobranças que ignoram totalmente o trabalho em rede, a visão sistêmica da coisa. Não há Política Pública séria pensada, planejada ou em execução no Brasil. [...] Sem PIA<sup>25</sup> inicial, toda ação é isolada, são espasmos individuais de órgãos ou pessoas (Entrevistado 15).

---

<sup>25</sup> PIA: Plano Individual de Atendimento. Instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente (Artigo 52, Lei 12.594/2012).

Existe certo 'alinhamento' conceitual sobre a Rede de Atendimento, em especial nos documentos orientadores da ação socioeducativa. Todos os profissionais do Cense passaram por capacitações, tanto inicial quanto continuada, realizadas pelo órgão gestor e as promovidas por diferentes instituições e profissionais que integram o SGD. Assim, como os demais profissionais externos ao Cense, que atuam na área da criança e do adolescente tiveram seus momentos de capacitação. Um ator presente nessas capacitações é o Ministério Público do Paraná, em especial o Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança e do Adolescente (CAOPCAE).

Artigos publicados no sítio eletrônico da CAOPCAE apresentam conceitos sobre o SGD, sobre a Rede de Proteção e sobre a importância da gestão em rede no Sistema Socioeducativo, e que traduzem o que os atores entrevistados já expressaram:

A rede traduz-se como uma maneira coletiva de planejar e organizar entidades governamentais e não-governamentais, comunidades, recursos e ações para garantir a proteção integral. [...] Os Programas Socioeducativos de privação ou restrição de liberdade devem estar articulados entre si, pois os jovens e suas famílias fazem parte de um Sistema Socioeducativo que é desenvolvido por dois entes da federação: o Estado e o Município. Ambas as esferas têm competências diferentes, mas finalidades comuns, as quais se complementam dentro do Sistema. A formação de uma Rede Socioeducativa destinada a alterar esse quadro é um processo lento, [...]. As entidades e o governo precisam estar convictos da necessidade de mudança, aderir ao funcionamento em rede; ao mesmo tempo, é preciso criar mecanismos e procedimentos que possibilitem esse funcionamento (MENDONÇA, 2017, *on line*).

Existe, no entanto, um ideal de rede, pensada e proposta por documentos legais em diferentes políticas públicas. Modelos que representam a rede e apontam alguns atores 'imprescindíveis' no atendimento a crianças e adolescentes:

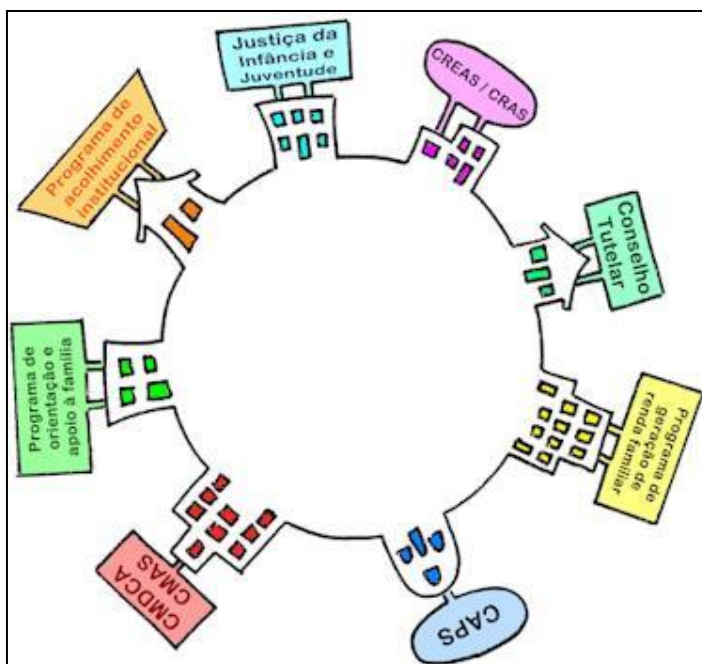


Figura 7: Rede de Proteção.  
Fonte: Digiácomo (2017).

No entanto, a constituição da rede se faz pelos actantes, “Rede é todo mundo se importando” (AGUIAR, 2017). Isso vai se evidenciando nas falas dos entrevistados que consideram que a rede pessoal se soma a da instituição (Entrevistado 01); que existe uma gama de interesses que vão além da atuação profissional (Entrevistado 03); há vontade de fazer, de resolver as questões que afetam o processo socioeducativo do adolescente (Entrevistado 04); que é mobilizar para atender atividades ou necessidade específicas (Entrevistado 12); que é buscar parcerias e estabelecer relações (Entrevistado 07); é estar à disposição dos que procuram (Entrevistado 13); e que é funcionar a partir de qualquer ponto que seja identificada uma situação de risco e vulnerabilidade social (Entrevistado 14).

A Rede formal, pensada a priori, e instituída por meio de normativas também foi apontada pelos entrevistados. Ela se constitui como o actante primordial da Rede e faz outros atores agirem. Conforme Digiácomo (2017) essa Rede de Atendimento deve funcionar “corretamente”. Deve ser capaz de proporcionar a todas as crianças e adolescentes do município a proteção integral que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente tanto lhes prometem. A questão é: ela funciona?

Um dos objetivos deste estudo foi apontar a dinâmica da formação da Rede viva, daquela que se forma no movimento de actantes. Na sequência se apresenta um gráfico com os apontamentos dos entrevistados. Na entrevista, não foi perguntado aos actantes quem faz parte da Rede, quais entidades, quais atores.



Mas, quem eles visualizam e quem eles mais buscam nas suas intervenções ou quando necessitam de algum auxílio ou apoio na resolução e suas dificuldades.

O desenho da Rede possui similaridades com o quadro de entidades que vem se apontando durante as discussões. Principalmente, os apontamentos realizados pelos profissionais que atuam no Cense e fora dele. Mas, muitas particularidades chamam atenção, como veremos na sequência. Segue, como apêndice a legenda para identificar os actantes da Rede recém formada.

A Rede está representada graficamente por meio da geração de planilha alimentada com dados reunidos através das entrevistas. Por meio da ferramenta tecnológica Ucinet 6<sup>®</sup> foi possível gerar Sociograma que forneceu um quadro das relações (pontos e laços) da Rede.

As indicações dos entrevistados foram inseridas em uma planilha do próprio programa os quais possibilitou a construção da sociomatriz (linhas e colunas) da qual se extraiu, então o Sociograma (conversão dos dados) pelo programa.

## SOCIOGRAMA

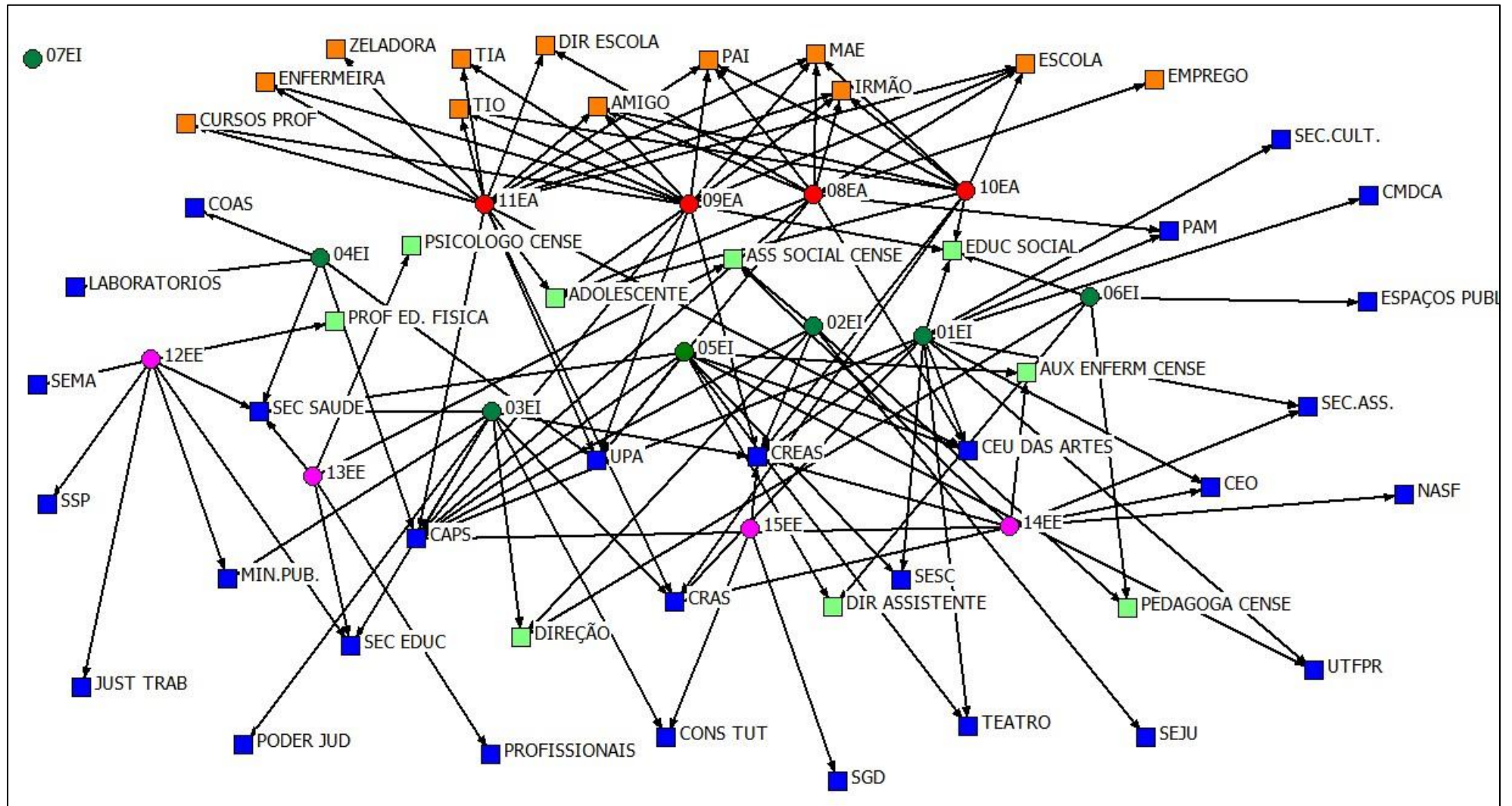


Figura 8: Visualização Gráfica (Sociograma) da Rede apontada pelos actantes.  
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Embora Latour (2012, p. 194) aponte que uma representação visual da Rede “tem a desvantagem de não captar os movimentos e serem visualmente pobres”. Por outro lado, ele atenta que isto nos permite que não confundamos “o mapa com o território”. Há muitos traços que não aparecerem de pronto, o movimento dos actantes pode fazer surgir mais uma infinidade de mediadores que faz com que o traçado da Rede aumente, ou diminua.

No entanto, alguns pontos e nós da Rede podem ser considerados e relatados, lembrando que relatos podem falhar.

Nas indicações de instituições e/ou profissionais realizadas pelos entrevistados do Cense, representados no gráfico pelos pontos de cor Verde Escuro, visualiza-se instituições, na sua maioria, vinculadas à área da saúde e da assistência social, com exceção do Entrevistado 06, vinculado à educação, que indicou os espaços públicos destinados à prática de atividades físicas, ligados a sua área de atuação, e, do Entrevistado 07, o qual, preferiu responder ao formulário enviado por correio eletrônico e assim não possibilitou o envolvimento maior com a pesquisa.

Algumas instituições de esporte e lazer foram indicadas, em especial pelos porta-vozes dos educadores sociais. No entanto, a pesquisa revelou que uma das maiores demandas trazidas pelos adolescentes são as ligadas à saúde, seguidas das questões familiares. As linhas do gráfico apontam o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) o que mais recebeu indicações, tanto dos profissionais internos ao Cense, como dos externos e dos adolescentes.

A saúde mental é uma demanda importante dos adolescentes. Conforme o Entrevistado 04, duas queixas mais frequentes da saúde são problemas odontológicos e dificuldade de dormir:

[...] maior desejo deles é remédio para dormir e saber quando eles vão pro dentista. Às vezes eles moraram dez, quinze anos no Bairro que tem dentista, que tem o atendimento efetivo, mas ele não ia porque não podia atravessar o Bairro porque ele tinha treta com os meninos do outro Bairro. Ele chega aqui, a primeira coisa que ele quer saber é quando ele vai pro dentista. [...] A outra demanda que é uma demanda muito grande, quase que cem por cento dos adolescentes que chegam aqui é demanda de remédio pra dormir. Por que o remédio pra dormir? Passar rápido, pra eles dormirem e esquecerem que estão aqui dentro, enquanto eles estão dormindo eles não estão refletindo, não estão pensando, não estão pensando na família, não estão pensando que eles estão aqui, entre aspas, presos [...]. Diminuir, entre aspas, o sofrimento, não querer sentir. A grande maioria é não querer sentir (Entrevistado 04).

Aqui, é possível abrir um leque de indagações sobre o uso do medicamento para dormir. Observa-se que na fala do Entrevistado 04 a grande questão é o uso do medicamento para dormir, e que remete ao fato do adolescente não querer sentir. Ou seja, não sofrer com a privação da liberdade. É possível fazer uma ligação com o fato de que todos os adolescentes referenciados na pesquisa fazem ou fizeram uso de alguma substância psicoativa (lícita ou ilícita). Considerando que as condições materiais, sociais, familiares, escolar, de moradia entre outros, mostra uma realidade bastante difícil, o uso de drogas pode também apontar um desejo de fuga e de alívio da realidade. Bem como, incitar o adolescente a enfrentar essa realidade de maneira delituosa (Diário de Campo, 2017).

Então, o uso de drogas (reprovável) e o uso do medicamento (aceitável), ambos podem representar o não querer aderir a uma proposta pensada e estruturada previamente para este adolescente.

O gráfico aponta as indicações dos entrevistados externos ao Cense, representados pela cor Rosa. Também, todos apontam as instituições partícipes da Rede. O Entrevistado 12 aponta algumas instituições não tão frequentemente acessada pelos demais. De certo modo estão mais 'distantes', mas algumas com importante poder de inscrição sobre a Rede: Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública.

O Entrevistado 13, além de apontar as instituições, menciona que busca pelo profissional da entidade/instituição que é mais aberto ao atendimento das demandas dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, é o elemento chave que move o acesso:

Geralmente é um profissional que a gente busca, porque assim, a gente, pra encaminhar o adolescente a gente busca, por exemplo, numa escola aquela pessoa que a gente identificou lá dentro que tem um perfil, mais afinidade, é o que acaba sendo nossa referência, sabe, não é todo mundo que aceita. Geralmente é assim, tão passando a mão na cabeça desses guri de novo e tal [...] o senso comum prevalece. Geralmente é uma pessoa que a gente tem de referência. (Entrevistado 13).

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) é indicado pelo Entrevistado 15. Para este actante a Rede existe “[...] por determinação legal. Sem isso [...] cada órgão tem seu funcionamento, prazos, responsabilidades, cobranças que ignoram totalmente o trabalho em rede, [...]”. Aqui fica evidente que as “traições” à Rede

ocorrem pelas inscrições dúbias, ou seja, ao mesmo tempo em que a norma prevê a inscrição e definição de identidade (o que cada ator deve cumprir) na Rede de Atendimento, ela impõe demandas a esse mesmo ator, que faz ignorar a Rede.

Para formação da Rede com os adolescentes, representados pela cor Vermelha, foram elencadas algumas das instituições mais citadas pelos outros entrevistados, e inclusos na relação, também instituições e pessoas mais próximas dos adolescentes como familiares, amigos, parentes, profissionais atuantes nas comunidades de residência dos adolescentes.

Algumas instituições, em especial as de saúde foram indicadas pelos adolescentes, contudo, todos indicaram primeiramente, familiares (pai, mãe, irmão), amigos, profissionais que atuam no bairro, a escola. Além destes, foram inseridos, na Rede formada por eles, cursos profissionalizantes e o emprego como actantes importantes para os adolescentes. Chama a atenção, o quanto de dissidência da Rede formal está presente na Rede composta pelos adolescentes, pois as intensas conexões deles são no âmbito privado, das famílias, vizinhos e amigos, e muito menor com as interações para fora, ou seja, no acesso à garantia de direitos, como os vinculados às políticas públicas.

Os pontos da cor verde claro representam as indicações mais diretas, mais frequentes nas interações entre adolescentes, profissionais do Cense e profissionais externos ao Cense. Estas interações estão contempladas também, no Quadro 11: Relações mais diretas no Cense.

É possível visualizar, no gráfico, os pontos na cor Laranja, as indicações realizadas pelos adolescentes. Quando questionados a quem buscariam em uma situação de dificuldade ou de necessidade, foi esta Rede que construíram.

Então, por que os adolescentes indicaram estas instituições/pessoas?

Elas estão sempre pronta pra atender (Entrevistado 08).

Porque essas tão me ajudando agora (Entrevistado 09).

Vão me ajudar (Entrevistado 10).

São importantes (Entrevistado 11).

Se olharmos apenas para a Rede tecida a partir das indicações dos adolescentes, podemos ver que ela difere muito da Rede apontada pelos documentos legais.

Em pesquisa realizada por Dimenstein *et al.* (2017) com jovens entre 13 a 24 anos constataram que a violência, em especial a doméstica, faz parte do cotidiano desses jovens. Além disso, a pesquisa evidenciou que aproximadamente 30% dos jovens não buscavam qualquer tipo de ajuda nestas situações. E, quando buscam apoio se reportam às bases de apoio informais, e que as bases formais não se configuram como dispositivos de suporte social.

Ainda neste estudo, Dimenstein *et al.* (2017, p. 60) explicitam que no que se refere às dificuldades financeiras a pesquisa apontou que os recursos mais procurados pelos jovens para enfrentar suas dificuldades foram: parentes (50,3%) e amigos (32,8). Em relação à violência intrafamiliar, as bases informais mais uma vez destacaram em relação à busca de auxílio: amigos (38,3%), parentes (31,6%) e vizinhos (20%).

Para entender a busca dos adolescentes por uma Rede informal os autores justificam que “esta falta de utilização pode ocorrer tanto pela indisponibilidade desses recursos na comunidade, bem como, pela falta de confiança ou crédito nas bases formais que se fazem disponíveis” (DIMENSTEIN, 2017, p. 61).

E ainda,

mostram que os apoios informais atingem um número bem maior de adolescentes e jovens do que os apoios formais do bairro, revelando a pouca participação das bases formais no processo de desenvolvimento e educação desses jovens e sua fragilidade como estratégia de enfrentamento à violência (DIMENSTEIN, 2017, p. 61).

Então, retoma-se a questão: uma Rede previamente definida, pensada a priori, por determinação legal atende a que se propõe? É acessada? É buscada pelos actantes, por àqueles da qual mais precisam dela?

A trajetória dos adolescentes privados da liberdade não responde positivamente a essa indagação. A condição dos adolescentes retratados pelos dados da pesquisa e, extensiva às famílias, mostra uma trajetória conhecida pelos entrevistados:

[...] quando é muito gritante a dificuldade do adolescente, eu percebo que houve negligência da rede. A escola errou quando não fez o acompanhamento adequado, a assistência social errou quando não orientou essa família, essa família não foi olhada. Não foi, é, não foi atendida em suas necessidades, muitas vezes necessidades de sobrevivência como

alimentação, higiene na residência, eu vejo que houve negligências da rede de atendimento, sim (Entrevistado 03, 2017).

Entende-se que antes de chegar na privação da liberdade o adolescente já passou por algumas instituições:

[...] uma grande parcela deles já foi atendido em Liberdade Assistida, por exemplo, e não conseguiu cumprir, vem por descumprimento. Tem também, a questão da escola, a maioria que chega aqui, na entrevista inicial que a gente faz, ah não tava estudando, parou de estudar porque, ah não quis mais estudar, não tava mais tendo atendimento escolar, no meu ponto de vista, quando o adolescente chega aqui é a última instância, é quando, porque a família não conseguiu mais dar conta, a escola ele evadiu, não foi mais pra escola, não teve mais acompanhamento, foi encaminhado para a Liberdade Assistida, não funcionou, teve prestação, prestação de serviço a comunidade, não foi, não cumpriu. Daí como última instância, vai pro internamento, vai pra unidade, o que dá a entender é que todas as outras coisas falharam e ele caiu no Cense (Entrevistado 05, 2017).

E, a condição destes sujeitos demonstra a incapacidade das políticas públicas de lhes proporcionarem aquilo que o processo de produção da existência material lhes nega:

[...] pra eles conseguirem adentrar ao mercado eles teriam que ter uma qualificação, um preparo, e devido à situação que muitos passam, situação de pobreza, de não ter residência, de morar de aluguel, de não ter a casa própria, falta as políticas públicas básicas, saúde, educação, assistência social, então eles estão excluídos das políticas, as políticas estão previstas na lei, mas na realidade elas não acontecem. Eles são negligenciados pelo estado, porque não existe interesse de efetivar as políticas de garantia de direitos, é importante manter o trabalhador com o mínimo necessário para ele sobreviver para que ele possa trabalhar e gerar o lucro para o capital, e não o interesse humano (Entrevistado 02).

Os relatos dos entrevistados apontam que as maiores demandas dos adolescentes quando adentram na unidade de internação são: o contato com familiares e o atendimento de saúde. Quanto ao contato familiar, está desde solicitar à equipe alguma coisa que a família possa trazer, como também receber visitas destes ou, quando passam a realizar atividades externas à unidade, realizar visitas aos familiares em suas residências; outro ponto bastante sinalizado pelos entrevistados foi a busca por atendimento de saúde. E aí entra uma gama de queixas que os adolescentes apresentam nos atendimentos, não apenas nos de saúde: medicamento para dormir, tratamento odontológico, problemas dermatológicos.

A necessidade de trabalho remunerado também é outro aspecto presente durante as intervenções da equipe. Os adolescentes buscam a possibilidade de uma atividade laborativa ainda enquanto estão privados da liberdade e assim acreditam conseguir, tanto ajudar a família como sair da criminalidade.

Os adolescentes entrevistados apontam a questão das visitas externas com a família e a realização de cursos fora da unidade como sendo aquilo que eles mais desejam enquanto estão privados da liberdade. São estas duas situações que permitem sair por alguns instantes da unidade de internação e realizar contato com a família e/ou com a comunidade.

O desenvolvimento pessoal e social ganha um *status* de elemento norteador das ações na unidade de Internação, como um fim a ser alcançado. Durante os primeiros anos da gestão dos Centros de Socioeducação pelo IASP, que na sequência se tornaria a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, a extinta SECJ, a ideia de desenvolvimento pessoal e social esteve bastante presente tanto na produção bibliográfica sobre a Socioeducação e mais especificamente sobre a MSE de internação, quanto nas capacitações inicial e continuada para servidores estaduais.

Nos Cadernos do IASP, em especial no caderno Pensando e Praticando a Socioeducação (2006), esse ideal é bastante enfatizado. É apresentada, logo no início, uma ideia sobre educação social abrangente e que considera o desenvolvimento um fim a ser atingido:

Deve-se compreender que educação social é educar para o coletivo, no coletivo, com o coletivo. É uma tarefa que pressupõe um projeto social compartilhado, em que vários atores e instituições concorrem para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade pessoal, cultural e social de cada indivíduo (PENSANDO E PRATICANDO A SOCIOEDUCAÇÃO, 2006. p. 19).

Esse fim poderia ser alcançado por meio de um projeto de vida que a equipe, em conjunto com a família e o adolescente privado de liberdade trilhariam no decorrer da internação até atingir a liberdade. E que o adolescente daria continuidade mesmo após o desligamento do programa. Esse projeto pressupõe ações,

[...] mediante processos educativos orientados à transformação das circunstâncias que limitam a integração social, a uma condição diferenciada



de relações interpessoais e à aspiração por uma maior qualidade de convívio social (PENSANDO E PRATICANDO A SOCIOEDUCAÇÃO, 2006. p. 19).

Todo o aparato técnico e material nas unidades de internação consistiria naquilo que é necessário para atingir esse fim, por meio destas ações, ou uma “ação socioeducativa voltada para o desenvolvimento de competências relacionadas a ser e conviver e para o crescimento do adolescente em direção seu desenvolvimento pessoal e social [...]”.

No entanto, o que os actantes da Rede consideram como desenvolvimento pessoal e social? Há relação com o preconizado no documento norteador e em outros, que orientam as práticas socioeducativas?

Para o Entrevistado 01, é toda relação nova que cria mudança. Está interligado com a tolerância. O contato com o novo, com o diferente possibilita o desenvolvimento social, se desenvolver socialmente é ter tolerância. No entanto, a privação da liberdade possibilita o desenvolvimento pessoal e social de forma muito pontual, pois as condições da realidade do adolescente continuarão inalteradas (Entrevistado 02).

No interior da instituição há controvérsias, é possível o desenvolvimento pessoal e social, mas há aqueles que aderem e os que não aderem a Rede de Atendimento, evidenciado nos limites no atendimento aos adolescentes, entre eles o distanciamento das famílias:

[...] mas eu vejo que a gente tem que melhorar mais quando o adolescente tem mais demandas, tem alguns adolescentes que se consegue resolver com atendimentos, com encaminhamentos médicos, com psiquiatra, com orientações para a família, atendimentos familiares, acompanhamento familiar, algumas orientações e até dicas que se passa. Se percebe que há melhoras. É possível dentro da estrutura que temos hoje, resolver. Agora tem situações em que a gente necessita de mais tempo para que isso aconteça e de mais equipamentos, mais recursos, fora da unidade, porque dentro da unidade é tudo muito limitado, é privação, se a gente tivesse mais proximidade com as famílias, as famílias são muito distantes da gente (Entrevistado 03).

Também, “[...] é preciso entender que se tenta, mas há uma negação do próprio adolescente em aceitar as mudanças propostas por diferentes aspectos. Ele mesmo coloca restrições ou se põe numa situação de excluído” (Entrevistado 04).

Para desenvolver pessoal e socialmente, é importante que o adolescente aprenda a se conhecer enquanto pessoa, conhecer seus limites e suas

potencialidades para assim poder agir frente às situações com as quais irá se deparar, com controle, com equilíbrio (Entrevistado 06). E, através de sentir a sua corporalidade, de experiências para poder agir no mundo, pois o corpo sente, pensa e age (Entrevistado 12).

No entanto, a ideia de desenvolvimento ainda recai sobre o próprio indivíduo:

Se o adolescente conseguir entender o porquê desse período de contenção, de restrição de liberdade. Se através dos manejos realizados na unidade, dos atendimentos técnicos ele conseguir fazer uma reflexão positiva, sobre sua condição. Se aproveitar as oportunidades e vislumbrar outras possibilidades em sua vida, haverá desenvolvimento pessoal. A realidade fora do Cense é diferente, não há como mudá-la, infelizmente depende muito do indivíduo, na maioria dos casos eles não conseguem mudar sua realidade. E a rede de atendimento não consegue trabalhar efetivamente para auxiliá-lo em uma mudança social (Entrevistado 07).

Assim, se há um Plano que orienta as ações na internação e para além dela, bastaria ao adolescente dar continuidade ao seu projeto de vida após sua desinternação: *“É possível mostrar ao adolescente o que existe, como é uma vida sem drogas, violência. O desenvolvimento efetivo só ocorrerá quando ele alcançar o meio aberto e puser em prática, na sua vida, o que viu na unidade”* (Entrevistado 15).

No entanto, para Sen (2001) vivemos em ambientes naturais diferentes, onde alguns são mais hostis do que outros. As sociedades e as comunidades as quais pertencemos oferecem oportunidades bastante diferentes quanto aos que podemos ou não podemos fazer (SEN, 2001, p. 50).

E, também somos diferentes em nossas características pessoais e, estas são importantes para avaliar a desigualdade. Por exemplo: rendas iguais podem deixar desigual nosso potencial de fazer o que podemos querer fazer, ou seja, uma pessoa incapacitada não pode realizar funcionamentos do mesmo modo que uma pessoa com o corpo hábil, mesmo que ambas tenham exatamente a mesma renda (SEN, 2001, p. 51).

Então pensar no desenvolvimento pessoal e social é pensar no desenvolvimento das capacidades humanas. De forma que, para Sen (2001) as vantagens e desvantagens relativas que as pessoas tem, comparadas umas às outras, podem ser julgadas em termos de muitas variáveis. Ex: renda, riqueza, recursos, liberdades, direitos, qualidade de vida.

As ações realizadas por todos os atores, a partir do ingresso do adolescente na internação, são processos iniciados e, podem ter continuidade ou não, podem se alterados e, simplesmente abandonados. E tudo isso depende de muitas variáveis. Porque, tradução é um processo. Porque Ator-Rede é um processo. E os adolescentes? Sujeitos da ação, que agem e fazem agir? Como entendem o desenvolvimento pessoal e social?

Adolescente	Entendimento sobre Desenvolvimento Pessoal e Social
Adolescente 1	[...] na verdade, desenvolvimento é quando está numa situação ruim e vou evoluindo, evoluindo, chegar numa situação boa, tipo, eu tinha um pensamento errado sobre as coisas, ter pensamento certo, arrumar um trabalho. [é financeiro ou nas relações] na verdade é as duas coisas né. Eu como pessoa, também a situação financeira.
Adolescente 2	[...] na verdade aqui dentro desenvolve muito a mente da pessoa, penso em mudar, sair dessa vida, a pessoa vê que não adianta essa vida, acho que é quando a pessoa melhora, para com as coisas que fazia antes.
Adolescente 3	Que preciso melhorar lá fora. Desenvolver do crime? Sair da vida que eu tava, ficar no meu canto, fazer minha caminhada. Sei lá. Nem quero mais se envolver. Eu penso que aqui vão me ajudar.
Adolescente 4	[...] é melhorar. No jeito que é, no comportamento, no que pensa, [no que faz?] verdade.

Quadro 15: Entendimento do adolescente sobre Desenvolvimento Pessoal e Social.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Enfim, o que fazer então, para que essa “mudança de vida” ocorra? Como fazer? Por onde trilhar esse caminho? Que rede é necessária? Diante de variáveis tão distintas, distintas também podem ser as possibilidades. Apontamentos dos entrevistados cabem como reflexão e como novos *interessamentos* de inscrição na Rede. As sugestões:

- ✓ Promover o sujeito é proporcionar acesso e permanência às políticas públicas, não só àqueles que garantem suas necessidades primárias, mas também a cultura, o lazer, mas no Brasil estamos aquém do limite pra promover o desenvolvimento humano (Entrevistado 02);

- ✓ A atividade laboral poderia atender as necessidades deles, de consumo. Se tivessem condições de trabalho o sucesso seria melhor (Entrevistado 03,);
- ✓ Maior participação familiar, participação da sociedade civil organizada, das mais diversas culturas religiosas, das instituições de ensino, tentar trabalhar para que o adolescente veja, com outros olhos o mundo lá fora, como ele foi condicionado a ver a realidade (Entrevistado 04);
- ✓ É necessária uma política de acompanhamento ao adolescente egresso do sistema: “que ele pudesse ter na liberdade o mesmo acompanhamento que ele tem na privação.” Profissionais que o atendessem, que o orientassem, ter facilidade muitas vezes, no acesso a coisas básicas que ele tem aqui e não consegue quando está em liberdade, de atendimento odontológico, de atendimento de saúde, de encaminhamento pro mercado de trabalho, pra cursos (Entrevistado 05);
- ✓ Melhor apoio familiar (Entrevistado 13);
- ✓ Entender que ele cometeu um ato. Talvez um trabalho com a comunidade, uma horta, tendo que ele trabalhasse tantas horas por dia, desenvolvendo uma atividade, tendo um resultado e aprendendo uma, teria uma profissionalização, e ele teria o entendimento que ele está fazendo aquilo porque ele precisa pagar pelo que cometeu, mas ao mesmo tempo teria retorno pra ele, porque ele conseguiria reinserir, ele teria uma profissão, ele não ficaria mais ocioso, tentando por ele em atividade, não pensando apenas em recluir (Entrevistado 14).

Na Rede tecida com seus laços aparentemente frágeis, a possibilidade de alcançar o desenvolvimento pessoal e social tão almejado nos documentos norteadores parece inalcançável perante tantos enfrentamentos apontados pelos entrevistados. Desenvolver-se requer possibilidade de escolhas, requer liberdade para escolher.

Para Sen (2001) a liberdade de escolha pode de fato ter importância direta para a qualidade de vida e bem-estar de uma pessoa. Agir livremente e ser capaz de escolher são, nesta concepção, diretamente conducentes ao bem-estar, isso porque mais liberdade torna disponível um número maior de alternativas. Mas isso está ligado ao desenvolvimento das capacitações. Para Sen (2001), o bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade do “estado” da pessoa, ou seja,

um conjunto de funcionamentos inter-relacionados que compreendem estados e ações.

Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura, “até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade e assim por diante” (SEN, 2001, p. 79).

Aqui, a questão que mobiliza é: Por que um projeto pensado nestes termos, fundamentado na ideia da promoção do desenvolvimento pessoal e social do adolescente resulta num quadro contínuo do número de atendimentos em privação de liberdade, e que tende a aumentar? Onde estão as dissidências e as traições<sup>26</sup>? Um projeto pensado e elaborado, no qual há um conjunto de actantes vinculados às diferentes áreas de políticas públicas, equipamentos, estrutura física, enfim com conhecimentos e competências, ou seja, a Rede de Atendimento, por que falha? Alguns nuances foram percebidos nas falas dos entrevistados. Os próprios actantes tem condições de explicar:

[...] eu me senti desestimulada a fazer oficinas, porque além de não ter nenhum incentivo do governo, de vir coisas ou de, sei lá, ter uma remuneração maior, ou qualquer coisa que fosse [...] a equipe passou a ter preguiça, deixar de fazer esse tipo de coisa, sei lá, por ter que deslocar mais adolescentes, achar um horário diferenciado, isso foi me desestimulando muito, eu particularmente, mas ao mesmo tempo, quando você vai em todo o órgão público, quanto mais antigas as pessoas mais desmotivadas elas são, daí eu não sei se é uma questão da estabilidade (Entrevistado 01).

[...] o atendimento ao adolescente privado da liberdade, você vê que, é, se consegue fazer pouco pelo jovem, porque não depende só do nosso atendimento aqui. Nessa questão da rede, não é só, por exemplo assim, você trabalha com o adolescente aqui, atendimentos, tudo, e quando ele sai, a sociedade, é, quando ele cometeu um ato infracional ele vem pra cá, aí nós trabalhamos a consciência, a necessidade de pensar sobre o ato infracional, o contexto, mas assim o contexto econômico que ele vive, os desigualdades sociais, o próprio sistema da competição, da ganância, da questão do consumismo, que as pessoas querem consumir cada vez mais, leva ao quê, ele vai sair pra mesma realidade, (Entrevistado 02).

Nos dois excertos acima nota-se um certo desânimo, uma dissidência com o projeto socioeducativo. Um aspecto que chama atenção é que se precisa avançar no

---

<sup>26</sup> Dissidências e traições: quando os atores desviam-se dos pontos de passagem obrigatórios, ou seja, de onde os dispositivos de inscrições impuseram a eles. Ou seja, as atribuições impostas pela norma, pela legislação que cria a Rede de Atendimento. Quando um ator se nega a traduzir aquilo que lhe foi imposto, outros atores precisam entrar na Rede.

atendimento. Toda a mobilização inicial realizada pela ação do Estado na época de implantação e implementação da política pública do atendimento socioeducativo gerou expectativas aos profissionais que atuam na execução das medidas socioeducativas privativas de liberdade.

Expectativas que apontavam a possibilidade que a internação poderia “mudar” a trajetória de vida do adolescente autor de ato infracional. No entanto, ao longo dos anos do trabalho socioeducativo foi possível observar que a “mudança” de vida não ocorre se não se alteram as condições materiais efetivas da vida do adolescente e suas famílias. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017) E, isso pode se efetivar se as ações realizadas na internação se expandissem pela Rede a fora, por meio da articulação e efetivação das políticas sociais intersetoriais.

O que de fato não acontece:

Não é articulada [a Rede], eu não vejo que é articulada, por exemplo, eu tenho um adolescente, pra ele ser atendido pela rede ele deveria frequentar o Creas, e daí do Creas deveria atender toda a família, se ele reside no Bairro X, o Bairro X, junto com a saúde do Bairro X, junto com o Creas, com o Conselho Tutelar, com a escola, todos deveriam saber sobre aquele adolescente, é uma rede de atendimento, é como se pegasse esse adolescente, colocasse no meio, e todo mundo olhasse pra ele, entendeu? (Entrevistado 03).

O Entrevistado 03 embora em outro momento tenha destacado que não possui dificuldade de acessar os dispositivos da Rede de forma individual e pontual, no excerto acima fica evidente que a articulação inexistente e que é necessária.

[...] não adianta a rede ser muito bem estabelecida, ser bem organizada lá fora se a família não entende isso como um processo saúde/doença, a família não procura atendimento, a família não busca resolver os problemas, pra eles é natural, pra eles é tranquilo isso, eles vão levando como dá, porque às vezes pra eles é mais importante ganhar uma dentadura do que ir ao dentista, ou alguma coisa nessa, nesse ramo assim (Entrevistado 04).

No entanto, mesmo que a Rede esteja estabelecida, como aponta o Entrevistado 04, ela não será acessada se os usuários não aderirem ao projeto:

[...] outra demanda que é uma demanda muito grande, quase que cem por cento dos adolescentes que chegam aqui é demanda de remédio pra dormir. Por que o remédio pra dormir? Passar rápido, pra eles dormirem e esquecerem que estão aqui dentro, enquanto eles estão dormindo eles não estão refletindo, não estão pensando, não estão pensando na família, não estão pensando que eles estão aqui, entre aspas, presos [...]. Diminuir, entre aspas, o sofrimento, não querer sentir. A grande maioria é não querer sentir (Entrevistado 04).

Dentre os objetivos que orientam e direcionam a ação socioeducativa, quando pensada numa perspectiva da formação integral do adolescente, ou seja, no desenvolvimento pessoal e social, elencados nos Cadernos do IASP (*PENSANDO E PRATICANDO A SOCIOEDUCAÇÃO*, 2006, p. 35), o projeto de execução da internação se propõe:

ajudar o adolescente a entrar em contato consigo mesmo, favorecendo: o fortalecimento da autoestima e autoconceito; o desenvolvimento de habilidades de auto-observação e reflexão; a descoberta de suas próprias características, potencialidades e interesses.

Se, quase a totalidade dos adolescentes que chegam à unidade de internação solicitam e/ou fazem uso de medicamento psicoativo, em especial, como relata o Entrevistado 04, os medicamentos para dormir, então, como propor a tão esperada reflexão? Se é possível observar que a vontade do adolescente está em “fugir” ou “desviar-se” desse projeto **pensado para ele** (grifei).

Um relato do adolescente, breve, mas sintético, mostra a sua não adesão. Quando indagado sobre o que mais precisa, mais solicita aos profissionais, o adolescente é pontual: “*eu não peço nada*” (Entrevistado 11).

Quanto aos profissionais, alguns excertos também apontam as dissidências:

[...] talvez um dos pontos mais complicados, no meu ver, seria algumas pessoas, alguns profissionais que se acomodam na execução de suas funções [...] o quanto uma pessoa se acomoda e acaba demandando algo que seria da sua função para os outros e daí sobrecarrega os outros e não atende aquilo que deveria ser feito, aquilo que é de obrigação, muitas vezes da pessoa fazer, ela não faz e daí sobrecarrega os outros (Entrevistado 04).

Cada profissional está inserido na Rede por meio de *interessamentos* que a Legislação impõe. Cada profissional conhece suas atribuições. Então o que faz com que ocorra as dissidências e traições. No relato do Entrevistado 13 visualiza-se mais claramente a não adesão a Rede:

[...] se você busca a rede pra resolver questões ou encaminhamentos de adolescentes que cometeram ato infracional, o olhar é outro, né. Então é assim, se eu busco na escola, então eu tenho que ver como eu vou chegar nessa escola, porque a gente leva não na cara, na cara dura assim, de diretor de escola dizer: “não esse vagabundo eu não quero aqui na minha escola, eu tenho que fazer, eu sou obrigado a fazer a matrícula, não vou fazer, eu tenho certeza que não vem, você não vem”. Sabe aquela coisa assim que não soma, é um puxando pra um lado e outro puxando pra outro, medindo força, e eu acho que, não, tenho certeza de que quem perde é o adolescente (Entrevistado 13).

Como já sinalizou o Entrevistado 15 que só existe Rede por determinação legal ou imposição judicial, o que se vê na formação da Rede em questão, são esforços de alguns actantes engajados nas atribuições que lhes foram atribuídas pela legislação, pela norma. Para Callon (1986) o *interessamento* só se torna engajamento quando apresenta êxito. Existem muitos aspectos que desafiam a continuidade de articulação da Rede. Talvez o grande desafio, seja mobilizar entidades, fazê-las móveis, ou melhor, actantes.

Enfim, Tradução, ou aquilo que Callon (1986) chama de Rede, é um processo, nunca uma realização completada e pode, como no caso analisado por ele, falhar. E, no caso aqui analisado, por ainda estar em processo.

### 3.5 MAPEAR AS LIGAÇÕES

Trata-se aqui de delinear as relações que se estabelecem entre os diversos atores e nós que compõem a rede. Envolve as múltiplas traduções produzidas pelos actantes, ressaltando suas articulações, em especial: os efeitos da cooperação na rede; os efeitos do encadeamento da rede; as limitações da rede e seu devir.

A proposta inicial deste estudo apresentou como objetivos específicos, mapear a rede a partir dos seus atores; mostrar a dinâmica que envolve sua formação; conhecer as controvérsias que há sobre o atendimento e a própria rede e por fim; entender o que os atores entendem sobre desenvolvimento pessoal e social.

O projeto de pesquisa não previu categorias de análise a priori. No entanto, algumas questões foram trazidas para o debate: Como se constitui a rede? Que concepções sobre a rede possuem os atores? Que ações realizam? Essas ações fazem sentido? Existe uma rede a priori?

Cabe aqui delinear algumas ligações e articulações que se estabeleceram a partir dos relatos trazidos pelos diversos actantes da Rede.

Por meio de legislação específica (ECA, SINASE, LEI MENINO BERNARDO) para a área da infância e adolescência aponta-se a importância e a necessidade das políticas intersetoriais atuarem em Rede e de maneira articulada. Em especial a Resolução 119 do Conanda prevê a criação de um Sistema de



Garantia de Direitos necessário para o desenvolvimento de ações que promovam, defendam e protejam os direitos das crianças e adolescentes, em especial para este estudo, os adolescentes privados de liberdade.

O Cense, instituição que atende a medida socioeducativa privativa de liberdade, integra a Rede de Atendimento juntamente com uma diversidade de entidades, de programas e projetos no município de Pato Branco-PR. Os profissionais entrevistados também apontam uma diversidade de concepções sobre a Rede de Atendimento, mas que, de modo geral, apontam para uma mesma direção: a necessária articulação entre as diferentes instituições. Cujos interesses e ações estão voltados para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente. No entanto, nesse processo, há formas diferentes de atuação, há conflitos, controvérsias e dissidências.

Mas, para Latour (2012) “tudo acontece no meio”, nessas relações, nestas associações, entre tudo isso: legislações, instituições, pessoas, prédios, ruas e veículos.

O Cense é um ponto na Rede, mas de onde outras redes se formam pelo movimento dos actantes. Se não há movimento não há Rede. E, nos relatos dos actantes muitos nuances são percebidas nesse movimento, permitindo, de certa forma, captar o movimento que os actantes fazem para compor a Rede. Os porta-vozes falam, mais que isso, tagarelam. Com exceção dos adolescentes, todos os entrevistados falam muito. Os adolescentes, no entanto, são desprovidos, não de aparelho fonador, mas de habilidade de expressar todo o conteúdo acumulado em suas vivências, embora ainda tão jovens.

As entidades apontadas nos quadros formam um desenho do que existe no município de Pato Branco. Ou pelo menos, uma parte do que existe. Há uma gama muito maior de instituições, como as privadas, que também atuam em algum tipo de atendimento aos adolescentes, numa proposta de responsabilidade social. É um desenho, mas não é Rede. Para Latour (2012) o mapa não é o território.

Pois como ficou evidenciado nas falas dos dois actantes da Rede, (do CAEx e do NRE) existem ações que visam promover a articulação da Rede, mas elas são pontuais e descontínuas.

Os relatos dos entrevistados apontam certa sinergia, bem como, cooperação entre os actantes, e outros atores e entidades acessadas. Há pontos que favorecem

as relações. Um ponto importante é a estrutura física da unidade de internação. Bem como, a sua localização. Ambos exercem pressão diferenciada sobre os actantes.

Os relatos também evidenciaram que existem muitas ações realizadas pelos actantes. Eles se movimentam bastante! Porém, suas articulações são pontuais e não contínuas voltadas a interesses específicos.

Mas, para Latour (2012) esse aspecto é próprio da Rede, própria do Ator-Rede: os agrupamentos precisam ser feitos e refeitos a todo o momento, se parar de fazer a refazer grupos, parará de ter grupos.

Os entrevistados apresentam uma concepção vasta, porém com um núcleo comum sobre a Rede de Atendimento, ou seja, a necessidade de articulação entre seus pontos. Os laços e nós visíveis no Sociograma representam um quadro semelhante ao desenho da Rede apontada pelo Conanda. No entanto, Latour (2012) chamou a nossa atenção para os detalhes: a Rede desenhada pelos adolescentes, por aqueles que mais demandam a Rede.

A condição material da vida dos adolescentes, a trajetória de vida deles também aponta um limite para adesão à Rede instituída legalmente. A preferência em acessar pessoas mais próximas, amigos e parentes pode demonstrar uma ausência de confiança ou de entendimento sobre a atuação das instituições.

Na privação de liberdade os adolescentes solicitam duas coisas: o contato com a família e o atendimento em saúde (em especial da saúde mental). Dois aspectos que mobiliza com pressão diferenciada os actantes. Pode-se perceber um movimento bastante intenso dos profissionais tanto da saúde como da assistência social, a partir destas duas demandas (Diário de Campo, 2017).

No entanto, quando a proposta da Rede de Atendimento prevê o desenvolvimento pessoal e social do adolescente observa-se um limiar. A sensação é de que **tudo está por fazer** (grifei).

Latour (2012) aborda este aspecto presente nas preocupações de muitos profissionais, muitos cientistas, estudiosos, enfim, que é a problemática da relevância política de seus projetos, estudos, atribuições. Por isso, o autor lembra da quinta fonte de incertezas: compor relatos de risco e transformá-lo em texto. De transformá-lo em um mediador, “um bom relato tece uma rede” (LATOUR, 2012, p. 189). Um bom texto se torna um Ator-Rede.

Um texto ajuda a reunir, em parte, o coletivo e lhe fornece uma arena, um fórum, um espaço, uma representação por intermédio do modesto recurso de um relato arriscado, que o mais das vezes funciona como frágil intervenção consistente apenas de texto (LATOOUR, 2012, p. 364).

Para o autor estudar é sempre fazer política no sentido de compor ou reunir aquilo de que é feito o mundo comum. A questão delicada, para ele, é decidir que tipo de composição ou de reunião é necessária. Ainda, “estudar nunca significa assumir uma postura desinteressada e só depois agir de acordo com os princípios hauridos dos resultados da pesquisa” (LATOOUR, 2012, p. 365).

Latour (2012) nos lembra novamente que levantar uma questão política pode revelar, o que está por trás de um estado de coisas, a presença de forças ocultas. Neste caso, é possível que se caia novamente na armadilha de dar explicações sociais. Pois, acaba por expandir ainda mais o poder e não de agrupar todos os actantes num novo projeto que responda às necessidades deles.

E não manter a polarização moderna, de um lado a sociedade, do outro a natureza; de um lado os sujeitos, do outro os objetos; de um lado os humanos, do outro as coisas; de um lado os especialistas, do outro os leigos; o dentro e o fora; o que está acima e o que está em baixo. Enfim, “numa época que em que já mal se sabe o significado de “pertencer”, a tarefa da convivência não deveria ser simplificada em excesso. Muitas outras entidades estão agora batendo à porta de nossos coletivos” (LATOOUR, 2012, p. 372, grifos do autor).

É preciso que nos tornemos novamente sensíveis ao barulho que elas fazem e tentar encontrar um lugar para elas. Esse exercício aqui superficialmente iniciado pretendeu encontrar um lugar, mas é preciso muito trabalho ainda, pois este lugar ainda precisa ser construído.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois elementos que suscitaram esta análise foram o Centro de Socioeducação de Pato Branco juntamente com a Rede instituída a partir da Resolução 113 do Conanda. O que motivou analisar a Rede que se forma a partir do adolescente privado da liberdade foi a inquietação da pesquisadora frente ao desafio de se trabalhar em Rede. O trabalho em rede é uma condição colocada por diferentes legislações, dentre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), Sinase (Lei 12.594/2012) e por orientações e documentos norteadores da prática socioeducativa.

A questão que norteou toda a extensão deste estudo compreende: A Rede colocada pela Resolução 113 do Conanda, ou seja, um Sistema de Garantia de Direitos, que envolve um conjunto de instituições governamentais e não-governamentais, é acessada, é acionada pelos adolescentes privados da liberdade?

A Rede foi apresentada, neste estudo, inicialmente pela legislação que a instituiu (ECA, SINASE, RESOLUÇÃO DO CONANDA) estes documentos preveem a articulação entre diferentes políticas públicas e entidades não-governamentais para o atendimento ao adolescente privado da liberdade em virtude do cometimento de atos infracionais.

Outras questões também foram elencadas a fim de buscar respostas, ainda que bastante incipientes, à problemática: como a Rede se constituiu? Como ela funciona? Que movimento seus actantes realizam? Como se associam?

Por meio dos instrumentos de pesquisa: análise documental, observação participante, diários de campo, entrevistas, formulários, foi possível mostrar como se estabelece a Rede que se forma a partir dos adolescentes privados da liberdade no Cense de Pato Branco e apontar algumas análises, sendo este, portanto, o objetivo geral da pesquisa.

Para tanto, foram desdobrados em alguns objetivos específicos: Mapear a Rede que se forma a partir dos adolescentes privados da liberdade no município de Pato Branco - PR; Identificar a dinâmica da Rede que se constitui na prática dos múltiplos actantes envolvidos; Possibilitar a compreensão sobre desenvolvimento pessoal e social a partir do que os actantes entendem e de como atuam na Rede.

Para dar conta de cada objetivo proposto, inicialmente buscou-se retomar alguns aspectos presentes na Constituição Moderna, como instituições se formaram e atravessaram períodos históricos em especial, quando o Estado passou a gerir as entidades de atendimento à população não beneficiada pelas promessas da modernidade, na qual se insere a infância e adolescência desvalida.

No início do século XX surgem, no Brasil, as primeiras legislações voltadas às crianças e adolescentes, e que perpassaram quase um século sem romper com a mão dupla entre assistencialismo e repressão.

Foi a partir da constituição de novos atores públicos e novas identidades sociais, em conjunto com a abertura política no Brasil, que se deu a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Que rompeu com a doutrina da situação irregular e apresenta, ao menos no texto legal, a possibilidade da proteção integral a crianças e adolescentes.

No entanto, a implementação das propostas contidas no ECA exige grande esforço tanto no âmbito governamental como não-governamental, ou seja, a criação e manutenção de um Sistema de Garantia de Direitos.

Quanto aos adolescentes privados da liberdade buscou-se apresentar um quadro de como as políticas de atendimento estão postas e quais as condições da realidade social desse adolescente privado da liberdade, tanto no Brasil, como no estado do Paraná.

Este adolescente se insere numa condição de pobreza, de baixa escolaridade, de trabalhador informal, desprotegido de políticas e direitos sociais básicos, além de grande maioria ser usuário de substâncias psicoativas.

Por isso, a orientação do Conanda quanto à criação e articulação de um SGD, ou seja, uma Rede de Atendimento. Há, portanto, um ideal de Rede de Atendimento preconizada pela legislação e pelos actantes presentes em diferentes instituições e instâncias.

Para buscar compreender as conexões e as concepções dos actantes presentes na Rede que se forma pelos acessos realizados a partir das demandas dos adolescentes privados da liberdade, buscou-se elementos da Teoria Ator-Rede. Esta teoria possibilitou olhar a Rede a partir de alguns pontos: as controvérsias sobre as concepções presentes no cotidiano dos actantes, as controvérsias sobre a existência de uma rede formal criada por normativas e de uma outra rede, real,

dinâmica, com a presença de outros elementos (a estrutura física, a localização e as interações entre actantes).

Ao optar pela porta de entrada na Rede tanto a legislação que cria o SGD, como o Cense como instituição partícipe da Rede, buscou-se justamente tentar mostrar o movimento que ocorre entre os dispositivos legais e formais e, as interações, as associações que ocorrem na realidade viva, constante e cheia de elementos.

A trajetória da implementação do atendimento ao adolescente no Paraná mostrou seus contrastes, desde a estrutura física, as concepções presentes até a adequação do número de profissionais. É um mundo de controvérsias onde as caixas-pretas ainda não foram fechadas.

Os adolescentes referenciados no período da pesquisa de campo mostram uma realidade distante do acesso às políticas sociais e da garantia de direitos: baixa escolaridade, usuários de substâncias psicoativas e envolvimento na prática de atos infracionais graves.

As instituições de atendimento no município se apresentam com existência muitas vezes isolada uma das outras, que não possuem um funcionamento em Rede, não se articulam entre si, ou se o fazem, em questões muito específicas e pontuais.

Os relatos trazidos à tona pelos entrevistados/actantes mostraram um quadro em que muitos elementos e muitos aspectos interferem no acesso, mobilização e articulação da Rede a fim de atender o que preconiza os documentos norteadores da ação socioeducativa. Estes elementos podem ser descritos como: estrutura física adaptada, localização espacial inadequada, falta de profissionais, falta de adesão dos adolescentes e familiares, dissidências de profissionais com a proposta socioeducativa. Enfim, uma gama de actantes que mobilizam as ações.

A Rede retratada pelo Sociograma mostra uma rede semelhante àquela proposta pelo SGD. No entanto, se olharmos para os detalhes, como nos chama atenção Latour (2012), é possível visualizar que a Rede acessada é informal, não institucional, real, heterogênea, plana.

Os adolescentes buscam/acessam muito mais os familiares e amigos do que as instituições formais da Rede de Atendimento.

No que se refere às dissidências e traições, é o dispositivo legal que normatiza a Rede e provoca interessamentos, no entanto, a execução do proposto no plano legal e formal não se efetiva no plano real, ou se se efetiva em partes é por meio de outros elementos que ingressam na Rede a todo o momento pelo movimento de seus actantes.

Enfim, a Rede a priori existe no plano legal e ideal, as instituições existentes no município estão aí. Mas, a Rede real que se institui a partir do adolescente privado da liberdade é multifacetada e se move, se expende e se retrai a cada movimento do Ator-Rede.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. K. de. **O caráter socioeducativo das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida**. Capacitação aos profissionais do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Ministério Público do Estado do Paraná, 2017.

ALBUQUERQUE, F. M. P., BAUMKARTEN, S. T. **Meninos sem pátria: da vampirização à medunização**. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2016.

AQUINO, L. G. de. **Criança e adolescente: o ato infracional e as medidas sócio-educativas**. Disponível em: [juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11414](http://juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11414) acesso 12 jul 2017.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Z. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

BECK, U. **Sociedade risco: rumo à outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOSCO, E. **Reflexividade, incerteza e risco: uma crítica imanente da teoria da sociedade de risco mundial de Ulrich Beck**. Disponível em: [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/finais/PAP0969\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0969_ed.pdf). Acesso 28 Jul 15.

BRAGA, C. S.; BATISTA, M. I. F. C. S. **Violência intrafamiliar e violência praticada pelos jovens: relações possíveis**. In: ROSLER, M. R. von B.; BIDARRA, Z. S. *Socioeducação: reflexões para a construção de um projeto de formação cidadã*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução 113. Disponível em: [http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/Sinase ResolucaoConanda.pdf](http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/Sinase%20ResolucaoConanda.pdf). Acesso em 08 Jul 15.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf> Acesso 04 Abr. 17.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nota técnica **O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/150616\\_ntdisoc\\_n20](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_ntdisoc_n20) Acesso 15 Jul 15.



BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 21 Jan 17.

BRASIL. **Lei Menino Bernardo**. Lei 13.010/2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm). Acesso: 28 Abr. 2017.

BRASIL. **Levantamento Anual Sinase 2013**. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-2013>. Acesso 14 Jan 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixosoperativos-para-o-sinase>. Acesso 15 Jan 2017.

BRASIL. SINASE. **Sistema nacional de atendimento socioeducativo**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas>. Acesso: 06 Jul 15

BRINGHENTTI, E. T.; LOUZADA, I. T. K. **Adolescentes egressos da medida socioeducativa de privação de liberdade e a educação escolar: desafios e possibilidades**. In: ROSLER, M. R. von B.; BIDARRA, Z. S. Socioeducação: reflexões para a construção de um projeto de formação cidadã. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

CADERNOS DO IASP. **Gerenciamento de Crises nos Centros de Socioeducação**. Curitiba, Imprensa Oficial, 2006. Disponível em: <http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/GeCrise.pdf>. Acesso 02 mai. 2017.

CADERNOS DO IASP. **Pensando e Praticando a Socioeducação**. Curitiba, Imprensa Oficial, 2006. Disponível em: <http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/PensPratSocio.pdf>. Acesso 02 mai. 2017.

CALLON, M. **Alguns elementos de uma sociologia de tradução**: domesticação das vieiras e os pescadores de St Briec Bay. In: LEI, J. Poder, ação e convicção: uma sociologia nova de conhecimento. Londres: Routledge, 1986, pp.196-223. Tradução livre.

CALLON, M. **Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado**. O papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, A. (org.) Trama da Rede. Porto Alegre, Sulina, 2004.

CAMILLIS, P. K. de; Bussular, C. Z.; Antonello, C. S. **A agência dos não-humanos a partir da teoria ator-rede: contribuições para as pesquisas em administração**. Florianópolis – SC, Março/2013. Disponível em: <http://www.coloquioepistemologiacom.br/anais2013/ADE108.pdf>. Acesso 01 Jul 15.

CARVALHO, M. J. L. de. **Infância em perigo, infância perigosa**. As crianças como sujeitos e objetos de delinquência e crime nas notícias. Disponível em:

<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18171/1/08.%20M%20Joao%20L%20Cavalho.pdf> Acesso 17 Mai. 2017.

CEAG-UNB. **Capacitação dos operadores do Sinase**. Disponível em: [http://ftp.tjmg.jus.br/jjj/apostila\\_ceag/MODULO\\_III.pdf](http://ftp.tjmg.jus.br/jjj/apostila_ceag/MODULO_III.pdf). Acesso: 10-abr-17.

DIGIACOMO, M. J. ; DIGIÁCOMO, I. de A. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Anotado e Interpretado**. Curitiba/PR. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013. 6ª Ed. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca\\_annotado\\_2013\\_6ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf) Acesso 01 Jul 15.

DIGIÁCOMO, M. J. **O Desafio do trabalho em Rede**. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/conselhos\\_direitos/Sistema\\_de\\_Garantias\\_ECA\\_na\\_Escola\\_II.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/conselhos_direitos/Sistema_de_Garantias_ECA_na_Escola_II.pdf) . Acesso 14 Fev. 17.

DIMENSTEIN et al. **Bases de Apoio Familiar**. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 1, pp. 55-63, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1375/1075>. Acesso 25 mai. 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURINI, L. A.; GOES, E. M. **Redes Sociais em Territórios Assistidos**. Porto Alegre, Mai Jun/2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/lufurini.htm>. Acesso 24 Set 14.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

JULIÃO, E. F. O papel da prisão como mecanismo de controle social ao longo da história. In: FALCADE-PEREIRA, I. A.; ASINELLI-LUZ, A. **O espaço prisional**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014.

LATOUR, B. **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Unesp, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. São Paulo: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria ator-rede**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Salvador: Edufba, 2012.

LE MOS, A. **Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede**. São Paulo, Online, n. 25, p. 52-65, jun. 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/13635/11399> Acesso 01 Jul 15.

LORENZI, G. W. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil-14251>. Acesso 17 Jul 15.

MACHADO, E. M.; KYOSEN, R. O. **Política e política social**. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n1\\_politica.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_politica.htm). Acesso em: 13 out 2014.

MARCARELLO, M. R. P.; BARROS M. E. B. de. **Nos fios de Ariádne**: cartografia da relação saúde-trabalho numa escola pública de Vitória-ES. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a09v1234.pdf>. Acesso 23 Jan. 2017.

MARX, K. **Sobre a questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCAGNA, G. C. **Adolescência: compreensão histórica a partir da escola de Vigotski**. Disponível em: [http://www.ppi.uem.br/Dissert/PPIUEM\\_2009\\_Gisele.pdf](http://www.ppi.uem.br/Dissert/PPIUEM_2009_Gisele.pdf). Acesso: 14 Fev 16.

MENDONÇA, A. **A importância da gestão em rede no sistema socioeducativo**. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>. Acesso em: 10 out 2014.

MENDONÇA, A. **A Importância na Gestão do Sistema Socioeducativo**. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>. Acesso 24 Abr 2017.

MENDONÇA, A. **Tecendo Redes**. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/marista/tecendo\\_redes\\_2014.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/marista/tecendo_redes_2014.pdf). Acesso

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, S. de. **A relação cotidiana entre o processo socioeducativo e o trabalho formal**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão de Centros de Socioeducação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2010.

NOBRE, J. C. de A.; PEDRO, R. M. L. R. **Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/217759194/Teoria-Do-Ator-rede-Latour>. Acesso: 12 Fev 16.

OLIVEN R. G. **Cultura e Modernidade no Brasil**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci\\_arttext&pid=S01028839200100020000](http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci_arttext&pid=S01028839200100020000). Acesso 10 Jul 15.

PARANÁ. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo**. PEAS 2015. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Curitiba – PR. Disponível em: [http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/PEAS\\_PR\\_2015.pdf](http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/PEAS_PR_2015.pdf). Acesso 15 Jan 17.

PARANÁ. **Relatório de ações**. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Curitiba – PR, 2015.

Disponível em: [http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/relatorio\\_dease\\_2015.pdf](http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/relatorio_dease_2015.pdf). Acesso 16 Jan 17.

PARANÁ. **Resolução 44/2016** – GS/SEJU. Disponível em: [http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/ResolucaodocodigoenormasDEASE\\_\\_2.pdf](http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/ResolucaodocodigoenormasDEASE__2.pdf). Acesso 26 abr 2017.

PATO BRANCO. **Lei 3.338/2010**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camarapatobranco.com.br/uploads/laws/1/2010/3338.pdf>. Acesso 24 Abr 2017.

PETERS, G. **Agência, estrutura e práxis**: uma leitura dialógica da teoria da estruturação de Anthony Giddens. Disponível em: [https://www.academia.edu/Agencia\\_estrutura\\_e\\_praxis\\_uma\\_leitura\\_da\\_teor\\_da\\_estrutura\\_de\\_Anthony\\_Giddens](https://www.academia.edu/Agencia_estrutura_e_praxis_uma_leitura_da_teor_da_estrutura_de_Anthony_Giddens). Acesso 27 Mai 15.

PINTO, C. C.; DOMENICO, S. M. R. de. **Teoria Ator-Rede em Estudos Organizacionais**: Encontrando Caminhos via Cartografia de Controvérsias. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo2014/2014EnEO147.pdf> Acesso 25 fev 2016.

POSSAMAI, R. Ap. S.; FABRIS, D. R. **Perfil dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas de prestação a comunidade no Creas II da cidade de Cascavel**: a reincidência no ato infracional e o contexto social. In: Socioeducação: reflexões para a construção de um projeto coletivo de formação cidadã. Marli Renate Von Borstel Roesler; Zelimar Soares Bidarra (Orgs). Cascavel/PR: Edunioeste, 2011.

PRADO, D. A. do; BATISTA, A. A. **Cooperativa e Sociabilidade**: Repensando a intervenção junto aos adolescentes do Cense II – Cascavel. In: ROSLER, M. R. von B.; BIDARRA, Z. S. Socioeducação: reflexões para a construção de um projeto de formação cidadã. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

RELATÓRIO GERAL SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 4ª URATE. **Núcleo de Apoio Técnico Especializado** – NATE - Unidade de Serviço Social 4ª Unidade Regional de Apoio Técnico Especializado – URATE – Serviço Social. Pato Branco, Nov 2015

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (orgs). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROTONDARO, T. G. **Diálogos entre Bruno Latour e Ulrich Beck**: Convergências e divergências. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 145-160, jan-abr 2012. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/11152/7636>

SEGUNDO, R. **O Início do Século XX**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/3626/notas-sobre-o-direito-da-crianca>. Acesso 17 Jul 15.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, E. R. A; OLIVEIRA, R. M. de. Os jovens adolescentes no Brasil: a situação socioeconômica, a violência e o sistema de justiça juvenil. In: Silva, E. R. A; Botelho, R. U. (Orgs) **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27571&catid=394&Itemid=406](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27571&catid=394&Itemid=406). Acesso 21 Jan 17.

SNAS-MDS. **Orientações técnicas: Creas**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_creas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf) Acesso: 19 abr. 2017.

SOUZA, T. Y. De, **Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade**. São Paulo: IBCCRIM, 2008.

VIEGAS, C. M. de A.; RABELO, C. L. de A. **Principais considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://ambitojuridico.com.br/site/?artigo\\_id=10593&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://ambitojuridico.com.br/site/?artigo_id=10593&n_link=revista_artigos_leitura). Acesso 24 Fev 2016.

WOICOLESCO, V. G.; BIDARRA, Z. S. **Ambiguidades na produção pedagógica em Centros de Socioeducação do Estado do Paraná: um estudo de caso das unidades de internação integrantes da Região**. In: ROSLER, M. R. von B.; BIDARRA, Z. S. **Socioeducação: reflexões para a construção de um projeto de formação cidadã**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) Profissionais da Rede Interna e Externa

**Titulo da pesquisa:** A Rede de Atendimento: conexões que envolvem o programa de internação para adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco – PR.

**Pesquisadora:**

Eliane Tschá Bringhentti. Rua Dez de Maio, 637. Pato Branco – PR CEP 85501-430. Telefone: (46) 8822-2742 e-mail: elianetscha@hotmail.com

**Orientadora:** Professora Hieda Maria Pagliosa Corona. Via do Conhecimento, km 1. Pato Branco – PR. CEP 85503-390. Telefone: +55 46 3220-2608 e-mail: pagliosa@utfpr.edu.br

**Local de realização da pesquisa:** Centro de Socioeducação de Pato Branco  
Endereço: Rua Xavantes, 269 Centro Pato Branco – PR. CEP 85501-220.  
Telefone: (46) 32721301

#### A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

**1. Apresentação da pesquisa:** Prezado (a) Senhora(a)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa da discente do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Pato Branco – PR

**2. Objetivos da pesquisa:** analisar a Rede que se forma a partir do contexto dos adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco-Pr.

**Participação na pesquisa:** A sua participação deve-se ao fato de que a pesquisa prevê a realização de questionário com perguntas abertas a fim de notar como você percebe a Rede de Atendimento do município de Pato Branco a partir das demandas psicossociais e pedagógicas e de saúde no CENSE. Por isso, a sua participação é importante, pois com ela será possível perceber as questões mencionadas.

**3. Confidencialidade:** Os dados fornecidos serão utilizados apenas para as finalidades da pesquisa e estarão protegidos pelo sigilo. Apenas os pesquisadores terão acesso aos questionários e em eventual divulgação de resultados não serão mencionados seu nome ou outros dados que possam identificá-lo.

**4. Riscos e Benefícios.**

**4a) Riscos:** Este estudo apresenta risco mínimo de fadiga e indisposição, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc.

**4b) Benefícios:** Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, relacionado nesta pesquisa é o poder auxiliar as instituições socioeducativas a pensar ações relativas a Rede de Atendimento; Refletir sobre a questão das demandas do adolescentes de privação de liberdade e seus encaminhamentos; e, possibilitar a reflexão sobre a formulação de políticas públicas voltadas a área.

## 5. Critérios de inclusão e exclusão.

**5a) Inclusão:** Profissionais da equipe socioeducativa do Centro de Socioeducação de Pato Branco, de ambos os sexos. Profissionais da rede de atendimento do município de Pato Branco, que sejam indicados pelos profissionais da equipe socioeducativa.

### 5b) Exclusão:

O critério de exclusão não se aplica a nenhum dos participantes da pesquisa.

**6) Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo:** Você tem a liberdade de não participar e pode, ainda, caso concorde em participar, interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo. Você tem a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização. Sempre que quiser, ele poderá pedir mais informações sobre o estudo contatando Eliane Tschá Bringhentti 8822-2742 e-mail: [elianetscha@hotmail.com](mailto:elianetscha@hotmail.com)

Assinale uma das opções abaixo para receber ou para não receber os resultados da pesquisa, conforme seu interesse :

( ) Quero receber os resultados da pesquisa.

Favor enviar para o e-mail: \_\_\_\_\_

( ) Não quero receber os resultados da pesquisa.

**7. Ressarcimento e indenização:** Sua participação na pesquisa não envolve qualquer dispêndio financeiro ou material de sua parte. Mas você tem o direito de ser indenizado por qualquer dano que, comprovadamente, seja decorrente de sua participação na pesquisa.

## ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que estão trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494, e-mail: [coep@utfpr.edu.br](mailto:coep@utfpr.edu.br)

### **B) CONSENTIMENTO (do participante de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)**

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da participação na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente participar deste estudo. Estou consciente que poderei deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome completo: \_\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 (ou seu representante)

Nome completo: \_\_\_\_\_

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com \_\_\_\_\_, via e-mail: \_\_\_\_\_ ou telefone: \_\_\_\_\_.

**OBS:** este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao participante da pesquisa.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) Diretor do Centro de Socioeducação (Guardião)**

**Título da pesquisa:** A Rede de Atendimento: conexões que envolvem o programa de internação para adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco – PR.

**Pesquisadora:**

Eliane Tschá Bringhentti. Rua Dez de Maio, 637. Pato Branco – PR CEP 85501-430. Telefone: (46) 8822-2742 e-mail: elianetscha@hotmail.com

**Orientadora:** Professora Hieda Maria Pagliosa Corona. Via do Conhecimento, km 1. Pato Branco – PR. CEP 85503-390. Telefone: +55 46 3220-2608 e-mail pagliosa@utfpr.edu.br

**Local de realização da pesquisa:** Centro de Socioeducação de Pato Branco  
 Endereço: Rua Xavantes, 269 Centro Pato Branco – PR. CEP 85501-220.  
 Telefone: (46) 32721301

### **C) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE**

**Apresentação da pesquisa:** Prezado Senhor Diretor do Centro de Socioeducação:

1. O adolescente abaixo nominado está sendo convidado a participar da pesquisa do discente do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Pato Branco – PR



- 2. Objetivos da pesquisa:** analisar a Rede que se forma a partir do contexto dos adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco-Pr.

**Participação na pesquisa:** A participação do adolescente deve-se ao fato de que a pesquisa prevê a realização de uma entrevista oral a fim de notar como o adolescente percebe a Rede de Atendimento do município de Pato Branco a partir de suas demandas psicossociais e pedagógicas e de saúde no CENSE. Por isso, a participação do mesmo é importante, pois com ela será possível perceber as questões mencionadas.

- 3. Confidencialidade:** Os dados fornecidos serão utilizados apenas para as finalidades da pesquisa e estarão protegidos pelo sigilo. Apenas os pesquisadores terão acesso aos questionários e em eventual divulgação de resultados não serão mencionados seu nome ou outros dados que possam identificá-lo.

#### **4. Riscos e Benefícios.**

**4a) Riscos:** Este estudo apresenta risco mínimo de fadiga e indisposição, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc.

**4b) Benefícios:** Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, relacionado nesta pesquisa é o poder auxiliar as instituições socioeducativas a pensar ações relativas a Rede de Atendimento; Refletir sobre a questão das demandas do adolescentes de privação de liberdade e seus encaminhamentos; e, possibilitar a reflexão sobre a formulação de políticas pública voltadas a área.

#### **5. Critérios de inclusão e exclusão.**

**5a) Inclusão:** Adolescentes que estão apreendidos no Centro de Socioeducação de Pato Branco e que são residentes no município de Pato Branco, do sexo masculino.

#### **5b) Exclusão:**

O critério de exclusão não se aplica a nenhum dos participantes da pesquisa.

**7) Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo:** O adolescente tem a liberdade de não participar e pode, ainda, caso concorde em participar, interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo. O adolescente tem a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização. Sempre que quiser, ele poderá pedir mais informações sobre o estudo contatando Eliane Tschá Bringhenti 8822-2742 e-mail: [elianetscha@hotmail.com](mailto:elianetscha@hotmail.com)

Assinale uma das opções abaixo para receber ou para não receber os resultados da pesquisa, conforme seu interesse :

( ) Quero receber os resultados da pesquisa.

Favor enviar para o e-mail: \_\_\_\_\_

( ) Não quero receber os resultados da pesquisa.

**8. Ressarcimento e indenização:** Sua participação na pesquisa envolve qualquer dispêndio financeiro ou material de sua parte. Mas você tem o direito de ser indenizado por qualquer dano que, comprovadamente, seja decorrente de sua participação na pesquisa.

## ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que estão trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494, e-mail: [coep@utfpr.edu.br](mailto:coep@utfpr.edu.br)

### **D) CONSENTIMENTO (do participante de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)**

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da participação do adolescente na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, autorizar a participação do adolescente abaixo nominado deste estudo. Estou consciente que o adolescente pode deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ adolescente:

Nome \_\_\_\_\_ completo \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_

Guardião: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_ de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura \_\_\_\_\_ pesquisador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

(ou seu representante)

Nome completo: \_\_\_\_\_

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com \_\_\_\_\_, via e-mail: \_\_\_\_\_ ou telefone: \_\_\_\_\_.

**OBSERVAÇÕES:**

O Diretor da unidade da execução de medida socioeducativa de internação é equiparado a guardião dos adolescentes, para todos os efeitos de direitos, de acordo com parágrafo 1º do artigo 92 da Lei 8.069/90).

Este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao participante da pesquisa.

**TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO**

(maiores de 12 anos e menores de 18 anos)

**Informação geral:** O assentimento informado para a criança/adolescente não substitui a necessidade de consentimento informado dos pais ou guardiães. O assentimento assinado pela criança/adolescente demonstra a sua cooperação na pesquisa.

**Título do Projeto:** A Rede de Atendimento: conexões que envolvem o programa de internação para adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco – PR.

**Pesquisadora:**

Eliane Tschá Bringhentti. Rua Dez de Maio, 637. Pato Branco – PR CEP 85501-430. Telefone: (46) 8822-2742 e-mail: [elianetscha@hotmail.com](mailto:elianetscha@hotmail.com)

**Orientadora:**

Professora Doutora Hieda Maria Pagliosa Corona. Via do Conhecimento, km 1. Pato Branco – PR. CEP 85503-390. Telefone: 46 3220-2608 e-mail [pagliosa@utfpr.edu.br](mailto:pagliosa@utfpr.edu.br)

**Local de realização da pesquisa:**

Centro de Socioeducação de Pato Branco

Endereço: Rua Xavantes, 269 Centro Pato Branco – PR. CEP 85501-220.

Telefone: (46) 32721301

**O que significa assentimento?**

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo de adolescentes, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa ou à equipe do estudo para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

**Informação ao sujeito da pesquisa:**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A rede de atendimento: conexões que envolvem o programa de internação para adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco – Pr”.

O objetivo é: analisar a Rede que se forma a partir do contexto dos adolescentes em conflito com a lei no município de Pato Branco-Pr.

A participação na pesquisa é voluntária e não acarreta recebimento de qualquer vantagem financeira, ou pagamento de qualquer espécie. As informações prestadas serão utilizadas somente para as finalidades da pesquisa.

Você poderá, a qualquer momento, desistir, recusar e/ou retirar este consentimento, informando a pesquisadora, sem nenhum prejuízo, bem como, se desejar, solicitar que os dados fornecidos sejam retirados do material da pesquisa. Todas as informações prestadas, bem como o anonimato, estarão protegidas pelo sigilo dos pesquisadores.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por ele prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado nesta pesquisa é o poder auxiliar as instituições socioeducativas a pensar ações relativas a Rede de Atendimento; Refletir sobre a questão das demandas do adolescentes de privação de liberdade e seus encaminhamentos; e, possibilitar a reflexão sobre a formulação de políticas pública voltadas a área.

Caso você aceite participar, a pesquisa envolverá uma entrevista em que responderá a questões semiestruturadas, elaboradas pelos pesquisadores, sobre as suas demandas para o atendimento da Rede.

Em nenhum momento você será identificado.

Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os resultados estarão a sua disposição quando finalizada.

Este estudo apresenta risco mínimo de fadiga e indisposição, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Mesmo seu responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

**Contato para dúvidas:**

Se você ou os responsáveis por você tiver(em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar a pesquisadora do estudo ou membro de sua equipe: Eliane Tschá Bringhentti. Rua Dez de

Maio, 637. Pato Branco – PR CEP 85501-430. Telefone: (46) 8822-2742 e-mail: elianetscha@hotmail.com

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como um paciente de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O CEP é constituído por um grupo de profissionais de diversas áreas, com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada da pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

### **Gravação da entrevista**

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e semente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

( ) Autorizo gravação                      ( ) Não autorizo a gravação

### **DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO SUJEITO DA PESQUISA:**

Eu li e discuti com o investigador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento DE ASSENTIMENTO INFORMADO.

---

NOME DO ADOLESCENTE	ASSINATURA	DATA
---------------------	------------	------

---

NOME DA PESQUISADORA	ASSINATURA	DATA
----------------------	------------	------

### **Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado**

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR) REITORIA: Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA - ADOLESCENTES

Data de entrevista: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Nome Fictício: \_\_\_\_\_

#### 1. Entendimento sobre a Socioeducação (Política pública) e a privação da liberdade

a) Quem é você?

Idade:

Escolaridade:

Quanto tempo de internação:

b) Onde mora?

Local de residência:

Com quem reside: (pai, mãe, irmão) , quantas pessoas, idade, escolaridade, o que fazem (estudam, trabalham....)

c) Como chegou aqui? Por que está aqui? Quem é responsável por estar aqui? Como analisa estar sendo responsabilizado pelo que fez?

d) O que atividades realiza aqui dentro? O que ocorre na realidade? (aqui dentro?) Como você age nesse lugar? O que faz no seu dia a dia? O que pensa sobre esse lugar? Com quem se relaciona para fazer suas atividades e por que precisa relacionar-se (listar todos)? Com o que (infraestrutura) você conta para realizar suas atividades? Como você avalia isso? Quais são seus objetivos? O que leva você agir desta forma em seu cotidiano?

	Com quem conta	Com que infra-estrutura	Como avalia
Atividade 1- Escola			

e) O que considera positivo na sua experiência diária? O que considera negativo na sua experiência diária? O que é a internação para adolescentes? O que é Socioeducação (medida socioeducativa)? O que você pensa sobre estar privado da liberdade? É necessária pra você? para quem? Que benefícios traz ou não traz? O que pontos negativos causam ou não causam?

f) Como você se percebe como adolescente/como se vê privado da liberdade? Como se vê frente essa situação? Como percebe isso frente aos outros adolescentes, como se coloca nessa relação?

#### 2. Entendimento e ações na Rede de Atendimento:

a) Como você se relaciona dentro do Cense? Como se relaciona fora do Cense? Você sabe o que quer dizer o termo Rede de Atendimento? O que entende por ela? Como participa dela? Qual o lugar que você ocupa hoje no Cense e ou na Rede de Atendimento aos adolescentes privados de liberdade? Quais as suas responsabilidades no Cense e fora dele? Quem mais participa segundo sua experiência concreta? Quem te ajuda?

b) Você está falando apenas por você? Fala por outras pessoas que estão em situação parecida?

c) Quais pessoas que você identifica na rede? Quais entidades/pessoas você consegue acionar na rede? Por que essas e não outras? Esse acionamento traz resultados? Como avalia esse acionamento?

d) Fazer um mapa com as instituições e/ou pessoas da rede e algumas cartas com possíveis pessoas que podem fazer parte. E um mapa em branco,

**Actantes não-humanos:**

a) Quais as coisas e ou infra-estrutura (não-humanos) todos - você aciona para te ajudar nas suas questões/problemas? Por que essas e não outras? Elas trazem os resultados esperados? Como avalia esse acionamento/relação que tem com estas pessoas?

b) Outros caminhos não deram resultados? O que continua acionando/buscando? O que você acessa, busca quando precisa dar conta das demandas enquanto está privado da liberdade?

**3. Entendimento Sobre o Movimento da Rede:**

a) As pessoas e/ou coisas são sempre as mesmas que são acessadas? Por que são as mesmas ou são outras, quais?

b) Como você acha que a Rede se forma? Alguém manda que seja assim? É importante que seja assim? Por quê? A Rede já está pronta? Antes da ação? A Rede se faz a partir do movimento do ator, dependendo da demanda/daquilo que você precisa, daquilo que você necessita no momento?

c) Esses *actantes* da Rede se relacionam entre si? Quem acessa quem? Que ações os atores da Rede realizam? Você consegue imaginar essa Rede de Atendimento? Você consegue identificar a Rede nominando as instituições? Identifica apenas pessoas? Identifica coisas?

d) Ela se parece com aquela prevista nas deliberações do Conanda? Consegue acessar essa Rede apresentada pelo Conanda? Quem? O quê? De que forma você acessa?

**4. Entendimento sobre adolescentes - sujeitos em condição peculiar em desenvolvimento.**

a) Como foi a sua trajetória até chegar ao Cense? Passou por instituições diferentes (escola, unidades de saúde, centros de assistência social)? Qual a condição anterior à chegada na unidade de internação?

b) Você acessava as instituições, profissionais, pessoas, coisas? Quem acessou?

c) A partir da entrada no Cense, como é realizado o acesso aos atendimentos para atender as suas necessidades (adolescentes)? Quais as suas principais necessidades? Percebe se há maior desenvolvimento pessoal antes e/ou depois da entrada no Cense?

d) É possível haver desenvolvimento pessoal enquanto privados da liberdade? Como os direitos são atendidos? Há falhas? Onde? Por quê? Para você o que é desenvolvimento? E o que é desenvolvimento social?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**  
**PROFISSIONAIS EXTERNOS À UNIDADE**

**Data de entrevista:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**5. Entendimento sobre a Socioeducação (Política pública) e a privação da liberdade**

a) Quem é? Onde atua? Como chegou aqui? Por que está aqui (na instituição)? Quem atribuiu suas responsabilidades em relação ao Cense? Como analisa o que lhe foi atribuído e o que ocorre na realidade? O que move você a agir em relação as demandas do Cense (o que te motiva a acolher as demandas dos adolescentes do Cense?) Quais atividades que desenvolve no seu cotidiano em relação ao Cense? O que pensa sobre o Cense? Com quem se relaciona para desenvolver suas atividades em relação ao Cense e por que (listar todos)? Com qual infraestrutura conta para desenvolver suas atividades? Como avalia estas atividades?

b) Quais os principais objetivos que conduz suas ações no Cense no seu cotidiano? O que considera positivo nesta experiência? O que considera negativo nesta sua experiência?

c) O que é Socioeducação? O que é a internação para adolescentes? O que você pensa sobre a privação da liberdade? É necessária para os adolescentes, para quem? Que benefícios traz ou não traz? O que pontos negativos causam ou não causam? Como percebe os adolescentes? Como se percebe frente essa situação? Como percebe isso frente aos adolescentes, como se coloca nessa relação?

**6. Entendimento e ações na Rede de Atendimento:**

a) Como estabelece relações com o Cense? Como estabelece relações fora do Cense? Você conhece o termo Rede de Atendimento? O que entende por ela? Como participa dela? Qual o lugar que ocupa hoje no Cense e ou na Rede de Atendimento aos adolescentes privados de liberdade? Quais as suas responsabilidades?

b) Quem mais participa segundo sua experiência concreta? Você fala apenas por você? Fala por outras pessoas que estão em situação parecida? Quais pessoas que você identifica na rede? Quais entidades você aciona? Por que essas e não outras? Esse acionamento traz resultados? Como avalia esse acionamento?

**Actantes não-humanos:**

Quais as coisas e ou infra-estrutura (não-humanos) todos - você aciona para desenvolver suas atividades? Por que essas e não outras? Elas trazem os resultados esperados? Como avalia esse acionamento? Outros não deram resultados? O que continua acionando? O que você acessa, busca quando precisa dar conta das demandas para atender os adolescentes privados da liberdade?

**7. Entendimento Sobre o Movimento da Rede:**

a) As pessoas e/ou coisas são sempre as mesmas que são acessadas? Por que são as mesmas ou são outras, quais? Como você acha que a Rede se forma? É por uma determinação legal? Sua atuação requer que seja assim? Por quê?

b) A Rede é pensada a priori? Antes da ação? A Rede se faz a partir do movimento do ator, dependendo da demanda? Esses *actantes* da Rede se relacionam entre



si? Quem acessa quem? Que ações os atores da Rede realizam? Com quem mais o ator entrevistado conta para realizar as ações? Quem de fato você aciona quando precisa?

c) Você consegue desenhar a Rede de Atendimento? Você consegue identificar a Rede nominando as instituições? Identifica apenas pessoas? Identifica coisas? Ela se parece com aquela prevista nas deliberações do Conanda? Consegue acessar essa Rede apresentada pelo Conanda? Quem? O quê? De que forma você acessa?

#### **8. Entendimento sobre adolescentes - sujeitos em condição peculiar em desenvolvimento.**

a) Como acredita que foi a trajetória dos adolescentes até chegarem ao Cense? Será que passaram por instituições diferentes (escola, unidades de saúde, centros de assistência social)? Conhece a condição (do adolescente) anterior à chegada na unidade de internação?

b) A partir da entrada no Cense, como é realizado o acesso aos atendimentos para atender as necessidades (adolescentes)? Quais necessidades em sua área são mais frequentes? Percebe se há desenvolvimento pessoal (do adolescente) antes e/ou depois da experiência no Cense? É possível haver desenvolvimento dos adolescentes enquanto privados da liberdade? Como os direitos são atendidos?

c) Há falhas? Onde? Por quê? Para você o que é desenvolvimento? E o que é desenvolvimento social?

## APÊNDICE C

### Lista de Siglas do Sociograma.

Siglas	Actantes	Legenda
01EI	01 Entrevistado Interno à unidade	Verde Escuro
02EI	02 Entrevistado Interno à unidade	Verde Escuro
03EI	03 Entrevistado Interno à unidade	Verde Escuro
04EI	04 Entrevistado Interno à unidade	Verde Escuro
05EI	05 Entrevistado Interno à unidade	Verde Escuro
06EI	06 Entrevistado Interno à unidade	Verde Escuro
07EI	07 Entrevistado Interno à unidade	Verde Escuro
08EA	08 Entrevistado Adolescente	Vermelho
09EA	09 Entrevistado Adolescente	Vermelho
10EA	10 Entrevistado Adolescente	Vermelho
11EA	11 Entrevistado Adolescente	Vermelho
12EE	12 Entrevistado externo à unidade	Rosa
13EE	13 Entrevistado externo à unidade	Rosa
14EE	14 Entrevistado externo à unidade	Rosa
15EE	15 Entrevistado externo à unidade	Rosa
CREAS	Centro Referencia Especializado da Assistência Social	Azul
CRAS	Centro de Referencia da Assistência Social	Azul
SEC. ASS.	Secretaria Municipal da Assistência Social	Azul
CMDCA	Conselho Municipal De Defesa dos Direitos Da Criança e do Adolescente	Azul
SESC	Serviço Social do Comercio	Azul
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas	Azul
CEU DAS ARTES	Centro Unificado de Artes e Esporte	Azul
PAM	Pronto Atendimento Municipal	Azul
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Azul
TEATRO	Teatro Municipal	Azul
SEC. CULT	Secretaria Municipal Da Cultura	Azul
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial	Azul
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos	Azul
MIN PUBL	Ministério Público	Azul
PODER JUD	Poder Judiciário da Infância e Juventude	Azul
CONS TUT	Conselho Tutelar	Azul
SEC EDUC	Secretaria de Educação	Azul
UPA	Unidade Pronto Atendimento	Azul
COAS	Centro de Orientação e Apoio Sorológico	Azul
LABORATORIOS	Laboratórios de Análises Clínicas	Azul
SEC SAUDE	Secretaria Municipal de Saúde	Azul
ESPAÇOS PUBL	Espaços Públicos para Pratica de Atividades Físicas	Azul
JUST TRAB	Justiça do Trabalho	Azul
SEC TRAB	Secretaria do Trabalho	Azul
SSP	Secretaria de Segurança Publica	Azul
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente	Azul
PROFISONAIS	Profissionais das entidades de atendimento	Azul
NASF	Núcleo de Apoio à saúde da Família	Azul
SGD	Sistema de Garantia de Direitos	Azul
MÃE	-	Laranja
PAI	-	Laranja
TIO	-	Laranja
IRMÃO	-	Laranja

AMIGO	-	Laranja
ESCOLA	-	Laranja
DIR ESCOLA	Diretor da Escola	Laranja
EMPREGO	Colocação Profissional/Trabalho	Laranja
TIA	-	Laranja
ENFERMEIRA	Enfermeira do Posto de Saúde Bairro	Laranja
CURSOS PROF	Cursos Profissionalizantes	Laranja
ZELADORA	Zeladora da Escola do Bairro	Laranja
PROF ED. FÍSICA	Professora de Educação Física do Cense	Verde Claro
PSICÓLOGO CENSE	Psicólogo do Cense	Verde Claro
ADOLESCENTE	Adolescente Apreendido no Cense	Verde Claro
DIREÇÃO	Direção do Cense	Verde Claro
DIR ASSISTENTE	Diretor Assistente do Cense	Verde Claro
ASS SOCIAL CENSE	Assistente Social do Cense	Verde Claro
AUX ENFERM CENSE	Auxiliar de Enfermagem do Cense	Verde Claro
PEDAGOGA CENSE	Pedagoga do Cense	Verde Claro

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

## ANEXO 1

## Atribuições dos Profissionais dos Centros de Socioeducação – PR.

Assistente Social	Psicólogo	Educadores Sociais	Professores	Técnico de Enfermagem
<p>Organizar a recepção e acolhida dos adolescentes na unidade;</p> <p>Elaborar os estudos de caso e relatórios técnicos dos adolescentes;</p> <p>Realizar atendimentos individuais e de grupo com os adolescentes;</p> <p>Prestar atendimento às famílias dos adolescentes, colhendo informações, orientando e propondo formas de manejo das situações sociais;</p> <p>Providenciar a documentação civil dos adolescentes;</p> <p>Realizar pesquisas e levantamentos referentes aos autos judiciais e histórico infracional dos adolescentes;</p> <p>Manter contatos com entidades, órgãos governamentais e não-governamentais para obter informações sobre a vida progressa dos adolescentes;</p> <p>Buscar e articular recursos da comunidade para formação de rede de apoio, visando a inclusão social dos adolescentes;</p>	<p>Planejar, coordenar e executar as atividades da área de psicologia;</p> <p>Participar da recepção e acolhida dos adolescentes, buscando formas de integrá-los à rotina da unidade;</p> <p>Elaborar os estudos de caso e relatórios técnicos dos adolescentes;</p> <p>Realizar diagnósticos e avaliações psicológicas, procedendo às indicações terapêuticas adequadas a cada caso;</p> <p>Realizar atendimento psicológico individual e de grupo com os adolescentes;</p> <p>Observar e avaliar os comportamentos dos adolescentes no que se refere à adaptação às normas disciplinares da unidade e relações interpessoais estabelecidas;</p> <p>Avaliar e acompanhar a aplicação de medidas disciplinares;</p> <p>Elaborar planos de intervenção para o desenvolvimento da ação socioeducativa personalizada</p>	<p>Recepcionar os adolescentes recém-chegados, efetuando o seu registro, assim como de seus pertences;</p> <p>Providenciar o atendimento às suas necessidades de higiene, asseio, conforto, repouso e alimentação;</p> <p>Zelar pela sua segurança e bem-estar, observando-os e acompanhando-os em todos os locais de atividades diurnas e noturnas;</p> <p>Acompanhá-los nas atividades da rotina diária, orientando-os quanto a normas de conduta, cuidados pessoais e relacionamento com outros internos e funcionários;</p> <p>Relatar no diário de comunicação interna o desenvolvimento da rotina diária, bem como tomar conhecimento dos relatos anteriores;</p> <p>Realizar atividades recreativas, esportivas, culturais, artesanais e artísticas, seguindo as orientações da pedagogia;</p> <p>Auxiliar no desenvolvimento das atividades pedagógicas, orientando os adolescentes para que mantenham a ordem, disciplina, respeito e cooperação durante as atividades;</p> <p>Prestar informações ao grupo técnico sobre o andamento dos adolescentes para compor os relatórios e estudos de caso;</p> <p>Acompanhar os adolescentes em seus deslocamentos na comunidade, não</p>	<p>Definir e desenvolver o plano de ensino, conforme diretrizes do EJA e proposta do CEEBJA semipresencial;</p> <p>Organizar os conteúdos das atividades, assim como os processos de recuperação de conteúdos, de forma que garanta a aprendizagem;</p> <p>Estabelecer um processo de avaliação de acompanhamento contínuo da aprendizagem;</p> <p>Analisar sistematicamente os resultados da aprendizagem dos adolescentes;</p> <p>Estimular e motivar os adolescentes no processo de ensino aprendizagem.</p>	<p>Desempenhar serviços auxiliares de enfermagem, prestando apoio às ações do médico clínico, psiquiatra e dentista;</p> <p>Programar e organizar as consultas dos adolescentes com os médicos e dentista da unidade;</p> <p>Agendar e acompanhar os adolescentes nas consultas e exames externos;</p> <p>Manter atualizadas e organizadas as fichas de atendimento de saúde dos adolescentes;</p> <p>Ministrar medicamentos e tratamentos aos adolescentes, atendendo às orientações médicas;</p> <p>Realizar atendimentos de primeiros socorros, quando necessário;</p> <p>Manter a organização da enfermaria e dos materiais utilizados;</p> <p>Realizar ações</p>

<p>Elaborar planos de intervenção para o desenvolvimento da ação socioeducativa personalizada junto aos adolescentes;</p> <p>Realizar a inclusão dos adolescentes em programas da comunidade, escola, trabalho, profissionalização, programas sociais, atividades esportivas e recreativas;</p> <p>Realizar o acompanhamento dos adolescentes egressos;</p> <p>Manter registro de dados e informações para levantamentos estatísticos;</p> <p>Realizar a verificação da correspondência dos adolescentes e acompanhar os contatos telefônicos realizados por eles;</p> <p>Coordenar e orientar a visitação dos familiares aos adolescentes.</p>	<p>junto aos adolescentes;</p> <p>Prestar atendimento às famílias, colhendo informações, orientando e realizando intervenções psicológicas, buscando a integração com os adolescentes;</p> <p>Orientar educadores sociais e técnicos no manejo e abordagem dos adolescentes;</p> <p>Buscar e articular recursos da comunidade para formação de rede de apoio, visando a integração e assistência às necessidades dos adolescentes;</p> <p>Preparar os adolescentes para o desligamento, fortalecendo suas relações com sua comunidade de origem;</p> <p>Realizar o acompanhamento dos adolescentes egressos;</p> <p>Manter registro de dados e informações para levantamentos estatísticos.</p>	<p>descuidando da vigilância e segurança;</p> <p>Inspecionar as instalações físicas da unidade, recolhendo objetos que possam comprometer a segurança;</p> <p>Efetuar rondas periódicas para verificação de portas, janelas e portões, assegurando-se de que estão devidamente fechados e atentando para eventuais anormalidades;</p> <p>Manter-se atento às condições de saúde dos adolescentes, sugerindo que sejam providenciados atendimentos e encaminhamentos aos serviços médicos e odontológicos sempre que necessário;</p> <p>Atender às determinações e orientações médicas, ministrando os medicamentos prescritos, quando necessário;</p> <p>Realizar revistas pessoais nos adolescentes nos momentos de recepção, final das atividades e sempre que se fizer necessário, impedindo que mantenham a posse de objetos e substâncias não-autorizadas;</p> <p>Acompanhar o processo de entrada das visitas dos adolescentes, registrando-as em livro, fazendo revistas e verificação de alimentos, bebidas ou outros itens trazidos por elas;</p> <p>Comunicar, de imediato, à direção, as ocorrências relevantes que possam colocar em risco a segurança da unidade, dos adolescentes e dos funcionários;</p> <p>Dirigir veículos automotores, conduzindo adolescentes para atendimentos médicos, audiências e a outras unidades, quando se fizer necessário;</p> <p>Fornecer o material de higiene para os adolescentes, controlando e orientando o seu uso;</p>		<p>educativas sobre cuidados de higiene pessoal, alimentação e cuidados específicos para promoção da saúde e prevenção de doenças;</p> <p>Tomar providências para obtenção de medicações indicadas pelos médicos, através de contatos com o município e/ou setor de saúde do IASP;</p> <p>Manter atualizado o cadastro de recursos de saúde disponíveis no município para encaminhamento dos adolescentes, quando necessário;</p> <p>Manter organizados os estoques de medicação e de outros insumos utilizados nos tratamentos de saúde;</p> <p>Orientar educadores sociais sobre as condutas prévias ou posteriores a consultas e exames.</p>
---	---	---	--	---

		Providenciar o fornecimento de vestuário, roupa de cama e banho, orientando os adolescentes no uso e conservação; Seguir procedimentos e normas de segurança, constantes do protocolo da Unidade.		
--	--	--	--	--

Fonte: Cadernos do Iasp: Gestão de Centros de Socioeducação, 2006.